MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

2012

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL 2012

Florianópolis
2013

Elaboração
Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento
à Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005.
(48) 3229.9001 | pgj@mp.sc.gov.br | www.mp.sc.gov.br |
www.youtube.com/ministeriopublicosc

Projeto gráfico e editoração
Coordenadoria de Comunicação Social
(48) 3229.9011 | midia@mp.sc.gov.br

Revisão gramatical
Lucia Anilda Miguel

Impressão
Gráfica Alpha Print
Tiragem: 800 exemplares

S222 Santa Catarina. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça.
Relatório de gestão institucional 2012. – Florianópolis :
MPSC, 2013.

1. Ministério Público – Santa Catarina – Relatório - 2012.
2. Ministério Público – Santa Catarina - Atividades - 2012.
I. Título.

CDD : 341.413

Catalogação: Clarice Martins Quint (CRB 14/384)

APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto no art. 101 da Constituição catarinense, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) apresenta seu Relatório de Gestão Institucional referente ao ano de 2012. Destacam-se, aqui, iniciativas e resultados reais, que demonstram que o MPSC vem se modernizando e valorizando, cada vez mais, a inovação, a criatividade e o foco nas estratégias, o que tem permitido alinhar suas ações para atender à crescente demanda da sociedade.

Pesquisas recentes apontaram que, tanto em empresas privadas quanto em organizações públicas, existe uma enorme distância entre o discurso e a prática efetiva de gestão. Visando a diminuir esta distância, realizamos um Planejamento Estratégico para 10 anos.

Os conceitos operacionais relacionados à missão, à visão e aos valores da organização foram construídos com palavras cuidadosamente escolhidas e estão compromissadas em nossos planos, relatórios e quadros nas paredes, para servirem de inspiração para seus membros e de promoção perante nosso cliente, a sociedade catarinense. Hoje, não existe espaço para a retórica e discursos, onde sobram intenções e rareiam ações para a população.

O Ministério Público está alinhado com a época que estamos vivendo. Antes de o Ministério Público ser uma organização futurista precisa ser uma organização do presente. É importante lembrar que as coisas só funcionam quando o planejamento funciona, o que só ocorre quando existe previsibilidade. Se, no passado, bastava-nos conhecer a sociedade catarinense apenas com os dados demográficos, hoje, precisamos incorporar em nossas análises, o perfil social, elemento identificador das necessidades da população, para que possamos diminuir o descompasso entre as expectativas organizacionais e as sociais.

Em 2012, experimentamos, inovamos e definimos como deverá ser o Ministério Público para os próximos 10 anos. Os resultados aqui impressos visam a prestar contas à sociedade catarinense das principais atividades desenvolvidas.

Lio Marcos Marin
Procurador-Geral de Justiça

Sumário

I Estrutura do Ministério Público 9

1 Considerações iniciais 9

2 Procuradoria-Geral de Justiça 10

3 Colégio de Procuradores de Justiça 12

4 Conselho Superior 12

5 Corregedoria-Geral 13

6 Procuradorias de Justiça 14

7 Coordenadorias de Recursos 14

8 Promotorias de Justiça 15

9 Órgãos Auxiliares 16

9.1 Secretaria-Geral 16

9.2 Ouvidoria 16

9.3 Centros de Apoio Operacional 17

9.4 Comissão de Concurso 19

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional 19

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo 20

9.7 Estagiários 21

II Gestão Administrativa 23

2012 O início das ações planejadas 24

Orçamento e transparência 25

Pessoas que fazem a diferença 26

Estrutura da Tecnologia de Informação 30

Comunicação e aproximação com a sociedade 32

Estruturas físicas e de segurança adequadas 35

Capacitando para o Futuro 38

Relações institucionais externas 38

III Atividades desenvolvidas 41
1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça 41
2 Atividades do Colégio de Procuradores 46
3 Atividades do Conselho Superior 47
4 Atividades da Corregedoria-Geral 49
5 Atividades da Coordenadorias de Recursos 50
6 Atividades dos Procuradores de Justiça 61
7 Atividades dos Promotores de Justiça 65
7.1 Na Área Criminal 65
7.2 Na Área Cível e da Coletividade 84
7.3 Na área da Infância e Juventude 99
8 Atividades dos Órgãos Auxiliares 113
8.1 Secretaria-Geral 113
8.2 Ouvidoria 114
8.3 Centros de Apoio Operacional 118
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) 118
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) 120
8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) 123
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) 125
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) 128
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) 131
8.3.7 Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) 134
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON) 136
8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP) 138
8.4 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) 140
8.5 Comissão de Concurso 150
8.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo 151

Composição da Administração 154

I
ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tarefas que lhe foram outorgadas pela Constituição Federal de 1988.

Além de estabelecer as atribuições do Ministério Público, a Constituição Federal conferiu-lhe independência funcional e autonomia administrativa e orçamentária, com poderes de propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, assim como as regras sobre sua organização e seu funcionamento.

A Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, denominada Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, estabeleceu normas gerais sobre a organização do Ministério Público dos Estados e, de forma específica, a Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, instituiu o estatuto jurídico e definiu a estrutura do Ministério Público de Santa Catarina, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria- Geral do Ministério Público. São Órgãos de Administração do Ministério Público as Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça. Para desempenhar as atribuições definidas constitucionalmente, o Ministério Público possui, como Órgãos de Execução, o Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, as Coordenadorias de Recursos, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça. Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como Órgãos Auxiliares, a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos Membros da Instituição, dentre Procuradores e Promotores de Justiça, estes com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

O Procurador-Geral de Justiça, em seus afastamentos e impedimentos, é substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais, os quais exercem suas atribuições por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem dentre suas principais funções a de exercer a Coordenação-

Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo e presidir o Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados, instituído pela Lei Estadual n. 15.694, de 21 de dezembro de 2011, e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 808, de 9 de fevereiro de 2012.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais tem, dentre suas principais funções, que exercer a Coordenação-Geral dos Centros de Apoio Operacional e as atribuições processuais inerentes ao Procurador-Geral de Justiça, além de subsidiar e auxiliar na formulação e no planejamento das políticas de atuação funcional e no implemento de planos e projetos de interesse da Instituição.

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como Órgão de Execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário Estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

Para melhor exercício de suas atividades, pode o Procurador-Geral de Justiça designar Procuradores de Justiça ou Promotores de Justiça de entrância especial para exercerem funções de assessoramento em seu gabinete, tanto no que diz respeito às atribuições de Órgão de Administração Superior quanto às de Órgão de Execução.

Vinculam-se, ainda, ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Coordenadoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Informação Social e a Casa Militar.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por todos os Procuradores de Justiça não afastados da carreira e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares, de modificações na Lei Orgânica e de providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da indicação do Subcorregedor-Geral do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária anual; o julgamento de recurso contra decisão condenatória ou absolutória e pedido de revisão em procedimentos administrativos disciplinares; e a deliberação sobre proposta do Procurador-Geral de Justiça, que exclua, inclua ou modifique as atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que as integram.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de atribuição originária.

4 Conselho Superior

O Conselho Superior do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, dentre outras importantes funções, aprova o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decide sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; aprecia os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afasta-

mento dos Membros do Ministério Público; decide sobre o vitaliciamento, disponibilidade e aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público; elabora o regulamento de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e elege os Membros da respectiva comissão; e decide sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra Membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil.

O Conselho Superior do Ministério Público é composto por treze integrantes e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que, assim como o Corregedor-Geral do Ministério Público, ocupa assento como membro nato. Compõem, ainda, o Conselho Superior do Ministério Público oito Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e três, pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

5 Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições como Órgão da Administração Superior, encarregando-se da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público. O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito, por voto obrigatório e secreto, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e, nos seus afastamentos e impedimentos, ou por delegação, é substituído pelo Subcorregedor-Geral do Ministério Público. A Corregedoria-Geral possui, ainda, uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça de entrância especial, à qual estão subordinadas a Coordenadoria de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar e a Coordenadoria de Acompanhamento Funcional, sendo aquela assessorada por Promotores de Justiça da mais elevada entrância.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público e cabe-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; definir critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento e exercer a inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam. Existem duas Procuradorias de Justiça: uma com atuação cível (com 28 Procuradores de Justiça) e outra com atuação criminal (com 22 Procuradores de Justiça). Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida, ainda, em cinco áreas distintas, de acordo com a matéria, a saber: Direito Administrativo; Direito Tributário ou Fiscal; Direito da Infância e Juventude, Família e Sucessões; Direitos Difusos e questões jurídicas em geral, de caráter residual.

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução e cabe-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que tais atribuições não sejam privativas do Procurador-Geral de Justiça.

7 Coordenadorias de Recursos

As Coordenadorias de Recursos Cíveis e Criminais, chefiadas por Procuradores de Justiça, são Órgãos de Execução do Ministério Público encarregados, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive nos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução, em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses

jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos Órgãos de Execução, acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e recuperações de empresas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade, dentre outras.

Havia, em dezembro de 2012, 351 Promotorias de Justiça distribuídas pelas Comarcas do Estado, das quais treze ainda não haviam sido instaladas, a saber: Promotoria de Justiça da Comarca de Três Barras (ainda não instalada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina), criada pela Lei Complementar n. 191, de 18 de abril de 2000; 20ª e 21ª Promotorias de Justiça da Comarca de Joinville, 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau e 14ª e 15ª Promotorias de Justiça da Comarca de Criciúma, todas criadas pela Lei Complementar n. 399, de 19 de dezembro de 2007; 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camboriú, criada pela Lei Complementar n. 552, de 12 de dezembro

de 2011; 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú, 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul, todas criadas pela Lei Complementar n. 553, de 12 de dezembro de 2011; 13ª e 14ª Promotorias de Justiça da Comarca de Chapecó e 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitibanos, criadas pela Lei Complementar n. 570, de 8 de maio de 2012. Para atuarem nas Promotorias de Justiça, como Órgãos de Execução, o Ministério Público Catarinense dispunha, na mesma data, de 356 Promotores de Justiça.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Procurador de Justiça ou por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Cabe, ainda, ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária e conduzir os processos disciplinares e as sindicâncias de Servidores.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual n. 298, de 4 de outubro de 2005, com

o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transparência e presteza das atividades desenvolvidas pelos Órgãos, Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu da exigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. Compete à Ouvidoria, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, denúncias, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacional são Órgãos Auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhes, dentre outras atribuições, estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns; estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; receber representações e expedientes relacionados com suas áreas de atuação, remetendo-os ao órgão de execução ao qual incumba dar-lhe atendimento; enviar informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; e prestar apoio aos órgãos de execução do Ministério Público, especialmente na instrução de inquéritos civis ou na preparação e propositura de medidas judiciais.

Centros de Apoio Operacional	
Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)	Atua na defesa da moralidade administrativa e do patrimônio público e na garantia da lisura dos pleitos eleitorais.
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)	Atua na defesa do meio ambiente, incluindo o meio ambiente cultural e urbanístico.
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)	Atua na defesa do consumidor, em caráter difuso, coletivo ou individual homogêneo, com ênfase na proteção da saúde e da economia popular.
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH)	Atua na defesa dos direitos humanos, com destaque para o direito à saúde e à educação, a proteção dos idosos e das pessoas com deficiência, o controle das internações psiquiátricas, a fiscalização dos atos de instituição e gestão de entidades do terceiro setor e questões residuais de direito civil.
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)	Atua na área da infância e da juventude. Atua na defesa dos direitos e interesses das crianças e dos adolescentes e no direito de família.
Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)	Atua na defesa da ordem tributária e da justiça fiscal, com ênfase no combate aos crimes contra a ordem tributária e aos atos de corrupção no sistema tributário e fiscal do Estado e dos Municípios.
Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)	Atua na área das políticas de segurança pública, no combate ao crime organizado, no controle externo da atividade policial, incluindo o monitoramento de inquéritos policiais, na fiscalização do sistema prisional, na execução de penas, inclusive alternativas, e no auxílio do exercício da função institucional do Ministério Público perante o Tribunal do Júri.

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade (CECCON)	Atua no controle da constitucionalidade de leis e atos normativos municipais e estaduais.
Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP)	Atua na elaboração de estudos, laudos e documentos técnicos de caráter multidisciplinar, na assistência técnica em processos judiciais e na alocação, garantia de acesso e manutenção de bancos de dados públicos e privados necessários à qualificação e ao aperfeiçoamento dos atos e atividades funcionais e à definição das políticas e estratégias institucionais.

9.4 Comissão de Concurso

À Comissão de Concurso, como órgão auxiliar de natureza transitória, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo constituída sempre que há necessidade de provimento dos cargos iniciais. É presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta por seis membros vitalícios da Instituição, eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, e por um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, que visem ao aprimoramento profissional e cultural dos Membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e servidores, e à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional possui como órgão de direção um conselho composto pelo Procurador-Geral

de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, por um membro do Colégio de Procuradores de Justiça, eleito por seus pares, e por dois membros do Ministério Público de Primeira Instância, os quais são escolhidos pelo Conselho Superior do Ministério Público. Além disso, tem, em sua estrutura organizacional, uma diretoria que é exercida por membro do Ministério Público, em exercício ou aposentado, nomeado por seu conselho diretivo.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à Coordenadoria-Geral Administrativa, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	
Coordenadoria-Geral Administrativa (COGER)	Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias a ela subordinadas.
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN)	Compreende a Gerência de Finanças, a Gerência de Contabilidade e a Gerência de Execução Orçamentária.
Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)	Compreende a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes, a Gerência de Compras, a Gerência de Patrimônio e a Gerência de Contratos.
Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)	Compreende a Gerência de Legislação de Pessoal, a Gerência de Cadastro e Informações Funcionais, a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, a Gerência de Estágio e a Gerência de Atenção à Saúde.
Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)	Compreende a Gerência de Remuneração Funcional.

Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Compreende a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento, a Gerência de Suporte e a Gerência de Processos Jurídicos Digitais.
Coordenadoria de Planejamento (COPLAN)	Compreende a Gerência de Informações e Projetos.
Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (COENG)	Compreende a Gerência de Manutenção e a Gerência de Logística.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle e a Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas, subordinadas diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

9.7 Estagiários

Os estagiários são órgãos auxiliares do Ministério Público, selecionados por meio de processo público de credenciamento e admitidos para o exercício de funções auxiliares pelo prazo de até 2 (dois) anos, com o fim de possibilitar o desempenho de atividades complementares em sua área de formação e contribuir com o seu desenvolvimento para a cidadania, a vida e o trabalho. Têm como principais atribuições o auxílio na execução de atividades administrativas, o levantamento e o tratamento de dados necessários ou convenientes ao exercício de suas atividades, a execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo, que lhes forem atribuídos e o desempenho de atividades compatíveis com suas condições acadêmicas. Além dessas, os estagiários de graduação e pós-graduação na área jurídica exercem ainda funções relacionadas ao levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais, à realização e ao acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos, ao estudo de matérias que lhe sejam confiadas; ao atendimento ao público e ao controle da movimentação processual.

II
GESTÃO ADMINISTRATIVA

Um novo modelo de gestão institucional que concilia o planejamento com a emersão de novas estratégias está sendo construído, no qual se busca desenvolver ações relacionadas ao pensamento estratégico. Em outras palavras, um processo que concilie execução, reflexão e experimentação.

Pode-se dizer que participaram do processo de construção do Planejamento Estratégico do MPSC 2012-2022, mais de 70% dos membros e servidores da Instituição, quando se buscou analisar a organização sob vários ângulos, visando a definir o seu rumo por meio de um direcionamento que possa ser monitorado nas suas ações concretas, por meio da busca de respostas para: a **missão** - para que servimos, qual é nossa razão de ser; a **visão** - aonde queremos chegar como instituição; os **valores** - quais são nossas premissas quanto às atitudes para alcançar nossa visão; a **estratégia** - como faremos para alcançar nossa visão; e os **desdobramentos da estratégia** - as grandes ações que precisamos conduzir e que comporão a estratégia, isto é, os *objetivos estratégicos*.

2012 O início das ações planejadas

Em 2012, foi incorporado, após o processo de planejamento estratégico realizado, o "pensamento temporal", que traz à tona as inter-relações entre passado, presente e futuro, o "senso de oportunidade", o "pensamento sistêmico", o "teste de hipótese" e o "foco na visão".

Os elementos norteadores das ações institucionais passaram a ser os seguintes:

A Missão do MPSC: Promover a efetivação dos direitos da sociedade, visando a fortalecer a democracia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável;

A Visão do MPSC: Ser uma instituição próxima do cidadão, que produza resultados úteis na defesa da democracia, na promoção da justiça e na proteção dos direitos fundamentais; e

Os Valores do MPSC: Ética, Efetividade, Independência, Justiça e Transparência.

O Plano Geral de Atuação - PGA 2013, aprovado pelo Ato n. 608, de 19 de dezembro de 2012, incorporou as estratégias geradas. Merecem destaque as prioridades estabelecidas no PGA, vinculadas aos programas de Saneamento Básico, Melhor Idade, Alimento Sem Risco, Efetividade de Decisões em ADIs propostas pelo MPSC, Reestruturação do Controle Externo da Atividade Policial, Saúde Mental Infanto-juvenil, Programa na Área da Moralidade Administrativa denominado LIMPE e o Programa que visa a cuidar da Saúde Fiscal dos Municípios.

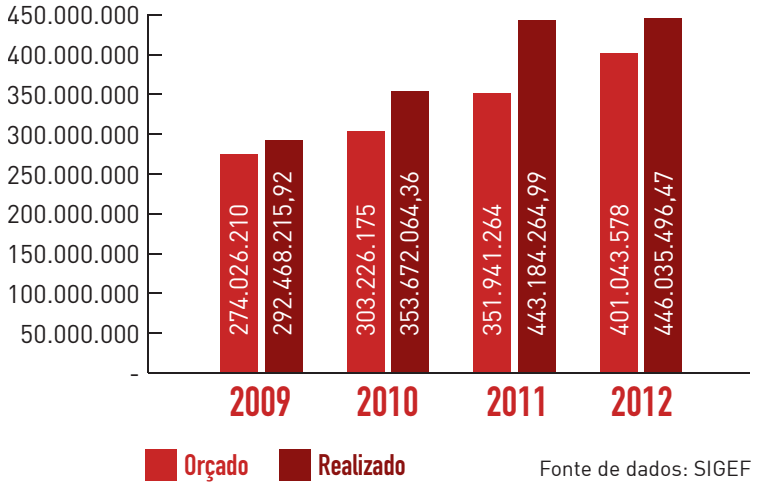
As métricas do processo de planejamento irão nos impor inovações de eficiência, associadas a melhorias, extensões, variantes e redução de custo e inovações, a exemplo dos novos programas e projetos institucionais, que incorporam novos serviços para a sociedade, com processos simplificados e ágeis.

Orçamento e transparência

O Portal de Informações e Atendimento ao Cidadão do Ministério Público incorpora as exigências relacionadas à transparência da Resolução n. 86, de 21 de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

É importante destacar que o orçamento da Instituição apresentou, em 2010, um crescimento de 10,66%, em 2011, de 16,07%; e 2012, de 13,95%; e a realização de despesas por conta de superávit financeiro, permitiram que a Instituição realizasse valores acima do orçado, em 2009, de 6,73%; 2010, de 16,64%; 2011, de 25,93%; e, 2012, de 11,22%, conforme demonstram os dados consolidados das quatro unidades orçamentárias existentes (MPSC, FRBL, FECEAF, FERMP).

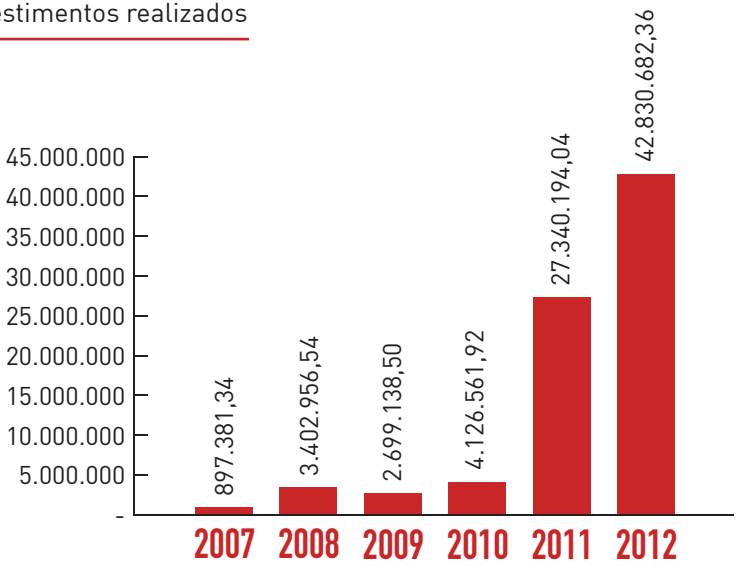
Evolução das despesas do MPSC



Fonte de dados: SIGEF

Os recursos orçamentários permitiram um incremento significativo no montante de investimentos realizados nos exercícios financeiros de 2011 e 2012, merecendo destaque a ampliação de espaços físicos e a atualização da estrutura de rede de dados, além da modernização do aparato tecnológico que envolve a atividade ministerial.

Investimentos realizados



Fonte de dados: SIGEF

Pessoas que fazem a diferença

Houve um momento na história da Instituição em que foi dito que o "Ministério deveria ter o tamanho dos sonhos de cada um de seus integrantes". A afirmação é válida. Mas, antes de ele alcançar esse patamar, ele precisa ter o tamanho das necessidades da sociedade catarinense.

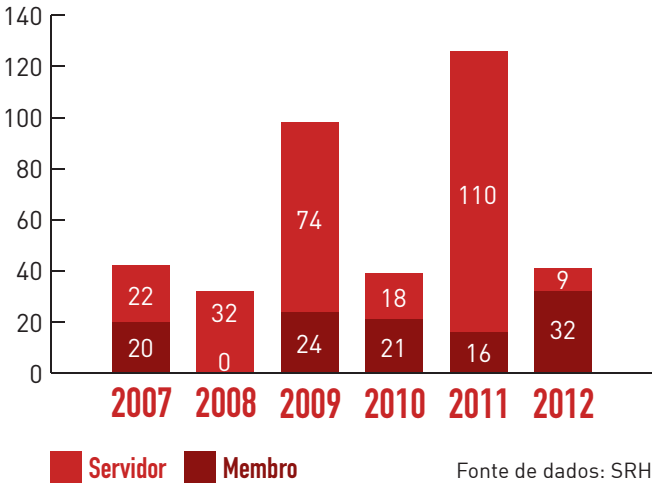
No MPSC, a defasagem no quadro de Membros tem sido um fenômeno histórico. Algumas Promotorias de Justiça chegam a passar

mais de ano sem a presença de titular, o que deixa a sociedade sem a devida assistência e prejudica gravemente a imagem da Instituição.

No processo de enfrentamento desse problema e também com o propósito de atender aos reclamos da sociedade catarinense, foram criados 14 novos cargos de Promotor de Justiça e a circunscrição de São José; e procedeu-se à instalação de seis cargos de Procurador de Justiça e de 32 Promotores de Justiça. Isso resolveu problemas pontuais de sobrecarga de trabalho e acelerou a movimentação na carreira, que estava lenta e era motivo de reclamações de boa parte da classe.

Em 2012, foram criados ainda 113 novos cargos, sendo 74 de provimento efetivo e 39 comissionados, o que permitiu ampliar e melhorar os serviços de apoio aos órgãos de execução e dar novo impulso às atividades administrativas, inclusive com a criação de novas coordenadorias e gerências na estrutura do órgão central da Instituição. Também foram providos 98 cargos, dentre os já existentes.

Cargos providos

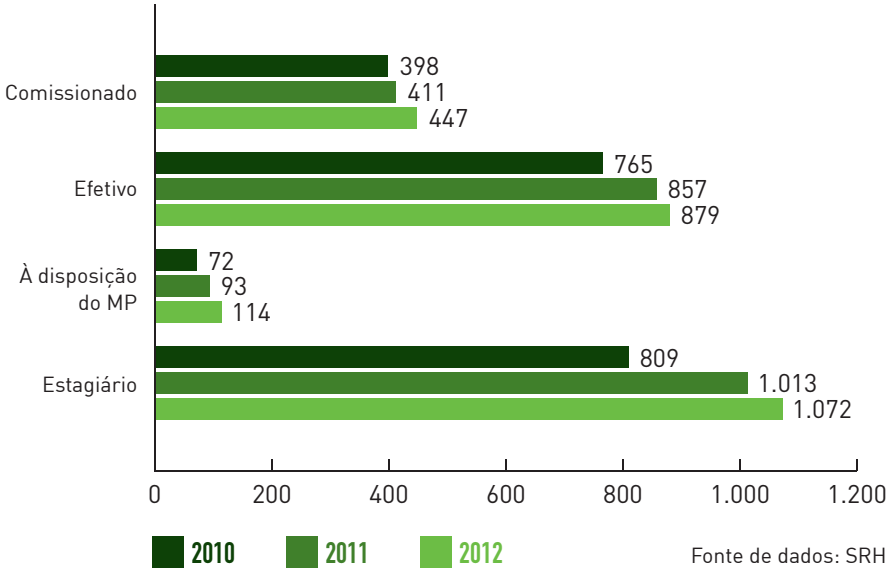


Fonte de dados: SRH

O gráfico acima demonstra o esforço da Instituição em trazer para seus quadros novos servidores e membros, sempre sendo observada a disponibilidade financeira e orçamentária e respeitado o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A composição consolidada da estrutura de pessoal apresentou crescimento de 16,14%, em 2011, e 5,81%, em 2012. Mesmo a administração promovendo o incremento de cargos, conforme demonstra o gráfico abaixo, o comprometimento das despesas com pessoal, ao ser confrontado com os limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresentaram um comprometimento menor nos últimos anos, indicando que os gastos praticados caíram de 1,63% em dezembro de 2010, para 1,60% em dezembro de 2011, e para 1,52% em dezembro de 2012.

Evolução dos cargos do MPSC



Fonte de dados: SRH

Ampliação do número de cargos é importante e necessária, mas é preciso preocupar-se também com o bem-estar daqueles que venham a ocupá-los. Por isso, acoplada à estrutura orgânica da Procuradoria-Geral de Justiça, criamos a Gerência de Saúde, com o propósito de conceber e implementar, em caráter permanente, políticas e programas voltados à preservação da saúde dos Membros e Servidores. Pretende-se evitar situações de desconforto corporal e prevenir moléstias laborais, aumentando os níveis de bem-estar pessoal, o estímulo para o trabalho e a produtividade.

Atestados médicos em 2005 - 2012

Principais causas

Doenças do sistema osteomuscular e transtorno mental e comportamental

Membros

Número de atestados médicos: **779**

Dias de afastamento: **14.533** — média de 4,97 membros afastados por dia

Servidores

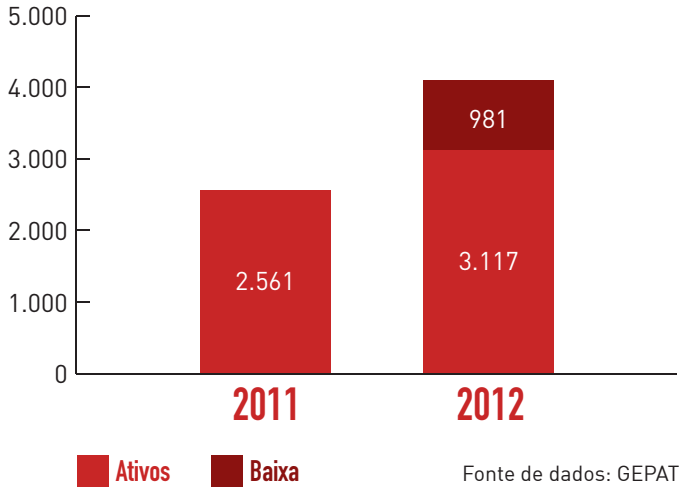
Número de atestados médicos: **1.901**

Dias de afastamento: **28.533** — média de 9,77 servidores afastados por dia

Estrutura da Tecnologia de Informação

Os investimentos realizados permitiram a atualização tecnológica dos *hardwares*, *softwares* e serviços de rede de dados da Instituição, possibilitando ganhos significativos de produtividade e de gestão.

Microcomputador



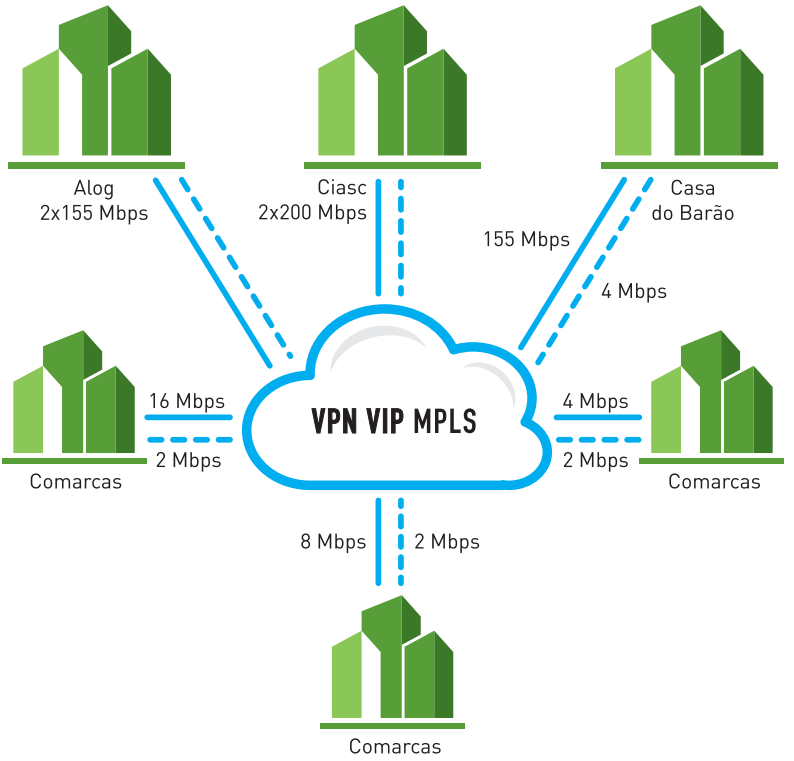
Fonte de dados: GEPAT

A nova estrutura de rede que está sendo implementada no Estado irá garantir uma maior velocidade no tráfego de dados, à medida que as Comarcas de entrância inicial passaram a operar em rede de fibra óptica com *links* de 4 Mbps e as maiores com *links* de 16 Mbps. Paralelamente a essa nova rede de dados voz e imagem, será colocada à disposição, por Comarca, uma rede de dados, voz e imagem, redundante, que assumirá a rede principal, sempre que ocorrerem problemas nos *links* principais.

Para que essa rede nova rede redundante não fique ociosa, serão direcionados para essa estrutura os novos serviços contratados de voz e imagem das câmaras de segurança que serão implantadas.

É importante ainda destacar que todos os dados produzidos pela Instituição estão armazenados em servidores de dados de última geração, com redundância, em dois *datacenteres* (CIASC/Florianópolis e ALOG/São Paulo).

Topologia



Fonte: COTEC

Comunicação e aproximação com a sociedade

Ser uma instituição próxima do cidadão impõe à Administração Superior da Instituição melhorar seus resultados organizacionais e estabelecer um canal de comunicação que permita às pessoas da sociedade catarinense identificarem e relacionarem com bastante clareza as ações e a imagem da Instituição.

Na primeira logomarca criada pela Instituição foi inserida a variável humana, por meio de elementos gráficos, onde o P vermelho e o círculo superior, indicando as pessoas que atuam no MP, e o S verde e o círculo superior, indicando a sociedade próxima da Instituição.

Diferentemente do Brasão do Estado, como Arma e Símbolo do Estado, a nova logomarca produzida visa a criar para a sociedade uma identidade institucional percebida pelo cidadão, que diferencie o Ministério Público das demais instituições públicas, dessa forma, permitindo que o objetivo estratégico n. 10 ("melhorar a credibilidade") seja percebido pela atuação dos membros da Instituição, sem que essa atuação seja percebida como vinculada ao Poder Executivo ou outro Poder do Estado.

A nova identidade visual da Instituição deverá permitir que a sociedade, em um curto espaço de tempo, perceba os locais onde se dirigir, sempre que precisar do Ministério Público, em qualquer loca-

lidade do Estado de Santa Catarina, ou pelos meios informativos de comunicação de mídia social ou impressa, visando, com essa medida, a aproximar o cidadão catarinense do Ministério Público. Esse novo logotipo também melhora nossa forma de comunicação com a sociedade, já que é mais humanizada e leve, além de nos dar efetiva identificação e fortalecimento institucional.

TV institucional e vídeos do MPSC

Embora o MPSC não disponha de um canal próprio de televisão, já é possível afirmar que conta com uma TV institucional, mantida com recursos próprios, devido à periodicidade da produção e a variedade de conteúdos em vídeo publicados na televisão, na Internet e na Intranet, para os seus diferentes públicos. Além de manter um programa mensal de TV, o "Alcance do MPSC", em 2012, foi introduzido um novo programa, exclusivamente para a WEB, com produção periódica, "O Promotor Responde". Um passo importante para a consolidação da TV institucional do MPSC foi a implementação do estúdio próprio, no Edifício Campos Salles, na Capital, com a definição e construção do espaço físico e a aquisição de equipamentos. A TV institucional do Ministério Público de Santa Catarina utiliza dois sistemas de publicação de vídeos destinados a atender aos públicos externo (YouTube, TV UFSC, TVAL) e interno (TV WEB MPSC, na Intranet), ambos sob a responsabilidade da Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO).

Produção de vídeos para o público externo

Os vídeos para o público externo são produzidos dentro do projeto "VideO Seu Direito", destinado à elaboração de conteúdo audiovisual educativo, de caráter institucional, para a veiculação em emissoras de TV e no canal do MPSC no YouTube. Em 2012, a COMSO produziu 11 edições do programa Alcance (incluindo uma edição gravada em dezembro para a exibição em fevereiro de 2013), um vídeo

institucional no formato videorreportagem (Planejamento Estratégido 2012-2022), oito edições de "O Promotor Responde" e mais outros 202 vídeos, entre inéditos e versões.

O total de exibições do conteúdo do canal institucional do MPSC no YouTube, no período, incluindo aí os vídeos publicados nos anos anteriores, chegou a 53.363, um crescimento de 49,67% em relação a 2011. A audiência diária subiu 50,3%, em relação ao ano anterior, e atingiu a média de 145,8 visualizações, com um pico de 374 exibições em um único dia (3/2/12). Com isso, o canal do MPSC terminou o seu quarto ano de atividade com um total de 116.589 exibições.

Exibições na TV

O MPSC produz um programa mensal para a televisão, o "Alcance do MPSC", exibido, em diferentes horários, no canal universitário da Universidade Federal de Santa Catarina-TV UFSC (canal 15, da NET, na Grande Florianópolis). Ao longo de 2012, o "Alcance do MPSC" foi veiculado 285 vezes, num total aproximado de 140 horas de exibição de conteúdo institucional do Ministério Público de Santa Catarina. Além das edições inéditas, as edições antigas são mantidas na grade de programação da emissora, pois os programas são produzidos de maneira a manter-se sempre atual.

Em 2012, foram veiculadas 11 edições inéditas, de janeiro a dezembro (por problemas técnicos no estúdio da TV UFSC, onde o programa é gravado, em novembro, não houve gravação). Nesse ano, o programa deu voz a 13 membros do MPSC, entre Promotores e Procuradores de Justiça, incluindo o Procurador-Geral de Justiça.

MPSC no Twitter

A página do MPSC no Twitter (www.twitter.com/mpscnoticias) seguiu sendo alimentada, ao longo de 2012, com o resumo de cada no-

tícia produzida sobre a atuação da Instituição em favor da sociedade e com os links para os vídeos publicados no YouTube. O número de seguidores saltou de 3.700, em 2011, para 5.500, em 2012.

Produção de notícias

A elaboração e divulgação de notícias para o portal institucional encaminhadas para os meios de comunicação cresceu 41%, ano passado, em relação a 2011. Em 2012, foram produzidas 643 notícias para o público externo.

Atendimento aos profissionais da mídia

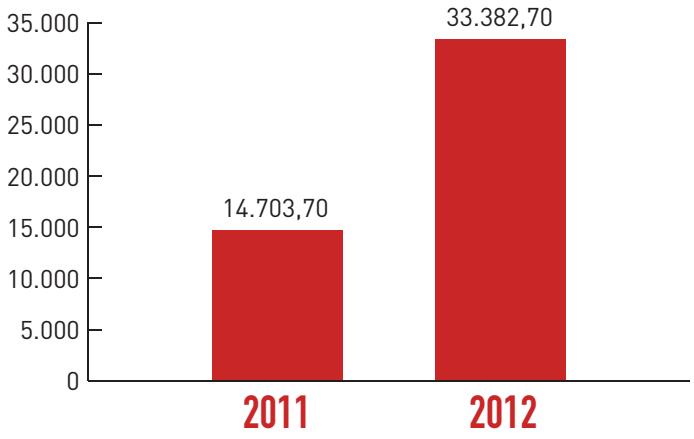
O interesse dos meios de comunicação pela atuação do Ministério Público continuou. Os Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social da Instituição atenderam, em 2012, uma média de oito jornalistas por dia, sempre primando pelo zelo e pela agilidade no atendimento e as diretrizes de eficiência, clareza e interesse público.

Estruturas físicas e de segurança adequadas

Os esforços institucionais para proporcionar ambientes de trabalho adequados à produção de serviços ágeis e com qualidade ao cidadão pressupõem que, além de serem prestados por pessoal qualificado e sistemas informatizados, precisam estar ao abrigo de instalações físicas que proporcionem segurança e conforto ambiental.

Nesse sentido, os equipamentos, mobiliários e imóveis da Instituição estão procurando atender ao escopo da acessibilidade e da ergonomia, dentro de critérios da nova economia verde, comprometida com a sustentabilidade.

Imóveis próprios (em m²)

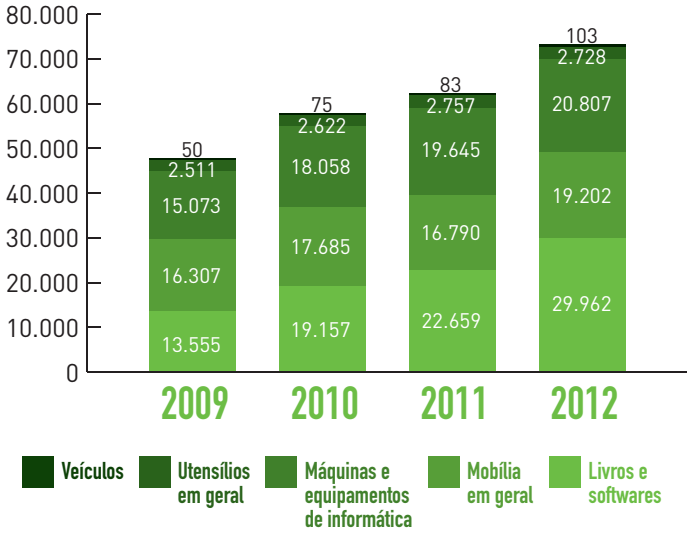


Fonte de dados: COENG

Os dados da gestão patrimonial da Instituição que incluem informações dos módulos de patrimônio e almoxarifado, integrados aos dados financeiros e de contabilidade, foram ajustados no novo sistema de gestão administrativa para permitir a atualização e a depreciação de valores dos bens móveis e imóveis do Ministério Público, assim como a identificação da responsabilidade e da localização no momento de emissão do "Termo de Responsabilidade" pela guarda patrimonial.

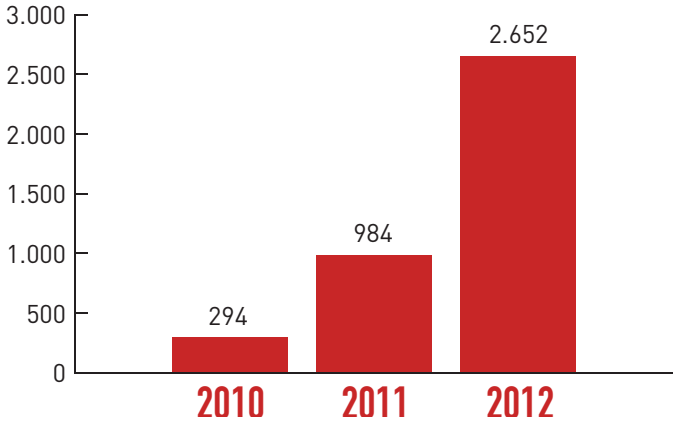
As novas aquisições e as baixas do patrimônio podem ser avaliadas nos quadros a seguir. Os bens baixados são constituídos de mobiliário e equipamentos de informática doados a instituições públicas e organizações de interesse social.

Patrimônio Móvel do MPSC



Fonte de dados: GEPAT

Baixa de bens do MPSC

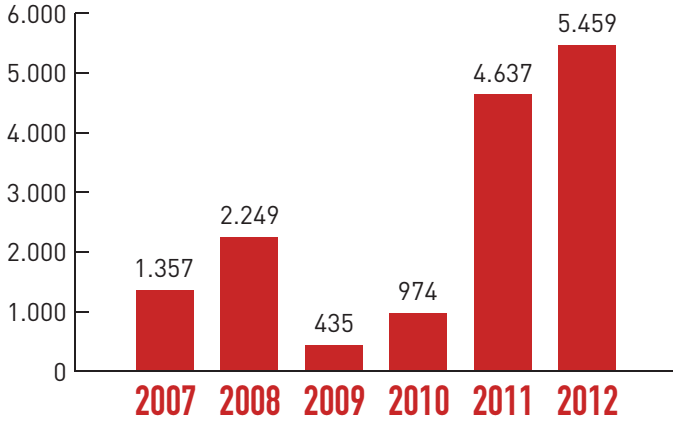


Fonte de dados: GEPAT

Capacitando para o Futuro

Em 2012, o Ministério Público iniciou ações visando a conhecer, potencializar, integrar e subsidiar a gestão das competências individuais e institucionais, visando à auto-realização das pessoas e à excelência no cumprimento da missão institucional. Esse salto qualitativo pode ser observado na evolução dos números de pessoas que participaram de eventos do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

Participantes em eventos do CEAF



Fonte de dados: CEAF

Relações institucionais externas

No ano de 2012, foram ampliados os esforços da Administração, no sentido do aperfeiçoamento das relações funcionais e institucionais do Ministério Público com órgãos e agentes externos, primando-se pela valorização do trabalho de todos e pelo prestígio dos

valores e princípios éticos, forte na premissa de que a melhor forma de resolver e superar problemas e conflitos é o diálogo franco e respeitoso. É franqueando a palavra a todos que a Instituição colhe boas ideias e enriquece o acervo de projetos e iniciativas.

O MPSC participou do "café de negócios" promovido pela FIESC, com a presença de todos os seus dirigentes, nesse encontro foram apresentados os projetos de cunho social e facultando ao MPSC a apresentação de seus projetos institucionais, possibilitando importantes parcerias. No mesmo sentido, alinhou-se à FECAM, com a qual o Ministério Público vem implementando projeto inédito e pioneiro no País, voltado para o combate à sonegação de tributos e renúncias irregulares de receitas municipais. Também temos mantido uma pauta de reuniões periódicas com diversas Secretarias de Estado, com destaque para as de Segurança, Justiça, Fazenda, Saúde e Educação, para o trato de assuntos de interesse comum e a realização de trabalhos conjuntos.

Do mesmo modo, foram promovidos contatos com representantes da sociedade civil organizada e de cidadãos, isoladamente, sempre focados na valorização do Ministério Público e no realce de suas funções. O MPSC também integrou-se à Rede Estadual de Educação Coorporativa de Santa Catarina, viabilizando o intercâmbio de instrutores e de vagas entre as instituições integrantes daquele organismo, viabilizando a redução de custos e ampliação das opções de treinamento para Membros e Servidores.

Em relação aos principais parceiros institucionais, procurou-se não criar estruturas paralelas, onerando o erário, quando já existem serviços públicos estruturados que podem atuar conosco em regime de cooperação. Daí porque, além de aperfeiçoar os existentes, deveremos celebrar novos convênios com universidades, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, IGP, Corpo de Bombeiros, FATMA, Vigilância Sanitária, Imetro, entre outros, objetivando garantir suporte técnico

para as atividades dos órgãos de execução e aliviar a demanda que hoje recai sobre o CIP, cuja estrutura, apesar de a termos fortalecida, não conseguiu reduzir o tempo de resposta ao nível desejado. Com o Tribunal de Contas, por exemplo, pretendemos ajustar a remessa sistemática de informações, antes do julgamento da matéria por aquele órgão, sempre que houver fortes indícios de crime ou ato de improbidade administrativa. E, com o Tribunal de Justiça, programar a remessa sistemática de leis e atos normativos municipais e estaduais, sempre que estes, por vício de constitucionalidade, venham a transformar-se em causa determinante de demandas judiciais e repetitivas, aforadas em larga escala.

III
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão da Administração Superior, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou, no ano de 2011, as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Audiências realizadas	173
Reuniões realizadas	482
Reuniões no CNPG e no CNMP	34
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	19
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	27
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	44
Reuniões da Comissão de Concurso	26
Projetos de Lei elaborados	7
Atos	608

Portarias	2529
Resoluções (do Colégio)	1
Convênios	50
Consultas de remoção dos Procuradores de Justiça	2

O Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação aos Subprocuradores-Gerais de Justiça ou a outros Órgãos do Ministério Público, realizou, no ano de 2012, as seguintes atividades:

Na área criminal	
Espécie	**Quantidade**
Procedimentos Administrativos (IP/TC/Notícias Criminais/PIC)	
Remanescentes do período anterior	114
Retornados (Tribunal de Justiça/Delegacia/outros órgãos – antigos)	72
Recebidos/instaurados no período (IP/TC/Notícias Criminais - novos)	173
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC) instaurados no período	62
Arquivados (IP/TC/ Notícias Criminais)	57
Arquivados (PIC)	17
Propostas de Transação Penal	3
Requisição de Inquérito Policial/Baixa Delegacia	53
Remetidos a outros órgãos	123
Outras situações de baixa estatística	6
Denúncias oferecidas	39
Passam para o período seguinte	123
Processos Judiciais	
Remanescentes do período anterior	0

Recebidos	97
Propostas de Suspensão Condicional do Processo	10
Alegações Finais	13
Outras Manifestações	70
Recursos	2
Passam para o período seguinte	2
Outras Atividades em Matéria Penal e Processual Penal	
Contrarrazões e manifestações (art. 600, § 4º, do CPP)	966
Art. 28 do CPP	94
Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	172

No controle da Constitucionalidade	
Espécie	**Quantidade**
Representações encaminhadas ao Procurador-Geral da República	1
Processos distribuídos	113
Pareceres exarados como *custos legis*	111
Notícias de fato recebidas	124
Pareceres em notícias de fato	117

Na área Civil/Constitucional	
Espécie	**Quantidade**
Inquéritos Civis/ Procedimentos Preparatórios/Peças Informativas	
Remanescentes do período anterior	9
Devolvidos pelo CSMP para diligências/outros	0
Recebidos/instaurados no período	43
Arquivados com ajustamento de conduta	0
Arquivados sem ajustamento de conduta	4

Concluídos/anexados à petição inicial	0
Representações indeferidas	9
Remetidos ao MPF ou outro órgão do MPE	12
Outras situações de baixa estatística	8
Passam para o período seguinte	19
Ajustamentos de Conduta em Execução	1
Ações Civis Ajuizadas	
Ações Civis Públicas (art. 93, V, LC 197/2000)	0
Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI (art. 93, VI, LC 197/2000)	15
Ações Constitucionais (MS, HD, MI) (art. 93, II e III, LC 197/2000)	0
Ações de declaração de indignidade/incompatibilidade para o oficialato e perda do posto ou patente ou de perda da graduação de praças da PM (art. 93, XV, LC 197/2000)	2
Outras ações ou medidas de natureza civil (art. 93, IV, VII, VIII e IX, LC 197/2000)	1
Processos Judiciais	
Remanescentes do período anterior	0
Recebidos no período	151
Manifestações em Ações Civis Públicas	3
Manifestações em Procedimentos do Regime Especial de Precatórios	34
Pareceres diversos em feitos de tramitação originária no TJSC	106
Outras Manifestações	4
Recursos	2
Passam para o período seguinte	2

Outras Atividades	
Espécie	**Quantidade**
Audiências judiciais	5
Sessões do TJ	15
Audiências com Ministros de Tribunais Superiores	1
Reuniões/audiências extrajudiciais	24
Palestras sobre assuntos institucionais	2
Decisões em Conflitos de Atribuições	61
Decisões em Consultas de Atribuições	6
Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	4
Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	84

Aspectos qualitativos:

Criação de Promotorias de Justiça e de cargos na carreira do Ministério do Público

Pela Lei Complementar n. 570, de 8 de maio de 2012, foram criados, na estrutura de primeiro grau do Ministério Público de Santa Catarina, 3 (três) Promotorias de Justiça, com os respectivos cargos de Promotor de Justiça, a saber: 13ª e 14ª Promotorias de Justiça da Comarca de Chapecó e 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Curitibanos. Além disso, pelo mesmo diploma legal, foram criados a 19ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com sede na Comarca de São José, e 3 (três) cargos de Promotor de Justiça Substituto nela lotados.

Instalação de Promotorias de Justiça

Instalação, no ano de 2012, de oito Promotorias de Justiça em várias Comarcas do Estado, a saber: 13ª Promotoria de Justiça da Co-

marca de Itajaí; 13ª e 14ª Promotorias de Justiça da Comarca de São José; 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque; 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio do Sul; 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balneário Camboriú; 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim; e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha.

Reajustes salariais

Em cumprimento à Lei Complementar n. 431/2008, foi reajustado o piso salarial dos servidores do Ministério Público de Santa Catarina, a partir de 1º de junho de 2012, em 6,2% (seis vírgula vinte e dois por cento), passando a corresponder a R$ 744,22 (setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos), conforme Lei Complementar n. 577, de 6 de agosto de 2012.

2 Atividades do Colégio de Procuradores

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou diversas atividades no ano de 2012, destacando-se as seguintes:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias	10
Sessões extraordinárias	3
Sessões solene de posse	6
Referendo a nome indicado para a função de Corregedor-Geral Substituto	1
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	6
Ato de redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça	14
Ato de criação de circunscrição do MPSC	1

Eleições realizadas	3
Aprovação de proposta orçamentária	1
Feitos recebidos	6
Feitos distribuídos	6
Feitos – pedido de vista	6
Publicações Oficiais (Diário Oficial Eletrônico do MPSC)	34
Editais de Convocação	17
Editais Diversos	3
Resolução	1
Súmulas	13
Atas	13
Aprovação de Anteprojeto de Lei Complementar	3
Aprovação de proposta de alteração de Ato	2

3 Atividades do Conselho Superior

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou diversas atividades no ano de 2012, destacando-se as seguintes:

Espécie	Quantidade
Sessões ordinárias - Pleno	21
Sessões extraordinárias - Pleno	6
Sessões – 1ª Turma Revisora	21
Sessões – 2ª Turma Revisora	21
Sessões – 3ª Turma Revisora	21
Súmulas	27
Atas	27

Convocações (Pleno + Turmas Revisoras)	48
Formação de Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira	1
Feitos recebidos	4.031
Feitos distribuídos	4.127
Feitos julgados	3.965
Acompanhamentos de feitos baixados em diligência	117
Editais de remoção	52
Editais de Promoção	92
Movimentação no quadro – Opções	41
Movimentações no quadro – Remoções	26
Movimentação no quadro – Promoções	49
Vitaliciamentos aprovados de membros do MPSC	20
Pedidos recebidos para residir fora da comarca de lotação	21
Pedidos aprovados para residir fora da comarca de lotação	19
Aprovação do quadro de antiguidade dos membros do MPSC	1
Sorteios do critério de provimento	1
Edição de Resoluções	4
Publicações Oficiais (Diário Oficial Eletrônico do MPSC)	300

Em 2012, foram recebidos 4.031 feitos, o que resulta, na média de 336, por mês. Em relação ao ano de 2011, houve aumento na ordem de: a) 19,7 % no número de feitos recebidos na Secretaria do Conselho Superior, passando de 3.365 para 4.031; e b) 23,15 % no número de feitos distribuídos aos Conselheiros, passando de 3.351 para 4.127.

4 Atividades da Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão de Administração Superior, realizou diversas atividades no ano de 2012, destacando-se as seguintes:

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em estágio probatório	45
Relatórios trimestrais de estágio probatório	118
Processos de vitaliciamento, concluídos e arquivados, de Promotores de Justiça	20
Consultas respondidas	27
Pedidos de explicações instaurados	3
Correições realizadas	107
Visitas de inspeção realizadas	2
Sindicâncias instauradas	2
Processos administrativos instaurados	6
Procedimentos Administrativos Preliminares	82
Atos	3
Recomendações	2
Portarias expedidas	61
Expedição de certificados de estágio	3
Procedimentos de anotação em ficha funcional	4
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	12
Participação, como membro nato, de Sessões do CSMP	27
Participação de sessões do Colégio de Procuradores	13
Participação em reuniões do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais	5

Manifestações em procedimentos de redistribuição de atribuições	15
Procedimentos de Acompanhamento de Residência (PARes) instaurados	25

5 Atividades das Coordenadorias de Recursos

As Coordenadorias de Recursos Cíveis e Criminais, como Órgãos de Execução, realizaram diversas atividades no ano de 2012, destacando-se as seguintes:

Coordenadoria de Recursos Criminais – aspectos quantitativos	
Espécie	**Quantidade**
Acórdãos recebidos para análise	12.884
Processos requisitados para estudo	725
Total de recursos interpostos	320
Recursos especiais interpostos	200
Recursos extraordinários interpostos	40
Recursos de embargos interpostos	58
Agravos interpostos	19
Outros recursos interpostos	3
Contrarrazões de recursos	1.569
Outras manifestações recursais (petições diversas)	51
Feitos pendentes de manifestação	37
Em estudo para verificação de possibilidade de interposição de recurso	4
Prazo aberto para oferecimento de contrarrazões	33

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos quantitativos	
Espécie	**Quantidade**
Acórdãos recebidos para análise	31.898
Processos requisitados para estudo	573
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	64
Total de recursos interpostos	251
Recursos especiais interpostos	65
Recursos extraordinários interpostos	27
Recursos de embargos interpostos	79
Agravos interpostos	56
Outros recursos interpostos	24
Contrarrazões de recursos	315
Outras manifestações recursais (petições diversas)	66
Feitos pendentes de manifestação	26
Em estudo para verificação de possibilidade de interposição de recurso	11
Prazo aberto para oferecimento de contrarrazões	15

Além disso, em termos qualitativos, merecem destaque também a atuação nos feitos relacionados abaixo, os quais versam sobre matérias afetas às áreas da execução penal, meio ambiente, tráfico de drogas, moralidade, cidadania, infância e juventude e direito de família.

Coordenadoria de Recursos Criminais – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Execução Penal	2011.039150-3	Na progressão de regime, a superveniência de nova condenação definitiva sempre altera a data-base para a concessão do benefício, sendo a data do trânsito em julgado da nova condenação o termo inicial para a realização da contagem, que passa a ser calculado a partir do somatório das penas que restam a ser cumpridas.	16/4/2012	Concluso ao 2º Vice-Presidente do TJSC
Crime ambiental	2011.063011-3	Trata da dispensabilidade de exame técnico apto a atestar a existência de dano ambiental e a sua causa para verificação do resultado naturalístico previsto no artigo 38 da Lei n. 9.605/98.	4/4/2012	Admitido no TJSC Recebido no STJ Vista ao MPF
Tráfico de drogas	2011.095055-8	Aplicação da causa especial de aumento de pena prevista no inciso III do artigo 40 da Lei n. 11.343/2006 quando a mercancia do entorpecente se dá nas proximidades de estabelecimento escolar.	2/5/2012	Admitido no TJSC Recebido no STJ Vista ao MPF
	2009.067488-8	Refere-se à inocorrência de *bis in idem* pela consideração da quantidade e da qualidade da droga apreendida tanto na fixação da pena-base quanto na determinação da fração de diminuição da pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.	13/3/2012	Admitido no TJSC Recebido no STJ Vista ao MPF

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Moralidade	2008.056134-4	Recurso Especial em Apelação Cível. Art. 105, III, "a" e "c", da Constituição da República. Ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Prefeito e Secretário municipal. Publicidade com caráter de promoção pessoal. Imposição de pena isolada de ressarcimento integral dos danos causados ao erário. Agentes condenados, cada um pela metade, ao ressarcimento. Contrariedade ao art. 12, III, da Lei n. 8.429/92. Ressarcimento ao erário, quando aplicado isoladamente, não caracteriza sanção. Necessidade de reforma do julgado, visando à cumulação de pelo menos uma das sanções previstas no dispositivo. Contrariedade ao art. 942, *caput*, do Código Civil. Solidariedade da obrigação pelo ressarcimento dos danos ao erário. Divergência jurisprudencial. Acórdão paradigma do STJ, que, em caso similar, manifestou entendimento oposto àquele consagrado na decisão recorrida.	5/7/2012	Admitido no TJSC. Na Seção de Digitalização para transmissão ao STJ.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Cidadania	2008.063470-2	Recursos Especial e Extraordinário. Ação civil pública movida pelo Ministério Público buscando sanar irregularidades no Presídio Regional de Itajaí, em especial quanto à superlotação. Ergástulo que, embora destinado exclusivamente a presos provisórios, abriga presos definitivos. Pedido de transferência dos presos definitivos e reforma do local. Extinção do feito sem resolução de mérito. Existência de possibilidade jurídica do pedido. Inexistência no ordenamento jurídico de proibição do pedido. Dispositivos do CNCGJ/SC que estabelecem que cabe ao Juiz-Corregedor determinar a transferência de presos, na esfera administrativa, não impedem o exame judicial da matéria. Contrariedade aos arts. 267, VI, e 295, parágrafo único, III, do CPC. Recurso extraordinário. Violação do art. 2º da Constituição da República.	4/4/2012	Admitidos no TJSC. RESP na Seção de Digitalização para transmissão ao STJ.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Cidadania	2009.075059-7	Recursos Especial e Extraordinário. Ação civil pública movida pelo Ministério Público buscando sanar irregularidades no Presídio Regional de Tubarão, em especial quanto à superlotação. Ergástulo que, embora destinado exclusivamente a presos provisórios, abriga presos definitivos. Pedido de transferência dos presos excedentes à sua capacidade, proibição de receber novos presos sem prévia autorização judicial e reforma do local. Extinção do feito sem resolução de mérito. Existência de possibilidade jurídica do pedido. Inexistência, no ordenamento jurídico, de proibição do pedido. Dispositivos do CNCGJ/SC que estabelecem que cabe ao Juiz-Corregedor determinar a transferência de presos, na esfera administrativa, não impedem o exame judicial da matéria. Contrariedade aos arts. 267, VI, do CPC e 66, VIII, da Lei de Execução Penal (LEP). Violação do art. 2º da Constituição da República.	11/5/2012	Admitidos no TJSC. RESP na Seção de Digitalização para transmissão ao STJ.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Infância e Juventude	2010.017230-2	Recurso Especial e Medida Cautelar. Agravo de instrumento. Ação de investigação de paternidade, cumulada com alimentos, movida pelo Ministério Público. Réu não localizado. Determinação para que o Ministério Público providencie a citação editalícia, com a publicação de edital em jornal local, a teor do que dispõe o art. 232, III, do CPC. Omissão do acórdão embargado quanto à análise do disposto nos arts. 19, § 2º, e 27 e 232, § 2º, do CPC. Impossibilidade de o órgão ministerial adiantar custas. Rejeição dos embargos de declaração. Negativa de vigência ao disposto nos arts. 19, § 2º, 27 e 232, § 2º, do CPC. Inexistência de previsão orçamentária no MP para tal finalidade.	21/6/2012	RESP admitido e MC deferida no TJSC. RESP na Seção de Digitalização para transmissão ao STJ.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Cidadania	2010.022414-4	Agravo em Recurso Extraordinário. Ação civil pública movida pelo Ministério Público, visando a sanar irregularidades no Presídio Regional de Jaraguá do Sul, em especial quanto à superlotação. Ergástulo que abriga presos definitivos, embora destinado exclusivamente a presos provisórios. Pedido de transferência dos presos definitivos. Extinção do feito sem resolução de mérito, com base no art. 267, VI, do CPC. Existência de possibilidade jurídica do pedido e de interesse de agir. Violação do art. 5º, XXXV, da Constituição da República. Ausência de vedação legal ao pedido formulado em sede de ação civil pública. Independência das esferas judicial e administrativa correicional dos presídios.	16/5/2012	Na Seção de Agravos, para juntada de petição.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Moralidade	2010.063760-2	Recurso Extraordinário. Ação civil pública. Venda de imóvel sem procedimento licitatório. Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário. Art. 37, § 5º, da Constituição da República. Ação que visou à anulação do contrato de promessa de compra e venda e da escritura pública, além da recomposição do patrimônio público. Acórdão que negou provimento à apelação do Ministério Público e confirmou a sentença que extinguiu o processo com resolução de mérito, em vista da prescrição da pretensão de nulidade do negócio jurídico.	1º/8/2012	RE admitido no TJSC em 19/2/2013.
Moralidade	2011.012114-0	Recurso Especial. Embargos Infringentes. Ação Rescisória em razão da condenação por ato de improbidade administrativa em ação ajuizada pelo Estado de Santa Catarina. Decisão que julga procedente a ação para afastar a legitimidade do estado. violação aos arts. 16, 17, *caput*, §§ 2º e 3º, e 18 da Lei n. 8.429/92. Precedentes: RESP 1263538/BA, RESP 1067326/PA, RESP 1070067/RN, RESP 1113200/SP, CC 100300/PI E RESP 1024648/MG.	3/9/2012	RESP negado no TJSC. ARESP interposto no TJSC em 31/1/2013.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Infância e Juventude	2012.027043-9	Recurso Especial. Conflito de competência. Ação ordinária de fornecimento de medicamentos para infante. Conflito julgado procedente para declarar a competência da Vara da Fazenda Pública para análise e julgamento do feito. Embargos de declaração. Omissão. Disposições da lei federal que disciplinam a matéria que se sobrepõem às normas do Código de Divisão e Organização Judiciária de Santa Catarina. Rejeição. Contrariedade ao disposto no art. 535, II, do CPC, e negativa de vigência aos arts. 11, § 2º, 148, IV, 208, VII, e 209, da Lei n. 8.069/90; 91 e 113 do CPC.	30/11/12	RESP negado no TJSC. No prazo para interposição de Agravo.

Coordenadoria de Recursos Cíveis – aspectos qualitativos				
Área	**Processo**	**Matéria**	**Data de atuação**	**Estágio atual**
Família	2012.076577-0	Agravo Regimental. Reclamação na Reclamação. Investigação oficiosa de paternidade. Indeferimento em juízo monocrático, com base no art. 243, § 1º, do RITJSC, ante a ausência de decisão que importou na inversão da ordem legal do processo. Extinção prematura do processo que ofende as normas decorrentes da proteção integral e da prioridade absoluta da criança previstas nos arts. 227 da Constituição da República, 1º, 3º, 4º e 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente, além do art. 2º, § 1º, da Lei n. 8.560/1992. Ausência de análise do mérito do recurso. Impossibilidade de interposição direta de eventuais recursos aos tribunais superiores. Decisão que não comporta recurso específico. Inversão da ordem legal do processo. Extinção da reclamação inicial sem a prévia oitiva da genitora da criança. Cabimento da reclamação.	27/11/12	Não conhecido no TJSC. ED interpostos no TJSC em 17/1/2013.

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

As Procuradorias de Justiça Cível e Criminal, como Órgãos de Administração do Ministério Público, realizaram diversas atividades no ano de 2012, destacando-se as seguintes:

Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça Cível	
Espécie	**Quantidade**
Sessões Ordinárias	10
Sessões Extraordinárias	3
Atas	13
Sessões na CERC/Chapecó	17
Proposta de alteração de Ato	1
Elaboração da escala de Férias dos Procuradores	1
Eleição de Coordenador e Sub-Coordenador	1
Editais de Convocação para Sessões	13
Elaboração da Planilha de Substituições	12
Requerimentos/transferências de férias/licenças-prêmio/LTS	69
Requerimentos para pagamentos de diárias	17
Requerimentos para compras de passagens aéreas	34
Reservas em hotéis	15
Pareceres (Ato 103/2004)	4.910

Coordenadoria Administrativa da Procuradoria de Justiça Criminal	
Espécie	**Quantidade**
Sessões ordinárias	9
Atas	9
Elaboração da Escala de Férias dos Procuradores	1
Ofícios expedidos	32
Ofícios recebidos	4
Editais de consulta, ref. substituição a Procuradores de Justiça	4
Editais de Convocação para Reuniões	9
Eleição para Coordenador e Sub-Coordenador	1
Elaboração de Planilha de Substituições	12
Requerimentos/transferências de férias/licenças-prêmio/LTS	70

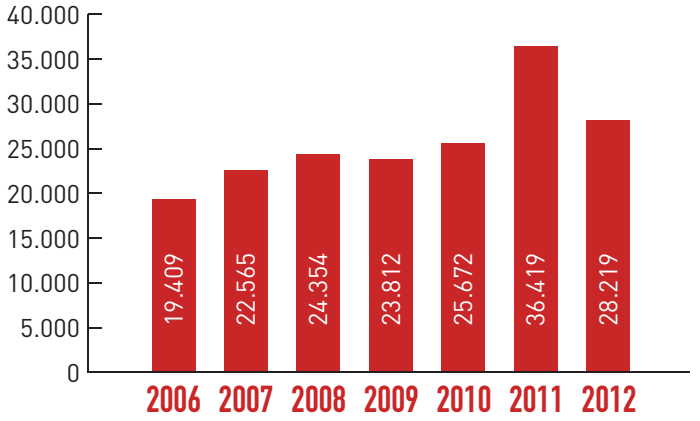
Além dessas atividades, os Procuradores de Justiça, como Órgãos de Execução, tiveram atuação destacada em inúmeros feitos judiciais, conforme tabela abaixo:

Período	Área	Vindos do ano anterior	Distribuídos	Pareceres exarados	Saldo em Gabinete
2011	Criminal	460	14.253	13.474	779
	Civil	608	22.166	21.181	985
	TOTAL	**1.068**	**36.419**	**34.656**	**1.764**
2012	Criminal	561	13.491	13.847	205
	Civil	825	14.728	15.383	160
	TOTAL	**1.386**	**28.219**	**29.230**	**365**

Fonte de dados: CGMP

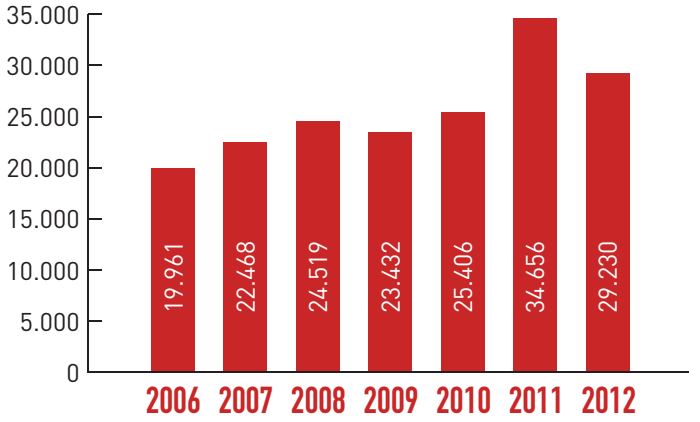
Os gráficos que seguem demonstram o histórico da atuação dos Procuradores de Justiça, como órgãos de execução, nos últimos anos:

Total de Processos Distribuídos às Procuradorias de Justiça



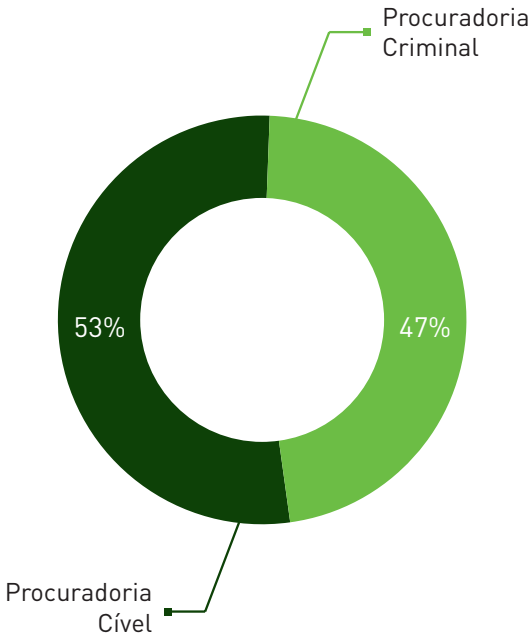
Fonte de dados: CGMP

Total de Pareceres Exarados pelas Procuradorias de Justiça



Fonte de dados: CGMP

Pareceres Exarados por Procuradoria de Justiça



7 Atividades dos Promotores de Justiça

7.1 Na área criminal

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
1 Inquéritos/Notícias Criminais/ Procedimentos/Termos	**307313**	**333240**	**8,44%**
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**22680**	**21187***	**-6,58%**
1.2 Retornados: delegacia/cartório/outro órgão de origem (antigos)	**140261**	**159826***	**13,95%**
1.3 Recebidos/instaurados no período (somente os novos)	**144372**	**152227**	**5,44%**
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados	517	841*	62,67%
b) meio ambiente	3328	3530	6,07%
c) consumidor	469	464	-1,07%
d) moralidade administrativa	171	271	58,48%
e) idosos	181	283	56,35%
f) pessoas portadoras de deficiência	11	19	72,73%
g) violência doméstica e relação familiar	17778	17717	-0,34%
h) preconceito racial	7	64	814,29%
i) ordem tributária	1145	2759*	140,96%
j) Código Penal Militar	2413	2408	-0,21%
k) outras infrações de menor potencial ofensivo	47523	56369	18,61%
l) área comum/outros	70829	67502	-4,70%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
1.4 Transações Penais	**20055**	**24868**	**24,00%**
a) meio ambiente	1032	1080	4,65%
b) consumidor	39	37	-5,13%
c) moralidade administrativa	6	12	100,00%
d) idosos	18	17	-5,56%
e) pessoas portadoras de deficiência	3	0	-100,00%
f) ordem tributária	12	23*	91,67%
g) Código Penal Militar	115	4	-96,52%
h) Código de Trânsito Brasileiro	1529	2345	53,37%
i) abuso de autoridade	172	39	-77,33%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	14234	19036	33,74%
k) área comum/outros	2895	2275	-21,42%
1.5 Arquivados	**57339**	**58879**	**2,69%**
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	75	146*	94,67%
b) meio ambiente	461	651	41,21%
c) consumidor	71	116	63,38%
d) moralidade administrativa	76	98	28,95%
e) idosos	107	124	15,89%
f) pessoas portadoras de deficiência	6	30	400,00%
g) violência doméstica e relação familiar	6594	6549	-0,68%
h) preconceito racial	5	11	120,00%
i) ordem tributária	392	778*	98,47%
j) Código Penal Militar	482	605	25,52%
k) Código de Trânsito Brasileiro	3179	3170	-0,28%
l) abuso de autoridade	345	336	-2,61%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
m) outras infrações de menor potencial ofensivo	19127	18728	-2,09%
n) área comum/outros	26419	27537	4,23%
1.6 Baixados para diligência	**34213**	**42654***	**24,67%**
1.7 Extinção da punibil. pelo cumprim. da transação (formalizada)	**11462**	**10299***	**-10,15%**
1.8 Remetidos a outra promotoria e outras situações de baixa estatística	**58107**	**59833***	**2,97%**
1.9 Intimações diversas	**71764**	**77029***	**7,34%**
1.10 Denúncias oferecidas	**33575**	**39933**	**18,94%**
a) meio ambiente	994	1005	1,11%
b) consumidor	184	211	14,67%
c) moralidade administrativa	49	67	36,73%
d) idosos	56	70	25,00%
e) pessoas portadoras de deficiência	2	29	1350,00%
f) violência doméstica e relação familiar (Lei 11.340/2006)	2712	5758	112,32%
g) preconceito racial	13	12	-7,69%
h) ordem tributária	578	943*	63,15%
h.1) valor nominal sonegado (desprezar frações de milhares)	75734	326185*	330,70%
i) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	3	5	66,67%
j) Código Penal Militar	178	125	-29,78%
k) Código de Trânsito Brasileiro	3389	3225	-4,84%
l) outras infrações de menor potencial ofensivo	4935	6590	33,54%
m) área comum/outros	20482	21893	6,89%
1.11 Passam para o período seguinte	**20798**	**19732***	**-5,13%**

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
2 Tipos Penais denunciados	**32355**	**40243**	**24,38%**
2.1 Área da Coletividade/Código Penal Militar	**1969**	**6274**	**218,64%**
a) meio ambiente	980	955	-2,55%
b) consumidor	185	196	5,95%
c) moralidade administrativa	23	28	21,74%
d) pessoas portadoras de deficiência	2	1	-50,00%
e) preconceito racial	17	14	-17,65%
f) ordem tributária	585	4958	747,52%
f.1) art. 1º da Lei 8.137/80	171	2164*	1165,50%
f.2) art. 2º da Lei 8.137/80	403	2773*	588,09%
f.3) outros contra a ordem tributária	11	21*	90,91%
g) Código Penal Militar	177	122	-31,07%
2.2 Código Penal	**17606**	**20360**	**15,64%**
2.2.1 Contra a Pessoa	3345	3964	18,51%
a) Homicídio	1094	1042	-4,75%
a.1) homicídio simples	256	231	-9,77%
a.2) homicídio qualificado	789	766	-2,92%
a.3) homicídio culposo	49	45	-8,16%
b) Aborto	3	22	633,33%
c) Lesão corporal	1227	1648	34,31%
c.1) lesão corporal dolosa	1141	1562	36,90%
c.2) lesão corporal culposa	68	74	8,82%
c.3) lesão corporal seguida de morte	18	12	-33,33%
d) Sequestro e cárcere privado	21	23	9,52%
e) Outros tipos contra a pessoa	1000	1229	22,90%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
2.2.2 Contra o patrimônio	10547	11642	10,38%
a) furto	5405	5949	10,06%
b) roubo e extorsão	1793	2060	14,89%
c) latrocínio	70	64	-8,57%
d) extorsão com restrição à liberdade ("sequestro relâmpago")	50	67	34,00%
e) extorsão mediante sequestro	40	60	50,00%
d) estelionato e outras fraudes	1315	1338	1,75%
e) outros tipos contra o patrimônio	1874	2104	12,27%
2.2.3 Contra a dignidade sexual	685	786	14,74%
a) estupro	394	451	14,47%
a.1) conjunção carnal	231	257	11,26%
a.2) outro ato libidinoso	163	194	19,02%
b) violação sexual mediante fraude	5	5	0,00%
c) estupro contra vulnerável (exceto vítima menor de 14 anos)	181	207	14,36%
d) outros contra a dignidade sexual	105	123	17,14%
2.2.4 Contra a Administração Pública	1511	2217	46,72%
a) peculato	58	46	-20,69%
b) emprego irregular de verbas ou rendas públicas	0	3	-
c) concussão	18	17	-5,56%
d) corrupção passiva	21	44	109,52%
e) corrupção ativa	35	81*	131,43%
f) prevaricação	9	12	33,33%
g) desacato e resistência	790	1177	48,99%
h) outros contra a Administração Pública	580	837*	44,31%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
2.2.5 Outros tipos do Código Penal	1518	1751	15,35%
2.3 Tipos previstos em leis especiais	**12780**	**13609**	**6,49%**
2.3.1 Lei de Drogas	3949	4817	21,98%
a) posse	1238	1988	60,58%
b) tráfico	2326	2379	2,28%
c) associação para o tráfico	330	379	14,85%
d) outros da Lei de Drogas	55	71	29,09%
2.3.2 Abuso de autoridade	58	42	-27,59%
2.3.3 Tortura	15	16	6,67%
2.3.4 Crimes da Lei de Armas	2016	2127	5,51%
2.3.5 Crimes do Código de Trânsito Brasileiro	4693	4276	-8,89%
a) homicídio culposo	430	429	-0,23%
b) lesão corporal culposa	380	396	4,21%
c) embriaguez	2442	1948	-20,23%
d) racha	6	13	116,67%
e) outros crimes do Código de Trânsito Brasileiro	1435	1490	3,83%
2.3.6 Crimes Eleitorais	70	61	-12,86%
2.3.7 Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores	11	8	-27,27%
2.3.8 Outros	1968	2262	14,94%
3 Crimes contra crianças e adolescentes	**1049**	**1147**	**9,34%**
3.1 Contra a vida	**3**	**3**	**0,00%**
3.2 Lesão corporal e maus-tratos	**101**	**64**	**-36,63%**
3.3 Abandono e omissão de socorro	**42**	**31**	**-26,19%**
3.4 Contra a dignidade sexual	**535**	**623**	**16,45%**

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	468	572	22,22%
b) outros contra a dignidade sexual	67	51	-23,88%
3.5 Crimes previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	**305**	**345**	**13,11%**
a) privação de liberdade - art. 230	2	2	0,00%
b) constrangimento ilegal - art. 232	7	5	-28,57%
c) produção artística pornográfica - art. 240	5	6	20,00%
d) uso de imagem pornográfica - art. 241	16	19	18,75%
e) submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	12	14	16,67%
f) corrupção de menor de 18 anos - art. 244-B	195	261	33,85%
g) outros previstos na Lei n. 8.069/80 (ECA)	68	38	-44,12%
3.6 Abuso de autoridade	**5**	**1**	**-80,00%**
3.7 Tortura	**6**	**7**	**16,67%**
3.8 Outros contra criança e adolescente	**52**	**73**	**40,38%**
4 Crimes contra idosos	**70**	**84**	**20,00%**
4.1 Contra a vida	**0**	**2**	-
4.2 Lesão corporal e maus tratos	**17**	**13**	**-23,53%**
4.3 Abandono e omissão de socorro	**0**	**0**	-
4.4 Contra a dignidade sexual	**9**	**6**	**-33,33%**
a) estupro (conjun. carnal ou outro ato lib.) contra vulnerável	9	6	-33,33%
b) outros crimes contra a dignidade sexual	0	0	-
4.5 Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)	**43**	**60**	**39,53%**
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	25	36	44,00%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	2	3	50,00%
c) art. 105 - Veiculação de informações/ imagens depreciativas	0	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	0	2	-
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor idoso	1	0	-100,00%
f) outros previstos na Lei 10.741/03	15	19	26,67%
4.6 Abuso de autoridade	**0**	**1**	-
4.7 Tortura	**1**	**2**	**100,00%**
5 Violência doméstica e relação familiar	**3180**	**6506**	**104,59%**
5.1 Contra a vida	**24**	**72**	**200,00%**
5.2 Lesão corporal	**1231**	**3080**	**150,20%**
5.3 Ameaça	**1550**	**2622**	**69,16%**
5.4 Contra a dignidade sexual	**68**	**171**	**151,47%**
a) estupro (conjunção carnal ou outro ato libidinoso)	56	132	135,71%
b) outros contra a dignidade sexual	12	39	225,00%
5.5 Contra a honra	**11**	**15**	**36,36%**
5.6 Outros	**296**	**546**	**84,46%**
6 Processos	**738474**	**838638**	**13,56%**
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**6274**	**8858***	**41,19%**
6.2 Recebidos no período	**362963**	**410463**	**13,09%**
a) meio ambiente	6664	6536	-1,92%
b) consumidor	729	816	11,93%
c) moralidade administrativa	568	724	27,46%
d) idosos	137	191	39,42%

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
e) pessoas portadoras de deficiência	2	75	3650,00%
f) violência doméstica e relações familiares	13735	18916	37,72%
g) preconceito racial	5	3	-40,00%
h) área tributária	2420	5945*	145,66%
i) Código Penal Militar	1778	1888	6,19%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	25193	27936	10,89%
k) área comum/outros	311732	347433	11,45%
6.3 Manifestações	**359612**	**413735**	**15,05%**
a) alegações finais	18593	19238*	3,47%
b) medidas cautelares e/ou protetivas	5074	4937	-2,70%
b.1) representação de autorid. policial pela prisão preventiva	656	758*	15,55%
b.2) medidas protetivas de urgência	4418	4179*	-5,41%
c) propostas de suspensão condicional do processo	2718	2558*	-5,89%
d) execução penal	74687	92084	23,29%
e) razões de recursos	2271	2484*	9,38%
f) contrarrazões de recursos	6217	6902*	11,02%
g) pareceres perante a Turma de Recursos	509	642	26,13%
h) outras	98787	116105*	17,53%
i) intimações diversas	150756	168785*	11,96%
6.4 Passam para o período seguinte	**9625**	**5582***	**-42,01%**
7 Intimações de Sentenças	**73758**	**73772**	**0,02%**
7.1 Absolutórias	**4228**	**3776***	**-10,69%**
7.2 Condenatórias	**10935**	**10692***	**-2,22%**
7.3 Pronúncia	**587**	**666**	**13,46%**

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
7.4 Impronúncia	**99**	**152**	**53,54%**
7.5 Desclassificação para o juízo comum	**82**	**118**	**43,90%**
7.6 Absolvição sumária	**314**	**240***	**-23,57%**
7.7 Extinção da punibilidade	**25323**	**24077***	**-4,92%**
7.8 Outras	**32190**	**34051***	**5,78%**
8 Tribunal do Júri - Plenário			
8.1 Sessões de julgamento	**678**	**722**	**6,49%**
8.2 Réus condenados	**516**	**579**	**12,21%**
8.3 Réus absolvidos	**202**	**195**	**-3,47%**
8.4 Decisões desclassificatórias	**87**	**84**	**-3,45%**
9 Pedidos de quebra de sigilo bancário, telefônico e outros	**21014**	**25077**	**19,33%**
9.1 Quebra de sigilo bancário	**164**	**186***	**13,41%**
9.2 Interceptação telefônica	**13504**	**14792**	**9,54%**
9.2.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	722	483*	-33,10%
9.2.2 Procedimentos iniciados no período	1212	1197	-1,24%
9.2.3 Procedimentos findos no período	1007	1268	25,92%
9.2.4 Procedimentos que permanecem em trâmite	927	410*	-55,77%
9.2.5 Telef. monitorados em proced. remanescentes do período anterior	504	1261	150,20%
9.2.6 Telef. monitorados em proced. iniciados no período	4314	4457	3,31%
9.2.7 Telef. monitorados em proced. findos no período	3096	4085	31,94%
9.2.8 Telef. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	1722	1631	-5,28%
9.3 Interceptação em sist. de informação (telemática ou informática)	**304**	**350**	**15,13%**

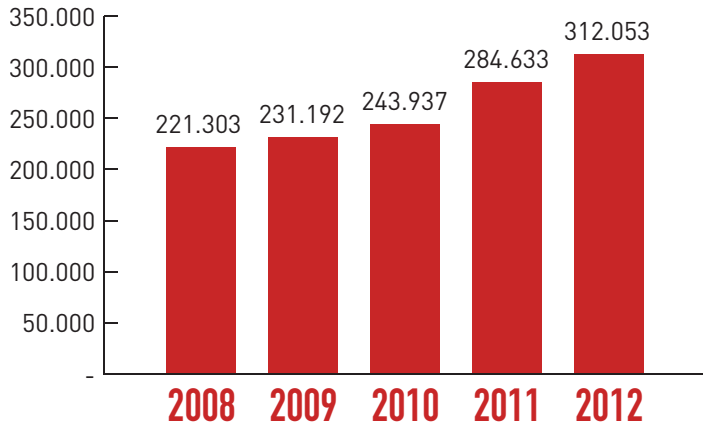
Atividades da área Criminal	2011	2012	%
9.3.1 Procedimentos remanescentes do período anterior	44	23	-47,73%
9.3.2 Procedimentos iniciados no período	56	52	-7,14%
9.3.3 Procedimentos findos no período	33	54	63,64%
9.3.4 Procedimentos que permanecem em trâmite	67	21	-68,66%
9.3.5 End. Elet. monitorados em pr. remanescentes do período anterior	0	34	-
9.3.6 End. Elet. monitorados em proced. iniciados no período	52	66	26,92%
9.3.7 End. Elet. monitorados em proced. findos no período	18	83	361,11%
9.3.8 End. Elet. monitorados em proced. que permanecem em trâmite	34	17	-50,00%
9.4 Número de pessoas investigadas	7042	9749	38,44%
9.4.1 Total de investigados	4141	5793	39,89%
9.4.2 Total de pessoas sob investigação ao fim do período	2901	3956	36,37%
10 Outras atividades	**122651**	**127494**	**3,95%**
10.1 Audiências judiciais	**97362**	**99249***	**1,94%**
10.2 Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	**94**	**91**	**-3,19%**
10.3 Sessões da Turma de Recursos	**80**	**118**	**47,50%**
10.4 Requerimentos de prisão preventiva	**582**	**711**	**22,16%**
10.5 Atos de controle externo da atividade policial	**129**	**289**	**124,03%**
10.6 Visitas a delegacias de polícia	**135**	**189**	**40,00%**
10.7 Visitas a estabelecimentos penais	**452**	**472**	**4,42%**
10.8 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	**2811**	**7213***	**156,60%**

Atividades da área Criminal	2011	2012	%
10.9 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	21006	19162*	-8,78%
11 Pendências com prazo de manifestação vencido	24382	21928	-10,06%
11.1 Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	10086	9199*	-8,79%
11.2 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	49	621	1167,35%
11.3 Processos	2491	2270	-8,87%
11.4 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	11756	9838	-16,32%

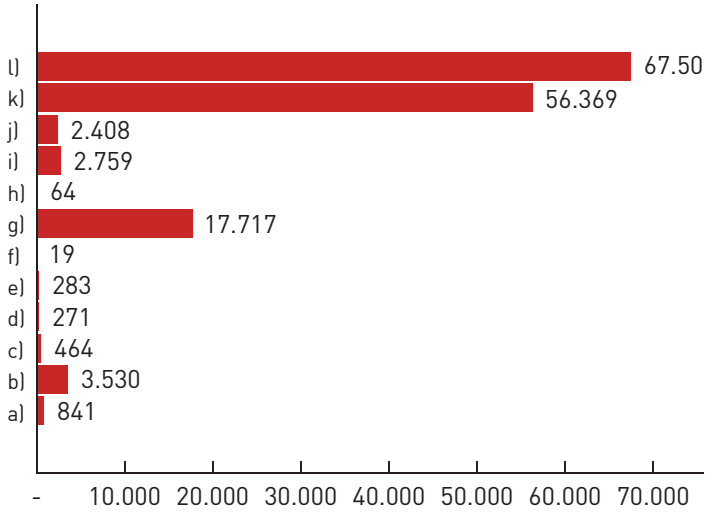
*Acrescidos dados referentes aos Relatórios da Área da Ordem Tributária

Seguem os gráficos representativos das atividades das Promotorias de Justiça, na área criminal, referentes ao ano de 2012.

Total de Notícias Criminais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Procedimentos Administrativos Recebidos

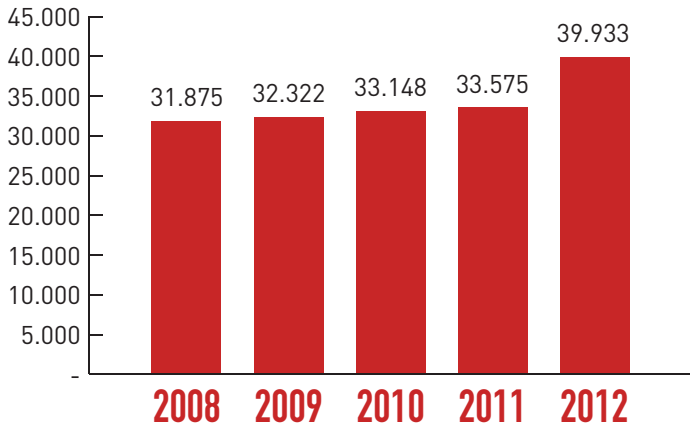


Áreas específicas - apenas novos procedimentos

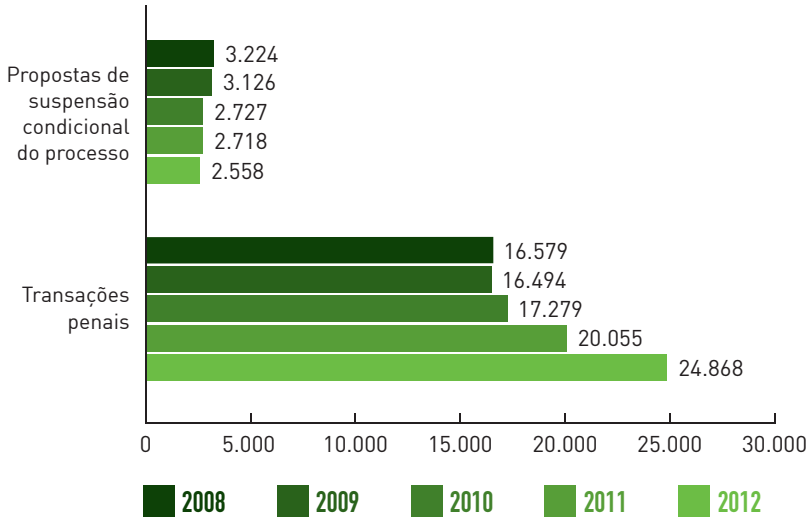


l) área comum/outros
k) outras infrações de menor potencial ofensivo
j) Código Penal Militar
i) ordem tributária
h) preconceito racial
g) violência doméstica e relação familiar
f) pessoas portadoras de deficiência
e) idosos
d) moralidade administrativa
c) consumidor
b) meio ambiente
a) Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados

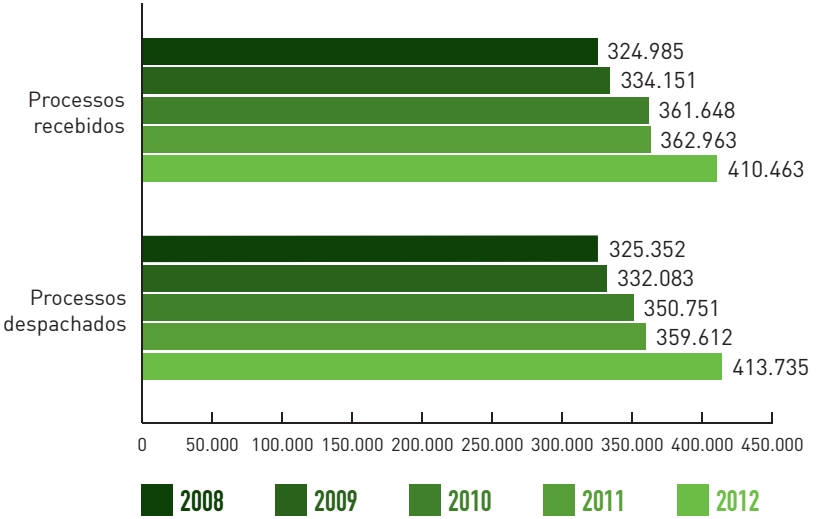
Total de Denúncias oferecidas



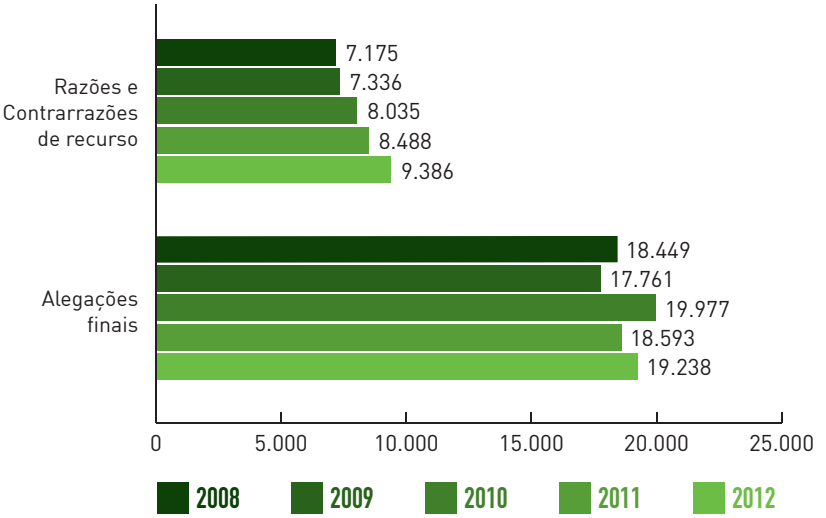
Total de Transações Penais e Propostas de Suspensão Condicional do Processo



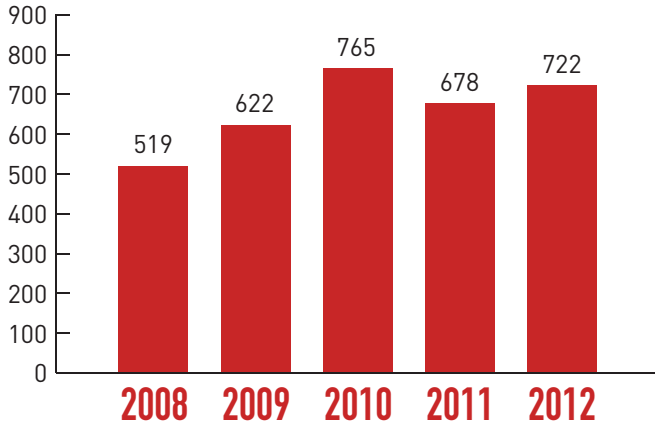
Total de Processos recebidos e despachados



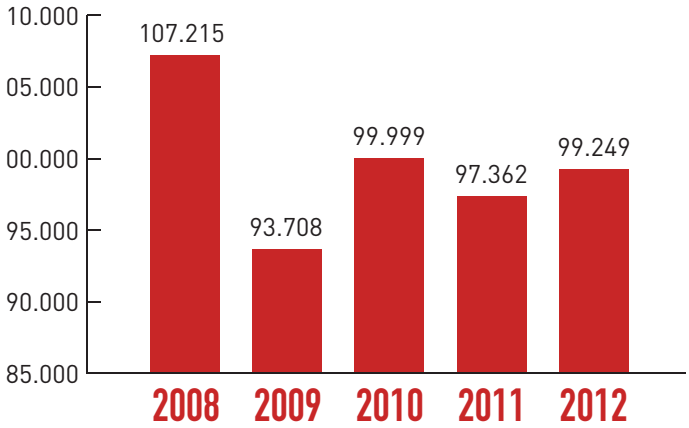
Total de Alegações finais, Razões e Contrarrazões de Recurso



Total de julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri



Total de Participação em Audiências



Os dados estatísticos do ano de 2012 relativos às atividades desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça na área criminal revelam, mais uma vez, uma crescente atuação na área.

No ano de 2012, as Promotorias de Justiça receberam para análise 312.053 procedimentos, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros, representando um aumento de 8,44% em relação ao total recebido no ano de 2011, quando foram registrados 284.633 procedimentos recebidos.

Nas Promotorias de Justiça, foram ofertadas 39.933 denúncias, o que representa um aumento de 18,94 % nas ações penais deflagradas, em comparação ao ano de 2011.

Das denúncias oferecidas, 3.964 trataram de crimes contra as pessoas, apresentando, nesse particular, um acréscimo percentual de 18,51% em relação aos números obtidos, no exercício anterior, quando se alcançou 3.345.

Analisando os dados relativos aos tipos penais denunciados, tem-se que a maior incidência continua a ser no campo dos crimes contra o patrimônio, com 11.642 denúncias, seguidos dos crimes de violência doméstica e relação familiar, com 6.506; crimes contra a ordem tributária, com 4.958; crimes da Lei de Drogas, com 4.817; e, em quinto, dos crimes do Código Brasileiro de Trânsito com 4.276 ocorrências.

Na área dos crimes contra a ordem tributária, os dados estatísticos colhidos das Promotorias de Justiça totalizam 943 denúncias.

Nota-se, ainda, que o total dos valores nominalmente sonegados, objeto das denúncias relativas à área de defesa da ordem tributária, também apresentou acréscimo de 6,65%, uma vez que foram anotados R$ 305.844.000,00 (trezentos e cinco milhões, oitocentos

e quarenta e quatro mil reais), em 2011, diante de R$ 326.185.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil reais) em 2012, equivalendo essa diferença a R$ 20.341.000,00 (vinte milhões, trezentos e quarenta e um mil reais).

Dos 312.053 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios recebidos para exame, em 2012, 152.227 são originários deste ano. Desses, 58.879 foram arquivados e 42.654 retornaram à origem para a realização de novas diligências.

Foram realizadas, em 2012, ainda, 24.868 transações penais, o que representa um aumento na ordem de 24% em relação ao ano de 2011, quando somaram 20.055. A maior incidência de transações penais foi verificada nas práticas delituosas relativas ao Código de Trânsito Brasileiro, com 2.345 registros, seguidos pelo meio ambiente, com 1.080 transações, e a terceira em casos de abuso de autoridade, com 39 registros. Tudo isso sem prejuízo do registro de 19.036 transações penais referentes a outras infrações penais de menor potencial ofensivo e também 2.275 que dizem respeito à área comum/outros.

Dos 333.240 inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios manuseados, no ano de 2012 – o que significa somar os feitos recebidos no período a aqueles que já se encontravam em andamento nas Promotorias de Justiça ao final de 2011 e permaneceram no início de 2012 –, destaca-se que 11,98% foram denunciados; 17,67% arquivados; 12,80% baixados para diligências; e outros 3,09% extintos pelo cumprimento de transações formalizadas.

No campo processual, em 2012, anotou-se o recebimento pelas Promotorias de Justiça de 410.463 processos, verificando-se um incremento de 13,09% em relação ao número de novas entradas registradas no ano de 2011, que foi de 362.963 feitos.

Todavia, o número de processos despachados ultrapassou ao de recebidos no período em 3.272, ou seja, foram despachados 413.735

processos, o que significa um aumento 15,05% em relação ao ano de 2011, quando 359.612 processos sofreram análise.

Remanesceram, para o exercício seguinte (2013), 5.582 processos, o que equivale a uma redução de 42,01%, em relação ao volume remanescente de 2011, para o início de 2012, em carga nas Promotorias de Justiça.

Os Promotores de Justiça participaram, em 2012, de 722 sessões do Tribunal do Júri, o que representa um aumento de 6,49% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 678 julgamentos. Houve também um incremento na participação dos Promotores de Justiça em audiências judiciais, 97.362, em 2011, para 99.249, em 2012, correspondendo a um aumento de 1,94% .

Os relatórios das Promotorias de Justiça com atuação na área criminal apontam uma diminuição de 8,79% na quantidade de inquéritos policiais, notícias criminais e procedimentos investigatórios que passaram, para o ano de 2013, com o prazo de vista vencido, que somaram 9.199, em comparação com os números de 2011 para 2012, quando, então, totalizaram 10.086.

Houve, também, uma diminuição em relação às pendências de manifestação ministerial em processos-crime, remanescendo 2.270 feitos com prazo de vista vencido ao final de 2012, enquanto que, ao final do ano de 2011, tinham 2.491 processos nessa situação, o que corresponde a um decréscimo de 8,87%.

7.2 Na área cível e da coletividade

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
1 Inquéritos Civis/Proced. Prep./Peças Informativas			
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**9204**	**11899**	**29,28%**
1.2 Devolvidos à Promotoria pelo CSMP para diligências/outros	**437**	**670**	**53,32%**
1.3 Instaurados/recebidos no período	**13515**	**15362**	**13,67%**
a) meio ambiente	2779	3086	11,05%
b) consumidor	1838	1595	-13,22%
c) moralidade administrativa	3979	4382	10,13%
d) idosos	819	1255	53,24%
e) pessoas portadoras de deficiência	228	386	69,30%
f) saúde	1370	1696	23,80%
g) fundações	68	98	44,12%
h) outros	2434	2864	17,67%
1.4 Arquivados	5995	6409	6,91%
1.4.1 Sem ajustamento de conduta	5159	5641	9,34%
a) meio ambiente	744	1090	46,51%
b) consumidor	565	593	4,96%
c) moralidade administrativa	1099	1430	30,12%
d) idosos	295	438	48,47%
e) pessoas portadoras de deficiência	84	78	-7,14%
f) saúde	586	454	-22,53%

Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
g) direitos humanos, cidadania e fundações	184	185	0,54%
h) outros	707	711	0,57%
i) remessa ao MPF ou outro órgão do MPE	895	662	-26,03%
1.4.2 Com ajustamento de conduta	836	768	-8,13%
a) meio ambiente	240	294	22,50%
b) consumidor	270	231	-14,44%
c) moralidade administrativa	115	59	-48,70%
d) idosos	21	20	-4,76%
e) pessoas portadoras de deficiência	62	95	53,23%
f) saúde	11	16	45,45%
g) fundações	1	2	100,00%
h) outros	116	51	-56,03%
1.5 Concluídos/anexados à petição inicial	**839**	**1463**	**74,37%**
1.6 Representações indeferidas (art. 8º do Ato 81/2008/PGJ)	**1629**	**2475**	**51,93%**
1.7 Outras situações de baixa estatística	**2777**	**3302**	**18,91%**
1.8 Ajustamentos de conduta em execução	**493**	**989***	**100,61%**
1.9 Passam para o período seguinte	**11916**	**14187**	**19,06%**
2 Ações Civis ajuizadas			
2.1 Ações civis públicas	**1065**	**1613**	**51,46%**
a) meio ambiente	236	164	-30,51%
b) consumidor	54	55	1,85%
c) moralidade administrativa	259	317	22,39%
d) idosos	82	162	97,56%
e) pessoas portadoras de deficiência	47	55	17,02%
f) saúde	339	686	102,36%

Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
g) fundações	2	5	150,00%
h) outras	46	169	267,39%
2.2 Ações diretas de inconstitucionalidade	**13**	**9**	**-30,77%**
2.3 No Juízo da Família	**133**	**384**	**188,72%**
2.4 No Juízo Eleitoral	**14**	**500**	**3471,43%**
2.5 Outras ações	**111**	**431**	**288,29%**
3 Processos			
3.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**6026**	**5710**	**-5,24%**
3.2 Recebidos no período	**302304**	**344684**	**14,02%**
a) meio ambiente	3241	2584	-20,27%
b) consumidor	623	724	16,21%
c) moralidade administrativa	2556	2673	4,58%
d) idosos	356	639	79,49%
e) pessoas portadoras de deficiência	374	464	24,06%
f) saúde	4918	7829	59,19%
g) fundações	36	72	100,00%
h) área comum/outros	290200	329699	13,61%
3.3 Manifestações	**302594**	**344369**	**13,81%**
a) Ação civil pública	6078	7262	19,48%
a.1) meio ambiente	1362	1511	10,94%
a.2) consumidor	335	301	-10,15%
a.3) moralidade administrativa	1701	1739	2,23%
a.4) idosos	162	248	53,09%
a.5) pessoas portadoras de deficiência	119	140	17,65%
a.6) saúde	1786	2838	58,90%

Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
a.7) fundações	10	45	350,00%
a.8) outras	603	440	-27,03%
b) Direito de família	79318	79652	0,42%
c) Inventário/arrolamento (direito das sucessões)	5940	6538	10,07%
d) Falência/recuperação judicial	1400	1380	-1,43%
e) Fazenda pública	2089	3095	48,16%
f) Mandado de segurança	2612	2672	2,30%
g) Ação popular	208	233	12,02%
h) Registros públicos	6103	6538	7,13%
i) Acidente de trabalho/previdenciário	3155	2364	-25,07%
j) Ações indenizatórias	1240	1305	5,24%
k) Ações possessórias/usucapião	4017	5726	42,54%
l) Direito eleitoral	5775	31422	444,10%
m) Recurso - razões	279	343	22,94%
n) Recurso - contrarrazões	406	662	63,05%
o) Recurso - pareceres	89	176	97,75%
p) Recurso - manif. art 1º do Ato PGJ/ CGMP/n. 178/2001	2341	3292	40,62%
q) Pareceres perante a Turma de Recursos	196	528	169,39%
r) Manifestações formais (art 1º do Ato PGJ n. 103/2004)	20670	22320	7,98%
s) Outras manifestações	22956	22927	-0,13%
t) Cotas	13308	11575	-13,02%
u) Intimações	124414	134359	7,99%
3.4 Passam para o período seguinte	**5736**	**6025**	**5,04%**
4 Outras atividades			

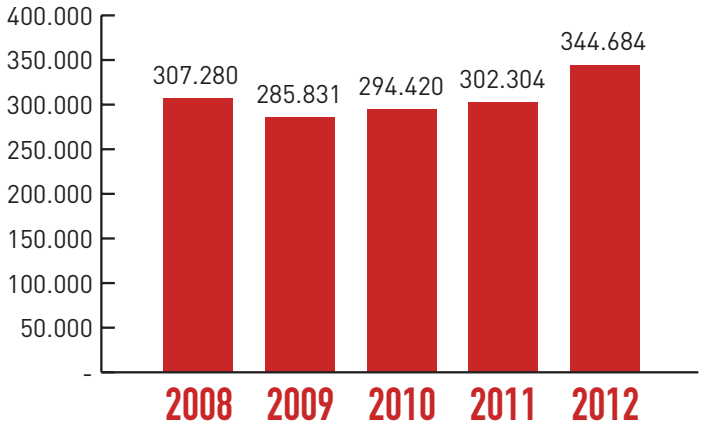
Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
4.1 Audiências judiciais	**33556**	**33133**	**-1,26%**
4.2 Sessões da Turma de Recursos	**77**	**97**	**25,97%**
4.3 Assistência em rescisões de contrato de trabalho	**10459**	**7109**	**-32,03%**
4.4 Atos de fiscalização de fundações	**254**	**379**	**49,21%**
4.5 Manifestações em habilitações de casamento	**26005**	**27231**	**4,71%**
4.6 Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	**3324**	**4486**	**34,96%**
4.7 Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	**14621**	**16319**	**11,61%**
4.8 Reuniões/audiências extrajudiciais	**3522**	**4227**	**20,02%**
4.9 Visitas/inspeções em cartórios	**12**	**14**	**16,67%**
4.10 Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	**49**	**28**	**-42,86%**
4.11 Visitas a estab. que abriguem pessoas portad. de deficiência	**12**	**6**	**-50,00%**
4.12 Visitas a estabelecimentos de saúde	**42**	**39**	**-7,14%**
4.13 Visitas a comunidades terapêuticas	**13**	**12**	**-7,69%**
4.14 Visitas a fundações	**5**	**19**	**280,00%**
4.15 Palestras sobre assuntos institucionais	**139**	**112**	**-19,42%**
4.16 Atos de Instrução ICP/PP	**56807**	**66821**	**17,63%**
a) Audiências públicas realizadas	143	51	-64,34%
b) Audiências instrutórias de ICP/PP	1839	2700	46,82%
c) Pessoas inquiridas	2386	3265	36,84%
d) Requisições e ofícios expedidos	51694	60283	16,62%
e) Cartas Precatórias expedidas	279	267	-4,30%
f) Cartas Precatórias cumpridas	466	255	-45,28%

Atividades da área Cível e Coletividade	2011	2012	%
4.17 Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	55055	49780	-9,58%
5 Pendências com prazo de manifestação vencido			
5.1 Inquéritos civis/proced. preparatórios/ peças informativas	2142	2150	0,37%
5.2 Processos	1404	942	-32,91%
5.3 Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	2561	2320	-9,41%

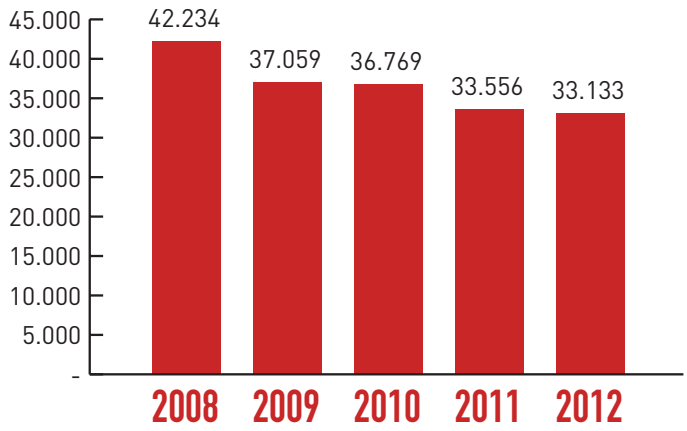
*Dado referente ao mês de dezembro de 2012.

Seguem os gráficos representativos das atividades das Promotorias de Justiça, na área cível, relativas ao ano de 2012.

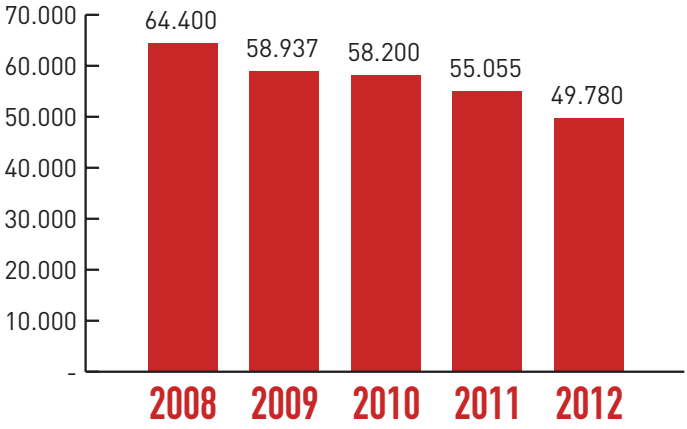
Total de Processos Recebidos



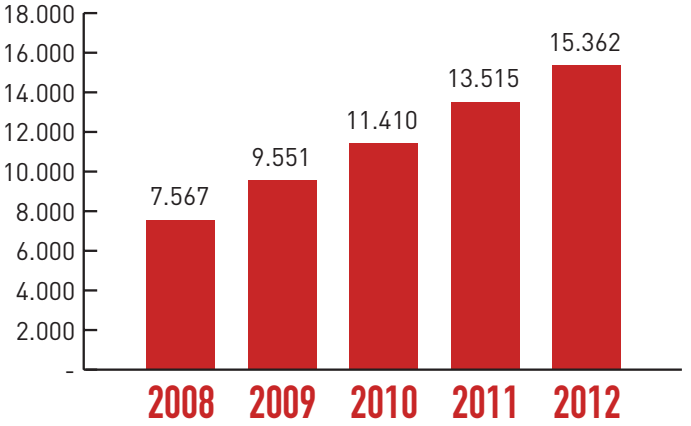
Total de participação em Audiências Judiciais



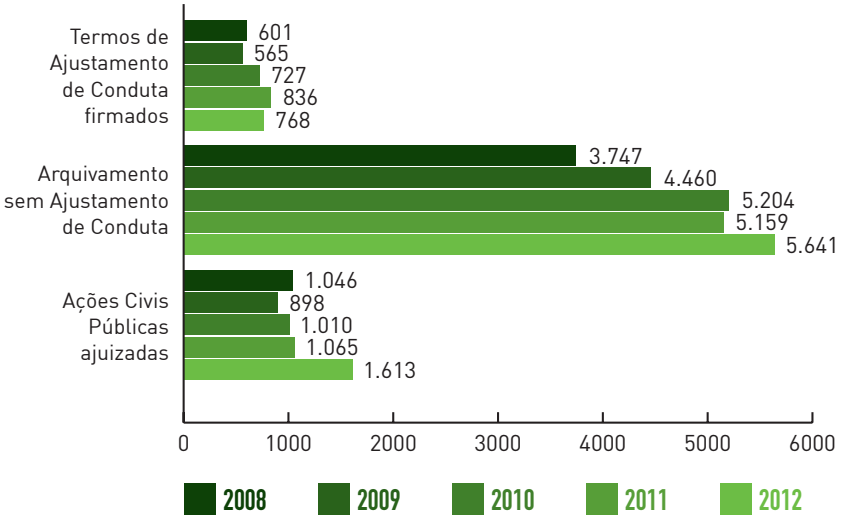
Total de Pessoas Atendidas



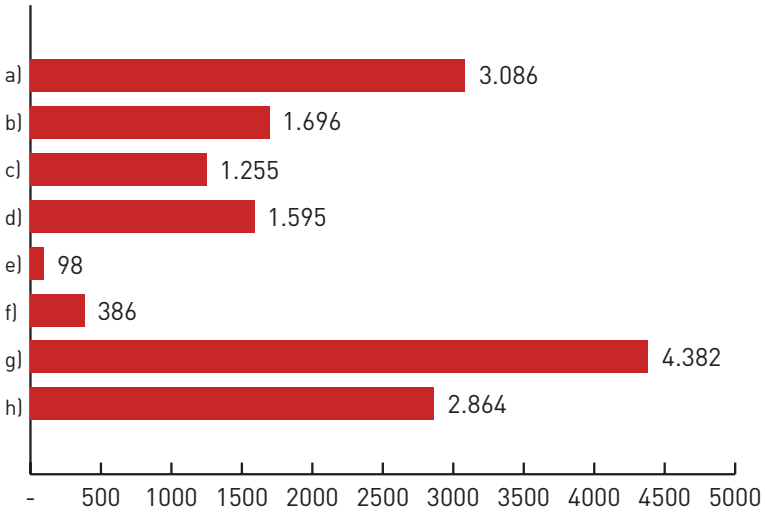
Total de Inquéritos Civis, Procedimentos Administrativos Instaurados e Peças Informativas Recebidas



Total de Ações Civis Públicas Ajuizadas, Termos de Ajustamento de Conduta Firmados e Arquivamentos Sem Ajustamento de Conduta

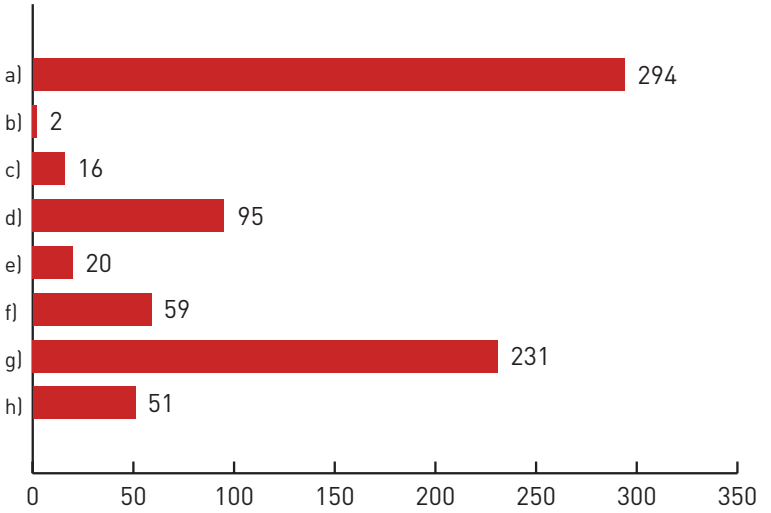


Inquéritos Civis, Procedimentos
Administrativos e Peças Informativas, por Área



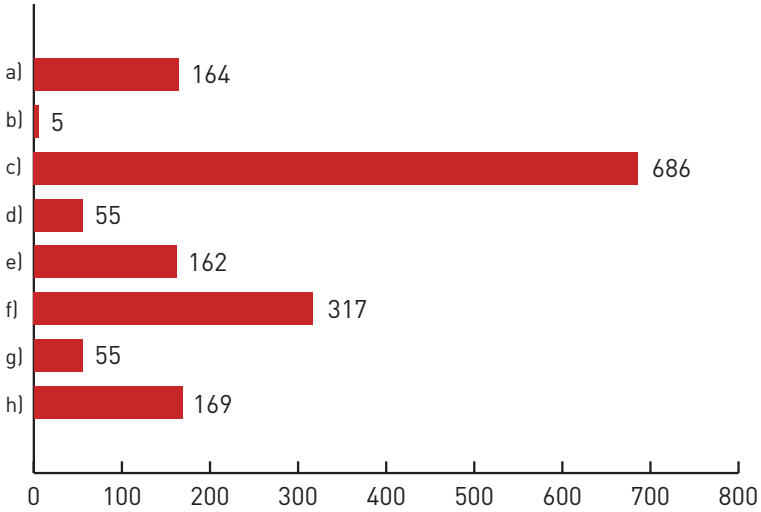
a) Meio Ambiente
b) Saúde
c) Idosos
d) Defesa do consumidor
e) Fundações
f) Pessoas Portadoras de Deficiência
g) Moralidade Administrativa
h) Outros

Termos de Ajustamento de Conduta Firmados, por Área



a) Meio Ambiente
b) Fundações
c) Saúde
d) Pessoas Portadoras de Deficiência
e) Idosos
f) Moralidade Administrativa
g) Consumidor
h) Outros

Ações Civis Públicas Ajuizadas, por Área



a) Meio Ambiente
b) Fundações
c) Saúde
d) Pessoas Portadoras de Deficiência
e) Idoso
f) Moralidade Administrativa
g) Consumidor
h) Outros

Na área cível, os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, no ano de 2012, revelam que houve aumento na demanda processual. Foram recebidos 344.684 processos cíveis para exame, o que representa um aumento de 14,02% em relação àqueles recebidos no ano de 2011, quando totalizaram 302.304.

A quantidade de intervenções nos processos cíveis também registrou um aumento, na ordem de 13,81% em relação ao ano anterior. Enquanto, no ano de 2011, foram totalizados 302.594 pareceres, em 2012, houve registro de 344.369, denotando um aumento de 41.775 manifestações processuais.

Vale destacar que, do total de manifestações verificado, 11.575 foram cotas de impulso processual simplificado; 134.359 foram intimações diversas; e 22.320 intervenções foram fundamentadas no Ato n. 103/MP/2004, que faculta a "intervenção meramente formal". Registre-se, nesse particular, que houve aumento, em relação ao ano anterior, das manifestações proferidas com base no referido Ato, pois, em 2011, foram 20.670 dessa espécie, o que representa um aumento de 7,98%.

Dentre as manifestações processuais, permanece representando a maior fatia aquelas exaradas em processos envolvendo direito de família, total de 79.652, vindo após, os relativos à área de direito eleitoral, com 31.422; inventários e registro público, com 6.538, cada um; e ações possessórias/usucapião, com 5.726.

O número de audiências judiciais que contou com a participação dos membros do Ministério Público apresentou uma diminuição de 1,26%, em 2012, em comparação ao ano de 2011. Foram 33.133 audiências, em 2012, contra 33.556, em 2011.

Foram atendidas diariamente 49.780 pessoas, número 9,58% inferior aos 55.055 atendimentos realizados em 2011.

Dentre as atividades extrajudiciais desenvolvidas pelos Membros do Ministério Público, cumpre registrar o número de rescisões de contrato de trabalho que contou com a assistência do Promotor de Justiça, atividade que totalizou 7.109 ocorrências, no ano de 2012, enquanto que, no ano de 2011, registraram-se 10.459, representando um decréscimo da ordem de 32,03%.

As manifestações em habilitações de casamento apresentaram um aumento em relação ao ano anterior de 4,71%, totalizando 27.231 pareceres, em 2012, diante de 26.005, em 2011.

Na área da defesa dos direitos difusos e coletivos, foram recebidos e/ou instaurados 15.362 inquéritos civis, procedimentos preparatórios e peças informativas. Comparando com o ano de 2011, quando o montante chegou a 13.515, constatou-se um aumento de 1.847 unidades, em 2012, representando um percentual de acréscimo de 13,67% em relação ao ano anterior.

Analisando-se o volume de arquivamentos dos procedimentos da área de defesa dos direitos difusos e coletivos, no ano de 2012, os resultados apontaram também para uma elevação mínima no mapa estatístico em relação ao volume do ano anterior (2011), visto que foram 6.409 arquivamentos em relação a 5.995, em 2011, representando um percentual de 6,91% a mais.

Observa-se que, do total verificado de arquivamentos em 2012, 5.641 ocorreram sem ajustamento de conduta e os outros 768 com ajustamento de conduta. Em 2011, procederam-se a 5.159 arquivamentos sem ajustamento de conduta e 768 com ajustamento.

Portanto, em 2012, o volume de arquivamentos com ajustamento de conduta foi inferior ao de 2011, num percentual de 8,13%. Em contrapartida, nos casos de arquivamento sem ajustamento de conduta, o volume de 2012 aumentou em relação a 2011 na ordem de 9,34%.

Na área de defesa dos direitos difusos e coletivos, a movimentação de procedimentos apresentou a seguinte perspectiva: moralidade administrativa, meio ambiente e saúde, com 4.382, 3.086, e 1.696 procedimentos novos instaurados/recebidos no decorrer do exercício, respectivamente.

A área da defesa da moralidade administrativa, que revelou o maior movimento, obteve, em 2012, um volume 10,13% maior de procedimentos em relação a 2011; promoveu 1.430 arquivamentos sem ajustamento de conduta, 331 a mais que no ano anterior; 59 arquivamentos com ajustamento de conduta, 48,70% a menos que no ano anterior; e deflagrou 317 ações civis públicas, que representam um aumento de 58 ações a mais do que em 2011, revelando um percentual positivo de 22,39%.

Na área de defesa do meio ambiente, foram ajuizadas 164 ações civis públicas e promovidos 294 arquivamentos com ajustamento de conduta e outros 1.090 sem ajustamento de conduta. O número de ações, contudo, nessa área diminuiu, uma vez que, no ano de 2011, foram propostas 72 ações a mais, percentualmente 30,46% a menos, revelando essa área uma atuação de forma crescente na atuação extrajudicial, haja vista que os termos de ajustamento de conduta tiveram um aumento de 22,50% se comparados ao ano anterior.

Por sua vez, a área da saúde concretizou 454 arquivamentos sem ajustamento de conduta, outros 16 com ajustamento de conduta e ajuizou 686 ações civis públicas, tendo sido essa a área com maior volume de ações judicializadas, da mesma forma que em 2011, quando foram ajuizadas 339 ações dessa natureza.

Na área dos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais, foram intentadas, em 2012, 55 ações civis públicas, ao passo que, em 2011, foram ajuizadas 47, verificando-se um aumento de 17,02%. Instauraram-se 386 procedimentos contra 228 de 2011. Des-

ses, 78 foram arquivados sem ajustamento e 95 ajustados, representando, respectivamente, um volume de 7,14% a menos, em relação ao ano anterior, e 53,23% em percentuais positivos.

Na área de defesa dos direitos humanos, da cidadania e das fundações, devem ser registradas as visitas realizadas por Promotores de Justiça, os quais, ao longo de 2012, estiveram presentes em 28 abrigos de idosos, em 6 abrigos de portadores de deficiência, em 39 estabelecimentos de saúde, em 12 comunidades terapêuticas e em 19 fundações. Entretanto, as visitas, se comparadas aos anos anteriores, diminuíram, a exceção das realizadas às fundações, que, em termos percentuais, revelaram um aumento de 280,00%.

No período em comento, também foram realizadas 51 audiências públicas, assim como foram inquiridas 3.265 pessoas, nas 2.700 audiências para instrução de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, no âmbito das Promotorias de Justiça, número que supera, em 46,82%, o registrado referente a audiências instrutórias em 2011.

7.3 Na área da infância e juventude

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1 Notícias de Atos Infracionais	**50754**	**53141**	**4,70%**
1.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**1339**	**1267**	**-5,38%**
1.2 Autos de apreensão/boletins circunst./ outros recebidos	**23347**	**24576**	**5,26%**
1.3 Ajustes de relatório	**750**	**804**	**7,20%**
a) ajuste pelo número de adol. infratores em AApr/BC	691	734	6,22%
b) ajuste por AApr/BC reunidos	59	70	18,64%
1.4 Arquivamentos promovidos	**1853**	**2225**	**20,08%**
1.5 Remissões concedidas:	**6594**	**7175**	**8,81%**
a) simples	629	737	17,17%
b) com medida sócio-educativa	5965	6438	7,93%
b.1) advertência	3253	3590	10,36%
b.2) obrigação de reparar o dano	257	273	6,23%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2709	2959	9,23%
b.4) liberdade assistida	579	619	6,91%
1.6 Outras medidas (art. 101, VII, ECA)	**111**	**155**	**39,64%**
1.7 Representações de atos infracionais oferecidas	**3195**	**3605**	**12,83%**
1.8 Requerimento de internação provisória	**311**	**279**	**-10,29%**

Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
1.9 Baixados para diligência	**1348**	**1547**	**14,76%**
1.10 Outras situações de baixa estatística	**10639**	**10531**	**-1,02%**
1.11 Passam para o período seguinte	**1267**	**977**	**-22,89%**
2 Atos Infracionais Representados	**3395**	**3847**	**13,31%**
2.1 Contra a Pessoa	**582**	**704**	**20,96%**
a) homicídio	194	210	8,25%
b) lesão corporal	175	189	8,00%
c) ameaça	142	171	20,42%
d) outros	71	134	88,73%
2.2 Contra o Patrimônio	**1410**	**1436**	**1,84%**
a) furto	773	747	-3,36%
b) roubo e extorsão	431	413	-4,18%
c) latrocínio	20	20	0,00%
d) estelionato e outras fraudes	12	15	25,00%
e) outros	174	241	38,51%
2.3 Contra a Dignidade Sexual	**120**	**103**	**-14,17%**
a) estupro	101	90	-10,89%
b) outros contra a dignidade sexual	19	13	-31,58%
2.4 Tóxicos	**850**	**1168**	**37,41%**
a) tráfico	695	852	22,59%
b) posse	125	286	128,80%
c) outros	30	30	0,00%
2.5 Estatuto do Desarmamento	**134**	**118**	**-11,94%**
2.6 Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	**0**	**0**	**0,00%**
2.7 Trânsito	**144**	**144**	**0,00%**
2.8 Outros	**155**	**174**	**12,26%**

Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
3 Atos Infracionais contra crianças e adolescentes	**107**	**76**	**-28,97%**
3.1 Homicídio	**4**	**2**	**-50,00%**
3.2 Contra a Dignidade Sexual	**66**	**56**	**-15,15%**
3.3 Tortura	**0**	**0**	**0,00%**
3.4 Outros	**37**	**18**	**-51,35%**
4 Processos/Audiências	**69966**	**81044**	**15,83%**
4.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**622**	**491**	**-21,06%**
4.2 Recebidos no período	**34361**	**40033**	**16,51%**
4.3 Manifestações/audiências	**18064**	**20693**	**14,55%**
a) alegações finais	1244	1174	-5,63%
b) razões de recurso	108	203	87,96%
c) contrarrazões de recurso	343	235	-31,49%
d) pareceres em execução de medidas	9517	10916	14,70%
e) outras promoções	6852	8165	19,16%
4.4 Intimações	**16428**	**19277**	**17,34%**
a) intimações de sentença - homolog. de remissão e extinção	6011	7722	28,46%
b) intimações diversas	10417	11555	10,92%
4.5 Passam para o período seguinte	**491**	**550**	**12,02%**
II - DA ÁREA CÍVEL			
5 Inquéritos Civis/Peças Informativ./ Representações	**45700**	**58549**	**28,12%**
5.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**2185**	**3060**	**40,05%**
5.2 Notícias/inq. civis/proced. prep./peças inform./repres.	**3603**	**4936**	**37,00%**

Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
a) direito individual (art. 201, ECA)	2863	4108	43,49%
b) direitos difusos ou coletivos	740	828	11,89%
5.3 Avisos por infrequência escolar	**1406**	**1659**	**17,99%**
5.4 Avisos por maus-tratos	**377**	**634**	**68,17%**
5.5 Disque 100	**1174**	**2027**	**72,66%**
5.6 Outros	**1578**	**1391**	**-11,85%**
5.7 Arquivados/indeferidos	**6857**	**6608**	**-3,63%**
a) inquéritos civis/proced. administrativos/representações	2355	3800	61,36%
a.1) sem ajustamento de conduta	1535	2353	53,29%
a.2) com ajustamento de conduta	70	58	-17,14%
a.3) indeferidos	750	1389	85,20%
b) avisos por infrequência escolar	762	1213	59,19%
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	586	923	57,51%
b.2) crianças ou adolescente que não retornaram à escola	176	290	64,77%
b.3) em acompanhamento	56	113	101,79%
c) Avisos por maus-tratos	586	1202	105,12%
c.1) violência física/psicológica	283	461	62,90%
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	158	273	72,78%
c.3) outras situações de maus-tratos	145	468	222,76%
c.4) em acompanhamento	4	6	50,00%
d) outros	543	393	-27,62%
5.8 Inq. civ./proced. prep. concl./anexado à inicial/outros	**1765**	**2107**	**19,38%**
a) direito individual (art. 201, ECA)	1539	1895	23,13%

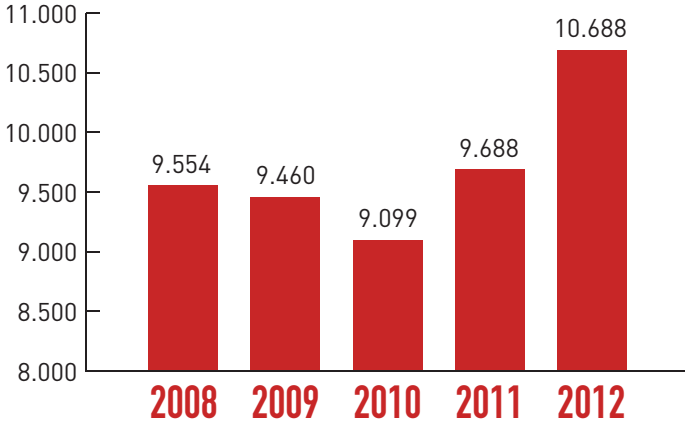
Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
a.1) destituição/suspensão do poder familiar	425	458	7,76%
a.2) guarda	72	123	70,83%
a.3) medidas de proteção	546	601	10,07%
a.4) ação civil pública	97	167	72,16%
a.5) ação cautelar	96	111	15,63%
a.6) outras	303	435	43,56%
b) direitos difusos ou coletivos	226	212	-6,19%
b.1) ação civil púbica	54	61	12,96%
b.2) ADIN	0	0	0,00%
b.3) manado de segurança	8	26	225,00%
b.4) apuração de infração administrativa	94	85	-9,57%
b.5) outras	70	40	-42,86%
5.9 Ajustam. de conduta em exec./aguard. resp./dec. de prazo	**29**	**30**	**3,45%**
5.10 Atos instrutórios	**20567**	**30954**	**50,50%**
a) despachos	5768	9293	61,11%
b) recomendações	179	235	31,28%
c) ofícios expedidos	9630	15227	58,12%
d) notificações	1315	2433	85,02%
e) reuniões	433	631	45,73%
f) atendimentos	1903	2353	23,65%
g) encaminhados ao Serviço Social do Ministério Público	1339	782	-41,60%
5.11 Remetidos ao CSMP	**82**	**157**	**91,46%**
5.12 Outras situações de baixa estatística	**846**	**856**	**1,18%**

Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
5.13 Passam para o período seguinte	**5231**	**4130**	**-21,05%**
6 Processos	**72424**	**93428**	**29,00%**
6.1 Remanescentes em gabinete do período anterior	**770**	**620**	**-19,48%**
6.2 Recebidos	**42054**	**46097**	**9,61%**
6.3 Manifestações/pareceres:	**28967**	**46058**	**59,00%**
a) adoção	1670	1793	7,37%
a.1) por brasileiros	1607	1688	5,04%
a.2) por estrangeiros	63	105	66,67%
b) alegações finais	649	841	29,58%
c) alimentos	1948	1009	-48,20%
d) cadastro de adotantes	1627	1612	-0,92%
e) cautelares	515	387	-24,85%
f) infrações administrativas	929	1039	11,84%
g) mandado de segurança	17	211	1141,18%
h) recursos	159	273	71,70%
h.1) razões de recurso	27	83	207,41%
h.2) contrarrazões de recurso	118	181	53,39%
h.3) pareceres em recurso	14	9	-35,71%
i) outros pareceres	6842	5798	-15,26%
j) outras manifestações	14611	18466	26,38%
k) intimações diversas	13224	14629	10,62%
6.4 Passam para o período seguinte	633	653	3,16%
7 Outras atividades	**44767**	**55642**	**24,29%**
7.1 Audiências judiciais	**9737**	**11057**	**13,56%**
7.2 Audiências de apresentação (número de adolescentes)	**9688**	**10688**	**10,32%**

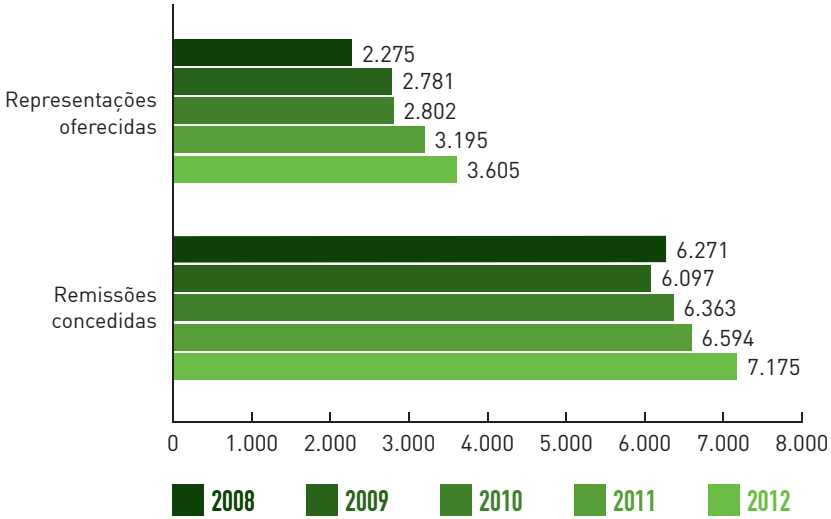
Atividades da área da Infância e Juventude	2011	2012	%
7.3 Audiências/reuniões ICP/PP	**395**	**542**	**37,22%**
a) pessoas inquiridas	350	631	80,29%
7.4 Requisições e ofícios expedidos	**8293**	**14331**	**72,81%**
7.5 Reuniões/audiências extrajudiciais	**1193**	**1376**	**15,34%**
7.6 Palestras sobre assuntos institucionais	**213**	**189**	**-11,27%**
7.7 Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	**133**	**154**	**15,79%**
7.8 Visitas a instituições de acolhim. e outras entidades de atendimento	**262**	**542**	**106,87%**
7.9 Atendimento ao público (número de pessoas)	**14002**	**15659**	**11,83%**
7.10 Cartas precatórias expedidas	**447**	**584**	**30,65%**
7.11 Cartas precatórias cumpridas	**404**	**520**	**28,71%**
8 Pendências com prazo de manifestação vencido	**2663**	**2165**	**-18,70%**
8.1 Procedimentos de apuração de ato infracional	**237**	**190**	**-19,83%**
8.2 Notícias de atos infracionais	**296**	**191**	**-35,47%**
8.3 Inquéritos civis/procedimentos preparatórios/representações	**835**	**538**	**-35,57%**
8.4 Procedimento de Investigação Criminal (PIC) - mais de 90 dias	**0**	**0**	**0,00%**
8.5 Processos	**292**	**376**	**28,77%**
8.6 Vencidos há mais de 30 dias	**1003**	**870**	**-13,26%**

Seguem os gráficos representativos das atividades das Promotorias de Justiça, na área da infância e juventude, com base no ano 2012.

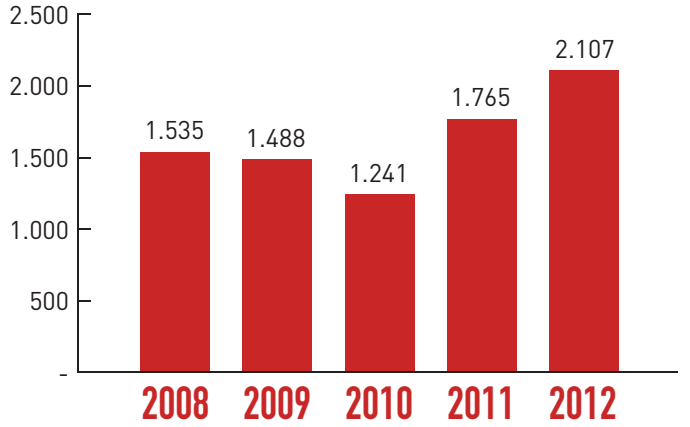
Adolescentes atendidos pelos
Promotores de Justiça em Audiências de Apresentação



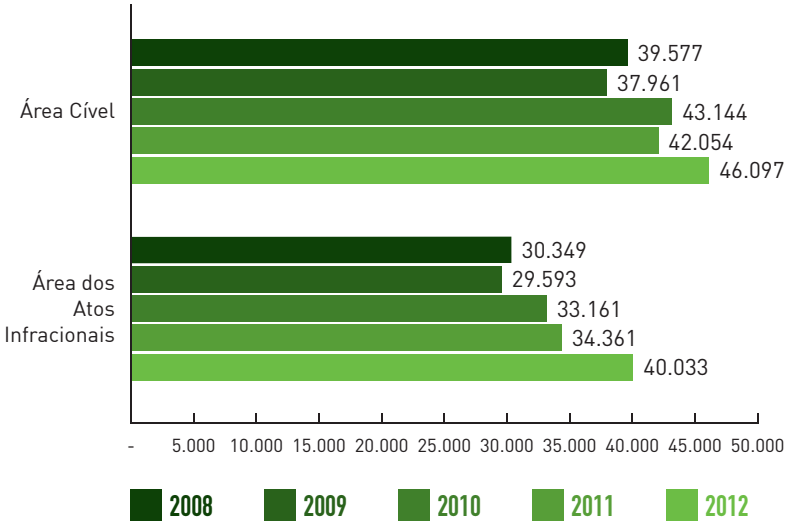
Remissões Concedidas e Representações Oferecidas



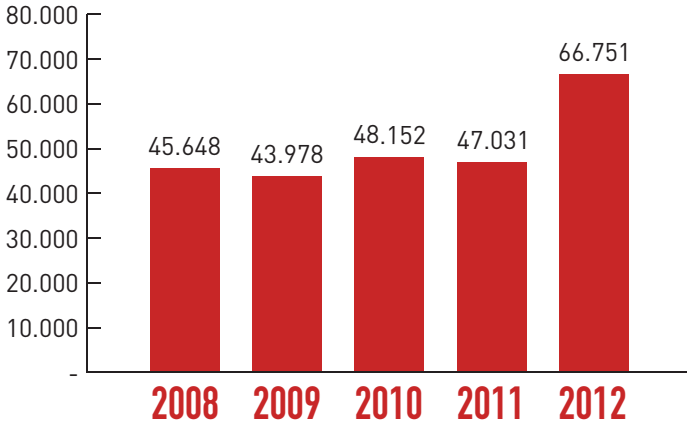
Total de Ações Civis Ajuizadas



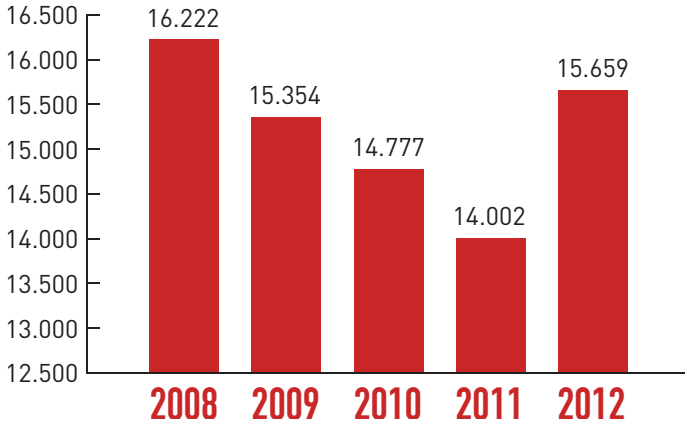
Total de Processos Recebidos



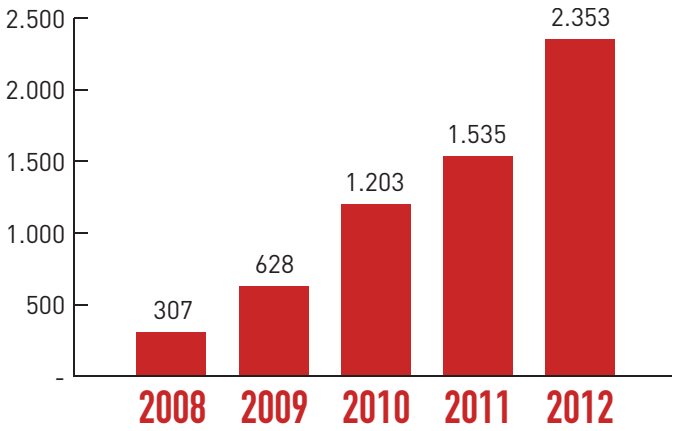
Total de Manifestações Processuais



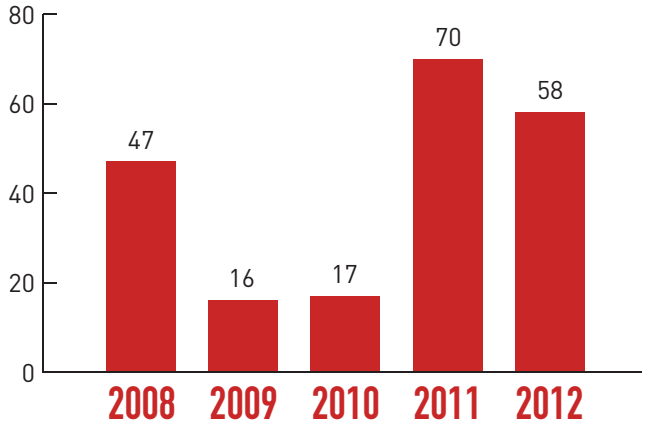
Pessoas Atendidas



Arquivamentos de Inquéritos Civis e
Peças Informativas sem Ajuste de Conduta



Arquivamentos de Inquéritos Civis e
Peças Informativas com Ajuste de Conduta



As Promotorias de Justiça da área da infância e juventude receberam no ano de 2012 um total de 24.576 notícias de atos infracionais, número 5,26% maior em relação ao verificado no ano de 2011, que foi de 23.347 comunicações dessa espécie.

Por conta dessas notícias foram apresentados, em audiência, aos Promotores de Justiça 10.688 adolescentes indicados como autores de atos infracionais, resultando no oferecimento de 3.605 representações, o que demonstra um aumento de 12,83% em relação ao ano de 2011, quando foram propostas 3.195 representações, equivalendo aquele número a atos infracionais representados.

As remissões concedidas, no ano de 2012, aos adolescentes apontados como autores de atos infracionais foram em número de 7.175, superando em 8,81% ao daquelas concedidas em 2011, quando alcançaram 6.594. Das remissões concedidas, no ano de 2012, verifica-se que 737 foram desacompanhadas de qualquer medida socioeducativa, enquanto que as remissões que cumularam com medida socioeducativa totalizaram 6.438. Registra-se que 3.590 foram cumuladas com medida socioeducativa de advertência; 273 com reparação do dano; 2.959 com prestação de serviço à comunidade; e 619 cumuladas com medida socioeducativa de liberdade assistida.

Dentre os atos infracionais representados, a maior incidência foi a da prática por tráfico de drogas, com 852 ocorrências, correspondendo a um aumento de 22,59% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 695 atos dessa categoria.

Em segundo, aparece a prática de furto, com 747 ocorrências, com a redução de 3,36%, em relação ao ano de 2011, que registrou 773 casos.

A terceira ocorrência foi a de roubo e extorsão, totalizando 413 ocorrências, significando, também, um índice de 4,18% a menos que no ano anterior, quando se registraram 431 casos.

O índice de homicídios com autoria atribuída a adolescentes apresentou um acréscimo de 8,25%, totalizando 210 ocorrências no ano de 2012, enquanto que, no ano de 2011, tinham sido registrados 194.

Colhe-se dos dados estatísticos finais do exercício que as crianças e os adolescentes foram vítimas em dois casos de ato infracional por prática de homicídio, importando em dois a menos em relação ao ano anterior. Já, em relação a atos infracionais contra a dignidade sexual, foram registrados 56 casos contra 66, em 2011, ou seja, volume de 15,15% menor que o do ano anterior, e, ainda, em 18 ocorrências por outros atos infracionais. Não foi registrada nenhuma representação por prática de tortura.

Na área cível, no último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na infância e juventude receberam 1.659 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA). Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 923 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 55,63% do total de situações comunicadas. No entanto, comparado com os resultados de 2011, constata-se que o número de comunicações de evasão escolar subiu 17,99%.

Entre procedimentos preparatórios e inquéritos civis públicos instaurados, além de notícias e representações recebidas, excluindo-se avisos por infrequência escolar, por maus-tratos, denúncias encaminhadas por meio do *Disque 100*, as Promotorias de Justiça registraram 4.936 casos, tendo sido celebrados 58 termos de ajustamento de conduta, com o consequente arquivamento dos procedimentos. Foram arquivados, também, 2.353 procedimentos sem a celebração de ajustamento de conduta.

Foram ajuizadas 2.107 ações civis envolvendo direitos de crianças e adolescentes, sendo 1.895 afetas a direitos individuais (art. 201, ECA) e 212 ações em defesa de direitos difusos e coletivos.

Quanto à natureza das ações civis, no que tange àquelas pertinentes a direitos individuais, verificaram-se 167 ações civis públicas, 458 de destituição ou suspensão do poder familiar, 123 concernentes à guarda, 601 visando à adoção de medidas de proteção, 111 ações cautelares, além de outras 435 ações diversas.

Dentre as 212 ações relativas a direitos difusos e coletivos, contabilizaram-se 61 ações civis públicas, 26 mandados de segurança, 85 ações para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança/ao adolescente, além de outras 40 classificadas como diversas.

Em relação ao fluxo de processos cíveis da área da infância e juventude, as Promotorias de Justiça receberam, ao longo do ano, 46.097, representando um aumento de 9,61% em relação ao ano de 2011, quando foram recebidos 42.054 feitos, tendo sido emitido o total de 46.058 manifestações de mérito, assim como 14.629 intimações diversas.

Além dessas atividades, merece destaque o número de 15.659 pessoas atendidas, no ano de 2012, e 542 visitas a entidades e abrigos de atendimento a crianças e adolescentes.

8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Secretaria-Geral

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas nas Promotorias de Justiça em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Ofícios recebidos	17.696	12.369
Ofícios expedidos	3.392	1.897
E-mails recebidos e respondidos	19.162	8.640
Autuações de procedimentos administrativos	573	476

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento nas metas estabelecidas no Plano geral de Atuação, destacando-se:

a) registro e o trâmite, por meio do Protocolo Eletrônico, de toda a documentação remetida à Procuradoria-Geral de Justiça e a posterior distribuição aos setores competentes;

b) redação de ofícios e expedientes; elaboração de despachos, comunicações eletrônicas, declarações, certidões, portarias e atos normativos;

c) autenticação de documentos; registro, autuação e análise de procedimentos administrativos;

d) remessa dos atos oficiais para publicação na imprensa oficial;

e) realização de intimações de decisões administrativas;

f) condução de processos administrativos e sindicâncias de Servidores do Ministério Público;

g) emissão de pareceres técnicos-administrativos;

h) atendimento a consultas formuladas pelos Órgãos da Administração;

i) agendamento de compromissos institucionais;

j) atendimento aos Membros e Servidores acerca de diárias, viagens, férias, licenças, fornecimento de móveis e de equipamentos; e

k) apoio administrativo ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a seus assessores, à Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira e às demais comissões e aos grupos de trabalho instituídos pela Chefia Institucional.

8.2 Ouvidoria

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, nas Promotorias de Justiça, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Classificação	2011	2012
MEIOS DE ACESSO UTILIZADOS		
Contato pessoal	107	109
Contato telefônico	100	14
E-mail	404	538
Formulário eletrônico	4.956	4.519
Via postal	0	16
TIPO DE MANIFESTAÇÃO		

Classificação	2011	2012
Crítica ou Reclamação	**321**	**211**
Retardamento de atos de ofício	83	47
Omissão ou desídia	107	53
Recusa de atendimento ou trato descortês	8	13
Deficiência técnica no exercício da função	6	21
Conduta funcional ou social inconveniente	8	13
Inadimplência de obrigações civis	1	1
Parcialidade	13	2
Excesso de rigor ou de zelo	23	7
Outros	72	54
Denúncia	**4.572**	**4.360**
Retardamento de atos de ofício	5	9
Omissão ou desídia	4	30
Recusa de atendimento ou trato descortês	0	8
Deficiência técnica no exercício da função	4	12
Conduta funcional ou social inconveniente	1	5
Inadimplência de obrigações civis	0	2
Parcialidade	0	1
Excesso de rigor ou de zelo	3	2
Incontinência verbal ou inadequação da linguagem	0	1
Favorecimento, conluio ou prevaricação	0	2
Percepção de vantagens pessoais indevidas	0	4
Abuso dos poderes do cargo	57	51
Infrações às normas eleitorais	4	172
Atos de improbidade administrativa	1.959	1.545
Infrações ambientais	696	538

Classificação	2011	2012
Violações a direitos do consumidor	414	392
Violações a direitos da cidadania	273	219
Violações a direitos relacionados à saúde	166	216
Violações a direitos dos idosos	58	55
Violações a direitos das crianças e dos adolescentes	270	240
Infrações à ordem tributária	35	34
Infrações penais diversas	296	356
Infrações à Lei de Execuções Penais	27	19
Direito do Trabalho (CLT)	101	77
Direito Previdenciário	8	11
Direito Administrativo	103	223
Direito de família e sucessões	4	6
Outros	84	130
Elogio	**21**	**15**
Desempenho funcional	1	3
Presteza no atendimento	13	4
Iniciativas judiciais	4	3
Iniciativa administrativa ou extrajudicial	2	4
Outros	1	1
Pedido de informação	**559**	**503**
Iniciativas e procedimentos	21	18
Situação de processos	28	10
Órgãos e serviços do Ministério Público	227	226
Órgãos e serviços externos	181	72
Consultoria jurídica de interesse pessoal	78	127
Consultoria jurídica de interesse coletivo	21	39

Classificação	2011	2012
Outros	3	11
Sugestão e comentário	**64**	**67**
Posicionamento político-institucional	2	5
Adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais	37	39
Alteração de rotinas e procedimentos	15	20
Adoção de procedimentos disciplinares	0	1
Outros	10	2
Outros	**47**	**40**
ORIGEM DAS MANIFESTAÇÕES		
Parlamentares	19	7
Administradores Públicos	1	1
Integrantes do Ministério Público	3	2
Integrantes do Judiciário	0	1
Profissionais liberais	650	102
Estudantes	249	44
Entidades civis ou sindicais	24	12
Servidores públicos	945	430
Imprensa	22	8
Empresários	155	32
Aposentados	109	16
Qualificação não informada	1.187	2.437
Fontes anônimas	1.154	2.022
Outras	1.066	82
SETORES-ALVO DAS MANIFESTAÇÕES		
Procuradoria-Geral de Justiça	3	4
Procuradorias de Justiça	1	2

Classificação	2011	2012
Ouvidoria	284	332
Promotorias de Justiça	135	88
Centros de Apoio Operacional	13	4
Outros órgãos do MPSC	40	33
Órgãos Federais	259	173
Órgãos Estaduais	1.005	927
Órgãos Municipais	2.125	1.865
Pessoas jurídicas privadas	1.057	944
Pessoas físicas	574	724
Outros	84	100
ENCAMINHAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES		
Arquivadas na Ouvidoria	2.226	2.441
Remetida ao Procurador-Geral de Justiça	10	6
Remetida ao Corregedor-Geral do Ministério Público	27	27
Remetidas a outros órgãos do MPSC	2.375	2.722

8.3 Centros de Apoio Operacional

8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	640	708
Atos de apoio realizados a órgãos de 2° grau	58	11
Atos de apoio realizados a órgãos de 1° grau		620
Pesquisas realizadas	61	23
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	33	54
Palestras ministradas	4	10
Eventos promovidos		13
Participação em reuniões	74	130
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	8	3
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	14	6
Encaminhamento de documentos o outros feitos a outros órgãos	13	1
Pessoas do público externo atendidas	32	83
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	4	54

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento nas metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Criação de uma estrutura de secretaria voltada exclusivamente à prestação de apoio na apuração de infrações penais compreendidas no âmbito da moralidade administrativa, praticados por prefeitos municipais, com o estabelecimento simultâneo de canais de aproximação com as Promotorias de Justiça de defesa da moralidade administrativa, estabelecendo-se uma base para atuação coordenada entre os órgãos de execução em primeiro grau e as atividades correlatas em segundo grau.

▪ Fomento à expansão do conhecimento do Direito Administrativo, especialmente na área da moralidade administrativa, mediante a participação dos Coordenadores do CMA, como palestrantes em eventos externos, com destaque para o XIII e o XIV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, promovidos, em 2011 e 2012, em diversas cidades do Estado.

▪ Participação nos seminários Eleições 2012, realizados, em todo o Estado, entre março e julho de 2012, em parceria com Escola do Legislativo Catarinense, Procuradoria Regional Eleitoral, Tribunal de Contas e Tribunal Regional Eleitoral, com módulos voltados aos Promotores de Justiça Eleitorais, como preparação para as eleições municipais para Prefeitos e Vereadores.

▪ Participação em seminários de orientação voltados para novos gestores municipais, em conjunto com o CEAF e em parceria com a Federação Catarinense dos Municípios (FECAM).

▪ Designação e capacitação de servidor qualificado, para atendimento exclusivo e específico das solicitações de apoio formuladas pelos Promotores de Justiça Eleitorais.

▪ Definição de formato-padrão para as pesquisas realizadas pelo Centro de Apoio.

▪ Execução dos programas e projetos do PGA 2012.

8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	439	324
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	11	10
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	428	314
Pesquisas realizadas	445	328
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	277	329
Palestras ministradas	5	6
Eventos promovidos	2	5
Participação em reuniões	61	82
Participações em audiências públicas	2	3
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	14	22
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	19	12
Encaminhamento de documentos ou outros feitos a outros órgãos	16	77
Pessoas do público externo atendidas	25	7
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	17	11
Apelações criminais recebidas (art. 600, § 4º, do CPP)	276	50

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Ordenação racional e objetiva dos dados e indicativos afetos à área criminal, possibilitando acesso rápido e atualizado pelos órgãos de execução interessados.

▪ Participação decisiva no processo de implantação, em parceira com a Secretaria de Estado da Justiça, do Sistema de Penas Alternativas no Estado, o que possibilitou a criação de Centrais de Atendimento no interior do Estado, com cerca de cinco mil vagas disponíveis.

▪ Viabilização da participação de maior número de membros, em cursos de capacitação e aperfeiçoamento na área criminal, com garantia de acesso, custeado pelo Ministério Público, a eventos realizados no Estado e fora dele.

▪ Aperfeiçoamento das relações institucionais e dos mecanismos de atuação integrada com as Polícias Civil e Militar, IGP e DEAP.

▪ Aproximação institucional com a ACADEPOL, com abertura de espaços para demonstrar a forma de atuação do Ministério Público aos novos Agentes e Delegados da Polícia Civil.

▪ Participação efetiva na constituição e atuação do Grupo Especial de Combate à Violência Organizada (GEVO), juntamente com a Procuradoria-Geral de Justiça e os Coordenadores dos GAECOs de todo o Estado.

▪ Apresentação de sugestões, a partir da contribuição de membros do MPSC, no processo de discussão nacional da Reforma do Código Penal.

▪ Reestruturação do procedimento voltado à elaboração de diagnóstico da atuação do Ministério Público junto aos Juizados Especiais Criminais.

▪ Resolução de inquéritos policiais por homicídios dolosos ocorridos anteriormente a 2007 e em 2008, em atendimento às metas estabelecidas pela ENASP, com alimentação e acompanhamento regular do instrumento de controle estatístico, conhecido como Inqueritômetro, instituído pelo CNMP.

▪ Intensificação das parcerias com os demais órgãos que atuam na área da segurança pública, com destaque para a SSP, PM, PC e IGP, viabilizando inclusive a realização de cursos de aperfeiçoamento sobre perícias, com ampla participação de Promotores de Justiça.

▪ Participação na criação de programa global de acompanhamento da execução penal, com ênfase no combate às organizações criminosas no interior dos presídios, na preservação das garantias fundamentais dos detentos e na sua ressocialização.

▪ Central de Penas Alternativas - destaca-se a celebração de convênio firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para a estruturação das Centrais de Penas Alterantivas. Pelo convênio entre as instituições parceiras, o MPSC fornece o mobiliário, os equipamentos e veículos; o TJSC, o local para instalação; e a Secretaria de Justiça e Cidadania disponibiliza os recursos humanos.

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	887	775
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2° grau	88	10
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1° grau	89	765
Pesquisas realizadas	1208	947
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	487	270
Palestras ministradas		4

Participação em reuniões	68	54
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos		71
Encaminhamento de documentos ou outros feitos a outros órgãos	158	30
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	35	18

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Reestruturação das Promotorias Regionais da Ordem Tributária, de modo a abranger todo o território catarinense, o que implicou, no ano de 2012, como consequência direta do trabalho do Ministério Público, os seguintes resultados:

▪ recolhimentos, em moeda, resultantes das ações aforadas: R$ 97.182.633,85, representando um incremento de 108,5% em relação ao ano de 2011; e

▪ valores lançados a crédito do erário resultantes das ações do Ministério Público: R$: 151.729.614,52.

▪ Redefinição das áreas de abrangência das Promotorias Regionais da Ordem Tributária, nos termos do Ato 031/12/PGJ, e disciplina da atuação concorrente destas com as Promotorias de Justiça das Comarcas localizadas no âmbito territorial das respectivas regiões, nos termos do Ato n. 114/12/PGJ.

▪ Elaboração de cartilha de orientação técnico-jurídica, com sistema de atualização permanente, para suporte das Promotorias de Justiça com atuação na defesa da ordem tributária.

▪ Intensificação das atividades de apoio aos órgãos de execução: apenas em 2012, foram atendidos 1.706 pedidos de apoio, realizadas 947 pesquisas e feitas 270 remessas de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais.

▪ Lançamento de programa Saúde Fiscal dos Municípios, em parceira com a FECAM, com levantamento da estrutura municipal legislativa e operacional para efeito de lançamento, fiscalização, cobrança e controle dos tributos municipais.

▪ Execução de agenda de trabalho voltada para a conscientização dos agentes públicos municipais acerca da importância do incremento da arrecadação municipal por meio de lançamento e cobrança regulares dos tributos, com a realização de vários encontros e palestras, na Capital e no interior do Estado.

▪ Sustentação e incremento das atividades vinculadas aos programas de Combate à Sonegação Fiscal e União contra a Sonegação, aperfeiçoando e dinamizando rotinas e fluxos de informação e estreitando as relações com os órgãos de fiscalização, com destaque para a Secretaria de Estado da Fazenda.

8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	952	457
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2° grau	4	4

Atos de apoio realizados a Órgãos de 1° grau	349	413
Pesquisas realizadas	394	344
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	167	103
Palestras ministradas	6	7
Eventos promovidos	5	7
Participação em reuniões	46	20
Participações em audiências públicas	2	1
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	36	19
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	89	54
Encaminhamento de documentos o outros feitos a outros órgãos	45.721	47.264
Pessoas do público externo atendidas	102	241
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	45	17

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento nas metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Participação efetiva na ampliação da rede de atendimento à saúde mental infantojuvenil.

▪ Reformulação e aperfeiçoamento do Programa Aviso Por Infrequência Escolar (APOIA), buscando a melhoria dos níveis da educação fundamental no Estado.

▪ Instauração do IC n. 001/2011, com o fito de diagnosticar a situação da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

▪ Realização de ações visando à melhoria do sistema socioeducativo em meio aberto e fechado, atendendo às diretrizes da Lei 12.594/2012, que instituiu o SINASE.

▪ Elaboração do Volume III do Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude e atualização dos Volumes I e II, os quais se encontram em fase de diagramação para posterior impressão.

▪ Ampliação do Projeto Jovem Aprendiz, para adolescentes em situação de vulnerabilidade, executado em parceria com a CELESC, ampliando o número de vagas e estendendo-o para várias Comarcas do interior do Estado.

▪ Celebração de parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial, para a elaboração de vídeoaulas, abordando técnicas e alternativas de atendimento a pessoas com deficiência ou transtornos mentais, pelas redes de ensino, saúde e assistência social.

▪ Celebração de parceria com o Grupo Iniciativa Responsável, formado por entidades governamentais e não governamentais, com o objetivo de contribuir para o aumento da arrecadação do FIA, resultando, em 2012, num aumento de 643,61% no volume de contribuições.

▪ Ampliação do Programa PRODNASC.

▪ Lançamento, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, da Campanha "Acessibilidade nas Escolas".

▪ Relançamento da Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantojuvenil.

▪ Lançamento da Campanha Laços de Amor, em parceria com a ALESC, TJ e OAB, com o objetivo de estimular a adoção de crianças em situação irregular.

▪ Parceria firmada com o TJSC para a realização conjunta de inspeção às entidades de acolhimento institucional e aos programas de medidas socioeducativas, na área infantojuvenil.

▪ Organização do I Encontro Catarinense de Direito de Família e do Seminário Ministério Público pela Educação, em parceria com o CEAF e CDH.

▪ Realização, em parceria com outros órgãos, de Colóquios Regionais voltados à implementação do SINASE em Santa Catarina.

▪ Encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça de proposta de padronização dos procedimentos relativos ao Programa APÓIA.

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	701	508
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2º grau	27	19
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1º grau	656	397
Pesquisas realizadas	106	127
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	158	167
Palestras ministradas	11	6
Eventos promovidos	3	1
Participação em reuniões	107	93
Participações em audiências públicas		1

Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	14	11
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	26	15
Encaminhamento de documentos o outros feitos a outros órgãos	26	29
Pessoas do público externo atendidas	291	259
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	9	23

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Consolidação de parceria com a Polícia Militar no combate à Farra do Boi, com redução de 21% no número de ocorrências da prática criminosa, de 2011 para 2012.

▪ Edição e expedição de Recomendação, inédita, elaborada pelos membros do Grupo Especial dos Direitos dos Animais (GEDDA) a todos os Municípios de Santa Catarina, no sentido de estabelecerem políticas públicas de controle de zoonoses e castração cirúrgica de cães e gatos.

▪ Realização de seminário Ações de Regularização Fundiária Urbana e de Redução de Riscos de Desastres: Uma abordagem interdisciplinar, realizado em agosto de 2011.

▪ Celebração de Termo de Cooperação Institucional, firmado em novembro de 2011, entre o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Assistência Social e da Educação, visando à conjugação de esforços para concretização da regularização fundiária no Estado de Santa Catarina.

▪ Celebração de convênio com a FURB, de Blumenau, para auxílio técnico e acompanhamento do cumprimento de todos os TACs rela-

cionados à execução do Programa de Saneamento Básico assinados no âmbito da Promotoria Regional do Meio Ambiente de Blumenau.

▪ Instituição do Grupo Especial de Defesa dos Direitos dos Animais (GEDDA), pelo Ato PGJ 863/2011, do que resultou, em reconhecimento, a conquista do prêmio "Expressão de Ecologia".

▪ Instituição do Grupo Especial de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural Catarinense, nos termos do Ato n. 30/2012/PGJ, conjuntamente com o Memorial do MPSC.

▪ Recebimento formal, da Polícia Militar Ambiental, de Menção de Reconhecimento, por conta da atuação do Ministério Público na área ambiental, com a entrega de placa alusiva em maio de 2012.

▪ Elaboração de estudo e ulterior expedição à FATMA, com a participação dos órgãos de execução, de Recomendação, regularmente cumprida, no sentido de não conceder licença ambiental prévia a empreendimentos hidrelétricos, sem a apresentação de estudo ambiental integrado da bacia hidrográfica onde estivessem localizados.

▪ Inclusão de todas as atividades do CME no SIG, inclusive solicitações de apoio e suas respostas.

▪ Realização de debates virtuais com os integrantes do Conselho Consultivo do CME.

▪ Acompanhamento e discussão, junto com Conselho Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio de Urbanismo e Meio Ambiente, das estratégias de atuação diante do Novo Código Florestal, com ulterior oferecimento de farto material aos órgãos de execução, para enfrentamento de questões atinentes ao tema.

▪ Consolidação de parcerias e articulação de trabalhos integrados com a FECAM, AGESAN, ARIS, ABES/SC, IGP, Polícia Militar Am-

biental, FATMA e SDS, visando ao enriquecimento da pauta de trabalho do Ministério Público na área ambiental.

▪ Fortalecimento das relações institucionais e aproximação com os Centros de Apoio de Meio Ambiente de outras unidades do Ministério Público, dos Estados e da União.

▪ Incremento do Programa "Lixo Nosso de Cada Dia", mediante o desenvolvimento de ações estratégicas, como as destinadas a averiguar, nas Administrações dos Municípios catarinenses, a conclusão e o estágio de implementação dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e a adoção de medidas voltadas à melhoria das condições operacionais dos aterros sanitários, por meio de indicador de qualidade.

▪ Implementação, dentro do Programa de Defesa da Flora e da Fauna de projeto estratégico para estimular a criação, manutenção e efetividade das Unidades de Conservação no Estado.

▪ Continuidade e fortalecimento do Programa de Saneamento Básico, buscando estimular o implemento de políticas públicas e execução de obras especialmente voltadas ao esgotamento sanitário, reforçando parcerias com os órgãos e as entidades como FUNASA, AGESAN, ARIS, FECAM, CASAN, SDS, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, entre outros.

8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	494	435

Atos de apoio realizados a Órgãos de 2° grau	46	25
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1° grau	520	554
Pesquisas realizadas	564	301
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	348	323
Palestras ministradas	9	32
Eventos promovidos	1	0
Participação em reuniões	129	114
Participações em audiências públicas	1	1
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	9	12
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	22	34
Encaminhamento de documentos o outros feitos a outros órgãos	2.091	1523
Pessoas do público externo atendidas	134	143
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	22	17

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Criação do informativo "Consumidor em Foco", trazendo, além das informações tradicionais das atividades do CCO, notícias da área de forma objetiva e rápida e matérias de cunho técnico-jurídico, para o auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público.

▪ Incremento das ações ligadas à execução do "Programa Água Potável", incluindo a recuperação do suporte técnico-operacional dos órgãos da Vigilância Sanitária e a agregação permanente do apoio técnico de profissional com formação em Engenharia Química, pertencente aos quadros do Ministério Público, para efeito

de assessoramento na instrução de PPs e ICs, celebração de TACs e ajuizamento de ACPs.

▪ Aperfeiçoamento do "Programa Salada Segura", com a instituição, em conjunto com o CME, do programa complementar Alimento sem Risco, resultando: a) ampliação de 20 para 50 o número de análises mensais; b) definição com as entidades partícipes do sistema de coleta de amostras; c) implementação de um ciclo de palestras para conscientização de técnicos agrícolas e profissionais da área; d) desenvolvimento de articulações com a Secretaria de Estado da Agricultura, para efeito de implantação de sistema informatizado de controle do receituário agronômico; e e) intensificação dos serviços de fiscalização dos estabelecimentos produtores e fornecedores de produtos agropecuários pela CIDASC e pelo Ministério da Agricultura.

▪ Atuação de caráter excepcional, em conjunto com o CDH, para atendimento e orientação jurídica dos colegas e da população em geral, diante de problemas relacionados com a grande enchente que assolou a Região do Vale do Itajaí em 2011.

▪ Edição da Nota Técnica n. 01/2012/CCO, cujo conteúdo influenciou substancialmente a alteração de orientação do TJSC, aprovada por unanimidade pelo MPCON e pelo Conselho de Teses Institucionais do MPSC.

▪ Manutenção, defesa e aperfeiçoamento do Programa de Proteção Jurídico-Sanitário dos Consumidores de Produtos de Origem Animal (POA), com a retomada das tratativas e contatos permanentes com os órgãos de apoio, especialmente a CIDASC.

▪ Articulação de amplo conjunto de ações voltadas à garantia da Segurança nos Estádios de Futebol, envolvendo a participação do CREA, PM, VISA Estadual, Corpo de Bombeiros, Federação Catarinense de Futebol e Associação de Clubes, inclusive com realização de reuniões transmitidas *online*, via TV *Web*, além da celebração de parceria

com o Instituto Catarinense de Avaliações de Engenharia e Perícias, para análise dos laudos de engenharia.

▪ Início do mapeamento das rotinas, para efeito de elaboração do Procedimento Operacional Padrão, destinado a otimizar o trabalho da equipe.

▪ Agregação ao corpo de apoio técnico do CCO de profissional aposentado, com formação em Engenharia Elétrica, na forma legal de voluntariado, para subsidiar tarefas de instrução de PPs e ICs, celebração de TACs e elaboração de ACPs, em situações pertinentes ao consumo de energia elétrica.

▪ Apoio logístico e técnico aos órgãos do MP na elaboração de pesquisas, inclusive com deslocamento para acompanhar ações especiais, a pedido dos órgãos de execução.

8.3.7 Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades desenvolvidas, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitação de apoio a Órgãos de Execução recebidos	695	963
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2° grau	13	7
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1° grau	683	956
Pesquisas realizadas	246	483
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	326	963
Palestras ministradas	2	1

Eventos promovidos	2	1
Participação em reuniões	46	84
Participações em seminários, congressos, palestras e outros eventos	8	9
Participação em órgãos ou entidades externas representando a instituição	13	1
Pessoas do público externo atendidas	164	148
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	43	15

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Implementação do Programa de Acessibilidade Total, em parceria com o CIJ e com suporte técnico de entidades integrantes do Grupo SC Acessível, com a finalidade de garantir, numa primeira fase, plenas condições de acesso às escolas e aos postos de saúde.

▪ Implementação do Programa de Prevenção ao Uso de Droga e Garantia de Atenção ao Usuário, com o desenvolvimento de ações consistentes em vistorias a Comunidades Terapêuticas e estímulo à criação e atuação dos Conselhos Municipais Antidrogas.

▪ Implementação do Programa Melhor Idade, com a definição de um cronograma de vistorias às Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI), em todo o Estado, e estímulo à criação e atuação dos Conselhos Municipais do Idoso.

▪ Consolidação de parceria com o Conselho Estadual do Idoso (CEI) e a Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado de Santa Catarina (FEAPESC), para elaboração de Cartilha de Orientação sobre os direitos dos idosos, destinadas especialmente às Prefeituras e entidades assistenciais.

▪ Realização do Seminário Ministério Público pela Educação, em iniciativa conjunta com a Comissão de Educação do CNPG e do CIJ, destacando a contribuição passível de ser oferecida pela Instituição, para efeito de melhoria dos níveis da Educação no Estado.

▪ Consolidação de parceria com o Núcleo V da Corregedoria-Geral da Justiça do TJSC, para o desenvolvimento de ações voltadas à observância dos direitos dos idosos, especialmente a realização de vistorias conjuntas nas ILPIs do Estado, no ano de 2013.

▪ Assinatura do Termo de Cooperação Técnica n. 13/2012 com a Secretaria de Estado da Saúde e a Clínica Urias Vidigal Ltda., com o propósito de dar efetividade às ações do Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias. Afora este, estão em vias de serem celebrados outros três TCTs, com os hospitais Samaria, de Rio do Sul, Santa Luzia, de Ponte Serrada e Santo Antônio, de Blumenau.

▪ Inclusão de todas as atividades do CDH no SIG, inclusive solicitações de apoio e suas respostas.

8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade (CECCON)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	120	304
Atos de apoio realizados a Órgãos de 2o grau	34	110
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1o grau	86	187
Pesquisas realizadas	117	297

Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	54	57
Palestras ministradas	2	2
Participação em reuniões	23	39
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2	3
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	5	4
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	0	12
Pessoas atendidas (do público externo)	20	21
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	6	2

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Definição de método de atuação e orientação seletiva, fundada em rigorosos critérios técnicos, diante das questões de controle de constitucionalidade com dupla alternativa de encaminhamento (ADI perante o TJSC ou representação à PGR) ou com demanda de produção de prova, de modo a assegurar a melhor e mais eficaz tutela do direito.

▪ Atuação sistematizada em matérias recorrentes, mantendo homogeneizados os posicionados do Ministério Público.

▪ Participação inédita, a convite da ALESC, nos debates acerca de PEC referente à atuação dos bombeiros voluntários no Estado.

▪ Elaboração de estudo em conjunto com o CME, CDH, e de Parecer Técnico, acatado, na íntegra, pelo Conselho da Magistratura (Pedido de Providências n. 2012.900011-0), acerca da constitucionali-

dade da Resolução do TJSC que introduzia alterações nas normas do "Programa Lar Legal".

▪ Atuação direta e permanente, inclusive mediante contato pessoal com os Relatores, nos processos de julgamentos de ADIs em tramitação perante o STF e o TJSC, ajuizadas pelo Ministério Público.

▪ Implementação de controle sistematizado de todas as ADIs em tramitação e já julgadas, aferindo-lhes a situação processual e, relativamente às julgadas, o efetivo cumprimento das decisões.

▪ Proposição de trabalho articulado com o TJSC, para efeito de exame de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais e estaduais que venham a ser identificados por aquele órgão como fonte de demandas repetitivas.

8.3.9 Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas (CIP)

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	832	661
Atos de apoio realizados a Órgãos de 1o grau	347	711
Pesquisas realizadas	11.829	22.500
Palestras ministradas	2	2
Participação em reuniões	155	84
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	61	30

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Fortalecimento do suporte tecnológico para o implemento do Plano de Expansão do Geoprocessamento, com a aquisição de novas licenças dos *softwares* de geoprocessamento (*ArcGIS Desktop 10*, *Autocad MAP 3D 2012* e *Google Earth PRO*), com a capacitação de técnicos para operá-los, com reflexos altamente positivos na qualidade e agilização dos trabalhos produzidos. Do mesmo modo, foram adquiridos *softwares* para auxiliar no atendimento das demandas da Gerência de Análise Contábil, entre os quais licenças de *Excel* e *Abbyy FineReader*.

▪ Aquisição de veículo 4x4, para deslocamento da equipe técnica a locais de difícil acesso, viabilizando o periciamento de áreas até então inacessíveis.

▪ Aumento da capacitação técnica do coordenador, assessores e gerentes, mediante frequência e pelo aproveitamento, em 2012, de curso de pós-graduação em Gestão Pública, oferecido pelo CEAF e pela Fundação ENA Brasil, também com reflexos altamente positivos na qualidade e agilização dos trabalhos produzidos pelo Centro de Apoio. Ademais, os analistas foram capacitados para o trato de questões específicas, tendo participado de dezenas de cursos.

▪ Reestruturação do Centro de Apoio, mediante: a) criação da Gerência de Analise Contábil (GAC), com o objetivo de oferecer suporte técnico contábil aos órgãos de execução solicitantes; b) criação da Gerência de Análise Multidisciplinar (GAM), visando à elaboração de estudos, laudos, formulação de quesitos, entre outros, destinados a subsidiar tomadas de decisões que envolvam conhecimentos técnico-científicos; c) criação de cargos e contratação de pessoal especializado, dentre os quais analistas nas áreas de engenharia, biologia, contabilidade, geoprocessamento e arquitetura; e d) aquisição de medidor de nível de lençol freático, trado Holandês, trenas de fibra de vidro e outros equipamentos para trabalho de campo.

8.4 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

No quadro a seguir, estão discriminados todos os dados das atividades, em 2012, e seu comparativo com aqueles registrados no ano de 2011.

Espécie	2011	2012
Apoios operacionais oferecidos a eventos promovidos diretamente por outros órgãos internos e externos	518	615
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	37	28
Expedição de certidões e certificados	1.418	3.233
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	140	237
Elaboração de minutas para publicações diversas	8	8

Eventos realizados			
Cursos realizados na modalidade presencial	**Participantes**	**Período**	**Carga horária**
Comunicação e Marketing Digital	20	14 a 16 de fevereiro	12
Noções de Segurança da Informação e de Formação de Escolta Motorizada	22	24 de julho	3
Matemática Financeira Aplicada à Gestão de Pessoas	30	25 de julho a 16 de agosto	32
Direção Tática / Anti-sequestro para situações de risco	18	11 e 12 de agosto	16

Eventos realizados			
Gestão Estratégica e BSC	30	15 de agosto a 21 de setembro	32
Introdução a Logística	23	3 de setembro à 1º de outubro	24
Contabilidade de Custos no Setor Público	14	17 de setembro a 10 de outubro	32
Técnica e Redação Legislativa	30	18 e 19 de setembro	16
Curso de Proteção de Autoridades para Integrantes do CISI, GAECOs e AMMPSC	20	6 a 9 de novembro	32
Redação Oficial	30	6 a 27 de novembro	24
Contabilidade Financeira – Retenções	24	9 e 23 de novembro	16
Treinamento em Práticas Ágeis de Gestão de Projeto com Scrum	23	19 a 21 de novembro	24
Pós-graduação Desenvolvimento Gerencial na Gestão Pública	19	2 de agosto de 2012 a 26 de novembro de 2013	158
Cursos realizados na modalidade a distância	**Participantes**	**Período**	**Carga horária**
Administração do Tempo (1) - servidores	54	7 a 25 de maio	20

Eventos realizados			
Ética no Serviço Público	50	23 de maio a13 de junho	
Qualidade no Atendimento	50	18 de junho a 6 de julho	20
Administração do Tempo (1) - membros	10	4 a 24 de julho	20
Administração do Tempo (2) - servidores	48	9 a 27 de julho	20
Noções de Direito Administrativo	75	23 de julho a 31 de agosto	40
Noções de Liderança - servidores	70	27 de agosto a 8 de outubro	40
Noções de Liderança - membros	11	17 de setembro a 29 de outubro	40
Redação Oficial	75	17 de setem-bro a 21 de no-vembro	60
Administração do Tempo (3) - servidores	82	19 de no-vembro a 7 de dezem-bro	20

Concursos de Ingresso na Carreira do Ministério Público - Vitaliciamento			
Eventos realizados na modalidade presencial	**Participantes**	**Período**	**Carga horária**
XXXVI Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público	8	8 de maio a 1º de junho	148
XXXV e XXXVI Concurso de Ingresso	16	13 e 14 de setembro	24
Media Training e Excelência no Atendimento	16	22 e 23 de novembro	24
XXXV e XXXVI Concurso de Ingresso	28	27 de novembro a 14 de dezembro	120
Eventos realizados na modalidade a distância	**Participantes**	**Período**	**Carga horária**
XXXV Concurso de Ingresso A Atuação Ministerial no Controle de Constitucionalidade	16	28 de maio a 14 de junho	13
XXXV Concurso de Ingresso Noções de Liderança	16	16 de julho a 24 de agosto	40
XXXV e XXXVI Concurso de Ingresso	24	1º a 26 de outubro	24

Cursos e eventos diversos			
Eventos realizados	**Participantes**	**Período**	**Carga horária**
Planejamento Estratégico (Encontro de Coordenadores, Assessores, Servidores, Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e Colaboradores)	263	30 de janeiro a 10 de fevereiro	-
Seminário Implantação e Fiscalização do Sistema Socioeducativo em meio aberto em SC	139	19 de março	7
Perícias Oficiais - Módulo I e II	140	29 e 30 de março 3 e 4 de maio	32
Seminários Regionais Eleições 2012	1117	27, 28 e 29 de março, 24, 25 e 26 de abril, 29, 30 e 31 de maio, 26 e 27 de junho e 3 de julho	6
Treinamento Sistema de Informação e Gestão - SIG	749	Abril a Agosto	-
I Colóquio Regional – SINASE	102	4 de abril	8
IV Colóquio Regional – SINASE	170	17 de abril	8
Planejamento Estratégico - Definição de Visão, Valores e Missão)	228	20 de abril	2
Turma I – Defesa Pessoal, Direção Veicular Evasiva e Tiro	20	DP - 21 de abril DVE - 5 de maio TR - 23 de junho	12

Cursos e eventos diversos			
Turma II – Defesa Pessoal, Direção Veicular Evasiva e Tiro	19	DP - 5 de maio DVE - 23 de junho TR - 28 de julho	12
Reunião do Comitê Nacional Gestor das Tabelas Unificadas do Ministério Público	10	4 e 5 de junho	16
I Encontro do Direito de Família	102	21 e 22 de junho	16
Planejamento Estratégico (Encontro estadual de encerramento)	500	22 de junho	2
Fórum Estadual de Juízes, Promotores de Justiça e Técnicos do Judiciário	20	28 e 29 de junho	-
2ª Reunião do Comitê Nacional Gestor de Tabelas Unificadas do Ministério Público	10	10 e 11 de junho	16
Seminário Estadual Ministério Público pela Educação	194	26 e 27 de julho	16
Seminário Estadual 100 Anos da Guerra do Contestado	105	1º a 4 de agosto	24
Perícias Oficiais_Auditoria Militar	35	9 e 10 de agosto	16
Workshop de Jurisdição Constitucional	18	10 de agosto	4
Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça	29	23 e 24 de agosto	-
Turma III – Defesa Pessoal, Direção Veicular Evasiva e Tiro	17	26 e 27 de outubro	12
Banco de Dados de Projetos – CNMP	44	4 e 5 de setembro	16
Direito Ambiental – Uma abordagem comparada de normas de proteção ao meio ambiente	57	11 de dezembro	5

Cursos e eventos diversos			
Reunião do Conselho Nacional dos Ouvidores dos Ministérios Públicos	26	13 e 14 de setembro	-
Semana do Servidor	160	22 a 26 de outubro	-
Sociedade Civil e Estado na Proteção à Testemunha como a Célula de Segurança tem Garantido esta Proteção	39	29 de outubro	8
Plano Geral de Atuação 2013 Encontros Regionais 2012	119	5 a 14 de novembro	-
III Encontro Nacional dos Ministérios Públicos - Lei Maria da Penha e a Importância da Atuação Interdisciplinar	155	28 a 30 de novembro	24
Dia Nacional do Ministério Público	30	14 de dezembro	6

Além dos resultados descritos, foram realizadas ações para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Geral de Atuação, destacando-se:

▪ Curso de Preparação e Aperfeiçoamento como etapa obrigatória do processo de vitaliciamento na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina: Em 2012, foram realizados os cursos de ingresso e vitaliciamento dos XXXV, XXXVI e XXXVII Concursos de Ingressos, estes últimos em andamento. Desde 2011, o curso de ingresso foi ampliado, incluindo as atividades do Estágio Orientado junto às Promotorias de Justiça da Capital e região Metropolitana e a participação em Sessão Plenária do Tribunal do Júri. Também foram incluídas, em 2012, atividades na modalidade a distância, no ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo CEAF na plataforma *moodle*, pela *intranet*, e mediante videoconferências na plataforma *Adobe Conect*, objetivando a redução dos períodos de afastamento das atividades da Promotoria de Justiça e a consequente redução das despesas. Foram

realizados dois módulos de vitaliciamento a distância, referentes à atuação do Promotor de Justiça no Controle de Constitucionalidade das Leis, pelo Centro de Apoio Operacional de Controle da Constitucionalidade, e à atuação na área eleitoral, pelo Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa.

▪ Política de aperfeiçoamento: criação do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de estudos e a elaboração da política oficial de aperfeiçoamento funcional de membros e servidores, conforme Portaria n. 3.999/2012, datada de 29/8/2012. A medida foi justificada porque, ao longo dos anos, identificaram-se necessidades de unificação e readequação dos procedimentos estabelecidos para fins de concessão de auxílio, com a previsão de regramento das situações como o abandono de cursos, abonos no caso de licenças para tratamento de saúde e outras, período de permanência na instituição após o investimento, inclusão dos servidores comissionados, a possibilidade de aperfeiçoamento durante o estágio probatório, gratificação pelo exercício de docência, além das regras gerais dos cursos a serem oferecidos na modalidade de educação a distância, dentre outras. Com isso, buscar-se-á minimizar os esforços, racionalizar a aplicação de recursos e implantar sistema de cadastro de controle de aperfeiçoamento funcional, que repercutirá no resultado final das ações do MPSC, com adequada gestão do investimento e de pessoas com base nas competências e habilidades desejadas pela Instituição e adquiridas nos treinamentos realizados.

▪ Programa de capacitação e aperfeiçoamento de servidores: o programa, desenvolvido em parceria com a Escola de Governo Fundação ENA Brasil, tem por objetivo promover o aprimoramento profissional dos servidores do MPSC, por meio da educação continuada, ampliando o número de cursos oferecidos nas áreas consideradas estratégicas para a melhoria dos processos administrativos, de acordo com as demandas levantadas, estendendo, pela educação a distância, a capacitação de Servidores lotados nas Promotorias de Justiça

do interior do Estado, que apresentam menor disponibilidade para se locomoverem à Capital, na modalidade a distância, com a consequente redução de custos com diária, além de outras dificuldades em frequentar os cursos na forma presencial. Em 2012, além de seis cursos de curta duração, o programa incluiu a oferta de 13 cursos na modalidade a distância, gerenciados pela equipe do CEAF e de um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Desenvolvimento Gerencial na Gestão Pública, com 450 horas-aula, com a participação de membros e servidores.

▪ Projeto para implantação da educação a distância no MPSC: A implantação do EAD no Ministério Público busca consolidar o ambiente virtual de aprendizagem de educação à distância, para ofertar cursos a distância, visando a contemplar as necessidades de treinamento dos servidores e Membros em todas as Promotorias de Justiça. O projeto, previsto como ação prioritária no Planejamento Estratégico Institucional, objetiva criar, estruturar e capacitar uma equipe de trabalho para oferecer cursos na modalidade a distância no MPSC, a fim de promover o aprimoramento profissional dos Membros e Servidores efetivos lotados em todo o Estado, além de permitir maior realização profissional entre os trabalhadores e, consequentemente, melhores resultados para a Instituição. Espera-se com a implantação do Centro, reduzir consideravelmente os custos com diárias dos Membros e Servidores do interior e converter esses valores na realização de novos cursos, ampliando a quantidade de Membros e Servidores capacitados, aumentando o grau de competência na área de atuação, a motivação funcional e capacidade de agregar valor à Instituição.

▪ Convênios e parcerias: o aperfeiçoamento de membros e servidores também vem sendo viabilizado, nos últimos anos, mediante convênios e parcerias com outras instituições de ensino. Em 2012, destaca-se o Termo de Cooperação Técnico-Científica n. 004/2012, firmado com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) para a criação e oferta do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em

Interesses Difusos e Coletivos nas áreas afetas à Infância e Juventude, aos Idosos e às pessoas com deficiência, na modalidade de educação a distância.

▪ Memorial do Ministério Público do Estado de Santa Catarina: em 2012, o memorial foi institucionalizado como política oficial por meio do Ato n. 228/2012/PGJ, integrando a estrutura administrativa e organizacional do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. O memorial, dentre outros fins, visa ao desenvolvimento de ações na comunidade, mediante o implemento de programas e projetos de gestão cultural, promovendo pesquisas, exposições, seminários e publicações pertinentes à identidade institucional e cultural do Estado. Nesse sentido, nos dias 1º a 4 de agosto de 2012, foi realizado o Seminário Nacional 100 Anos da Guerra do Contestado, que contou com a participação de Promotores de Justiça com atuação na defesa do meio ambiente e patrimônio histórico e cultural; alunos das Faculdades de História, Arquivologia e Museologia; dirigentes municipais ligados à área da Cultura, como secretários e diretores de instituições arquivísticas e museais e a comunidade em geral. Dentre as contribuições relacionadas ao seminário, está a edição do livro de Memórias do General José Vieira da Rosa, a partir da sugestão do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que inaugurará a série editorial Memória Viva de Santa Catarina. No ano de 2012, deu-se prosseguimento ainda às atividades do Programa de História Oral, com a realização de entrevistas para os volumes 2 e 3 da série editorial Histórias e Vida, além da coleta de dados para os Bancos de Dados de Membros Inativos e de Imagens, lançados oficialmente no dia 14 de dezembro.

▪ Conselho de Consolidação de Teses Institucionais: criado pelo Ato n. 790, de 5 de setembro de 2011, após identificada a sua necessidade no planejamento estratégico institucional realizado nos encontros regionais em 2011, posteriormente inserido como objetivo estratégico, o Conselho de Consolidação de Teses Institucionais tem por objetivo consolidar questões controvertidas de relevância institucional

que reflitam o entendimento majoritário dos membros e sirva como paradigma orientador da atuação funcional. Em 2012, foi realizada a primeira reunião ordinária, ocorreu, em 19 de novembro de 2012, para análise acerca da admissão das teses propostas, no primeiro semestre de 2012, pelos Procuradores e Promotores de Justiça e pelos Centros de Apoio Operacional.

▪ Processo de credenciamento de estagiários: em 2012, o CEAF participou diretamente do primeiro processo público de credenciamento de estagiários de graduação e pós-graduação em Direito, abertos pelos Editais n. 81 e 82/2012, compondo a Comissão de Seleção de Estagiários. Na ocasião, mais de 1.300 candidatos participaram do certame, cujas provas foram realizadas em 18 cidades, simultaneamente, no último dia 11 de novembro.

▪ Rede Estadual de Educação Corporativa: em 2012, foi celebrado convênio entre diversas Escolas de Governo visando à constituição da Rede Governamental de Educação Corporativa de Santa Catarina, mediante cooperação e definição de estratégias de articulação e à implementação de ações conjuntas voltadas à implementação e ao aprimoramento das políticas e ações de formação e educação permanente para os agentes públicos, a sociedade civil organizada e os cidadãos no exercício do controle social no Estado de Santa Catarina.

8.5 Comissão de Concurso

No primeiro semestre de 2012, a Comissão de Concurso, dando continuidade ao 36º Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, realizou as demais etapas desse certame (inscrições definitivas, exame psicotécnico, apresentação oral, entrevista, prova oral e prova de títulos), tendo sido homologado o resultado final do concurso com a aprovação de oito candidatos. A seguir, apresentam-se os dados relativos às etapas eliminatórias do concurso:

36º Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC	
Espécie	**Quantidade**
Candidatos inscritos	1.805
Candidatos aprovados no processo preambular objetivo	191
Candidatos aprovados no processo seletivo discursivo	9
Candidatos aprovados na prova oral	8

Ainda em 2012, foi lançado o Edital de Concurso n. 001/PGJ/2012, que abriu, no período de 26 de março a 27 de abril, as inscrições para o 37º Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para provimento, naquele momento, de 26 cargos vagos de Promotor de Justiça Substituto. A seguir, apresentam-se os dados relativos às etapas eliminatórias do certame, o qual foi integralmente concluído ainda no ano de 2012.

37º Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC	
Espécie	**Quantidade**
Candidatos inscritos	1.871
Candidatos aprovados no processo preambular objetivo	212
Candidatos aprovados no processo seletivo discursivo	35
Candidatos aprovados na prova oral	29

8.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

As atividades de apoio técnico administrativo são executadas por intermédio de coordenadorias e gerências, vinculadas as estruturas a seguir detalhadas:

Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas
- Gerência de Análise Contábil
- Gerência de Análise Multidisciplinar

Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional
- Gerência de Arquivo e Documentos
- Gerência de Biblioteca
- Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento
- Gerência de Publicações e Revisões

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenadoria de Informação Social

Secretaria-Geral do Ministério Público
- Coordenadoria de Auditoria e Controle
- Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas
  - Gerência Operacional de Informação e Tramitação de Processos
- Coordenadoria-Geral Administrativa

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
- Gerência de Logística
- Gerência de Manutenção

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
- Gerência de Contabilidade
- Gerência de Execução Orçamentária
- Gerência de Finanças

Coordenadoria de Operações Administrativas
- Gerência de Almoxarifado
- Gerência de Compras
- Gerência de Contratos
- Gerência de Patrimônio
- Gerência de Transportes

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
Gerência de Remuneração Funcional

Coordenadoria de Planejamento
Gerência de Informações e Projetos

Coordenadoria de Recursos Humanos
Gerência de Atenção à Saúde
Gerência de Cadastro e Informações Funcionais
Gerência de Desenvolvimento de Pessoas
Gerência de Estágio
Gerência de Legislação de Pessoal

Coordenadoria de Tecnologia da Informação
Gerência de Suporte
Gerência de Rede e Banco de Dados
Gerência de Desenvolvimento
Gerência de Processos Jurídicos Digitais

Corregedoria-Geral do Ministério Público
Coordenadoria de Acompanhamento Funcional
Coordenadoria de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar

Composição da Administração

Procurador-Geral de Justiça
Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Antenor Chinato Ribeiro

Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais
Carlos Valdeci Silvano

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
José Galvani Alberton

Secretário-Geral do Ministério Público
Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Assessoria do Procurador-Geral de Justiça
Walkyria Ruicir Danielski
Luciano Trierweiller Naschenweng
Abel Antunes de Mello
Fábio Strecker Schmitt
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Paulo Antonio Locatelli

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin
Anselmo Agostinho da Silva
Paulo Antônio Günther
José Galvani Alberton
Robison Westphal
Odil José Cota
Paulo Roberto Speck
Raul Schaefer Filho
Pedro Sérgio Steil
José Eduardo Orofino da Luz Fontes
Humberto Francisco Scharf Vieira
João Fernando Quagliarelli Borrelli
Hercília Regina Lemke
Mário Gemin
Gilberto Callado de Oliveira
Antenor Chinato Ribeiro
Narcísio Geraldino Rodrigues
Jacson Corrêa
Anselmo Jeronimo de Oliveira
Basílio Elias De Caro
Aurino Alves de Souza
Paulo Roberto de Carvalho Roberge
Tycho Brahe Fernandes
Guido Feuser
Plínio Cesar Moreira
Francisco Jose Fabiano
André Carvalho
Gladys Afonso
Paulo Ricardo da Silva
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Lenir Roslindo Piffer
Paulo Cezar Ramos de Oliveira
Ricardo Francisco da Silveira
Gercino Gerson Gomes Neto
Francisco Bissoli Filho
Newton Henrique Trennepohl
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel
Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
Ivens José Thives de Carvalho
Walkyria Ruicir Danielski
Alexandre Herculano Abreu
Durval da Silva Amorim
Ernani Guetten de Almeida
Vânio Martins de Faria
Américo Bigaton
Eliana Volcato Nunes
Sandro José Neis
Mário Luiz de Melo-*Secretário*

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos
Presidente: Lio Marcos Marin - Procurador-Geral de Justiça
Gladys Afonso - Corregedora-Geral

Representantes do Colégio de Procuradores
Odil José Cota
Humberto Francisco Scharf Vieira
Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância
Pedro Sérgio Steil
Narcísio Geraldino Rodrigues
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Gercino Gerson Gomes Neto
Heloísa Crescenti Abdalla Freire
Fábio de Souza Trajano
Américo Bigaton
Sandro José Neis
Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedora-Geral do Ministério Público
Gladys Afonso

Subcorregedor-Geral
Newton Henrique Trennepohl

Promotora de Justiça Secretária da Corregedoria-Geral
Thais Cristina Scheffer

Promotores de Justiça Assessores do Corregedor-Geral
Amélia Regina da Silva
Rafael de Moraes Lima
Wilson Paulo Mendonça Neto
Alan Boettger

Coordenadoria de Recursos
Aurino Alves de Souza - Coordenador-Geral da área criminal
Fábio de Souza Trajano - Coordenador-Geral da área cível

Promotores Assessores do Coordenador de Recursos
Marcelo Gomes Silva
Gustavo Wiggers

Ouvidor
Guido Feuser

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Helen Crystine Corrêa Sanches - Diretora

Gerência de Arquivo e Documentos
Selma De Souza Neves

Gerência de Biblioteca
Terezinha Weber

Gerência de Publicações e Revisões
Lúcia Anilda Miguel

Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento
Danielle Durieux Reitz

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor
Caroline Moreira Suzin - Coordenadora

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade
Walkyria Ruicir Danielski - Coordenadora
Maury Roberto Viviani - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Marcelo de Tarso Zanellato - Coordenador

Centro de Apoio Operacional Criminal
Onofre José Carvalho Agostini - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Helen Crystine Corrêa Sanches - Coordenadora
Marcelo Wegner - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional de Informações Técnicas e Pesquisas
Odil José Cota - Coordenador-Geral
Adalberto Exterkötter - Coordenador Adjunto

Gerência de Análise Multidisciplinar
Fábio Rogério Matiuzzi Rodrigues

Gerência de Análise Contábil
Douglas da Silveira

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador de Contra-Inteligência e Segurança Institucional

Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin - Coordenador do GAECO da Capital
Fabiano David Baldissarelli - Coordenador do GAECO de Chapecó
Assis Marciel Kretzer - Coordenador do GAECO de Joinville
Mauricio de Oliveira Medina - Coordenador do GAECO de Criciúma
Joel Furtado Júnior - Coordenador do GAECO de Lages
Jean Michel Forest - Coordenador do GAECO de Itajaí

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Júlio Fumo Fernandes - Coordenador

Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa
Vera Lúcia Ferreira Copetti - Coordenadora-Geral
Davi do Espírito Santo - Coordenador Adjunto

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária
Murilo Casemiro Mattos - Coordenador

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Representante do Segundo Grau:
Ivens José Thives de Carvalho

Representantes do Primeiro Grau:

1ª Região - Extremo Oeste	Maycon Robert Hammes
2ª Região - Oeste	Eraldo Antunes
3ª Região - Meio Oeste	Diego Roberto Barbiero
4ª Região - Planalto Serrano	James Faraco Amorim
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Caroline Sartori Velloso
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Fabiano Henrique Garcia
7ª Região - Vale do Rio Itajaí e Tijucas	Ary Capella Neto
8ª Região - Grande Florianopolis	Rui Arno Richter
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain
10ª Região - Norte	Fernando da Silva Comin
11ª Região - Sul	Janir Luiz Della Giusti
12ª Região - Extremo Sul	Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese

Casa Militar
Cel. Rogério Martins

Coordenadoria-Geral Administrativa
Adauto Viccari Júnior

Coordenadoria de Auditoria e Controle
Fernando Fabro Tomazine

Coordenadoria de Comunicação Social
Silvia Pinter Pereira

Coordenadoria de Finanças e Contabilidade
Márcio Abelardo Rosa

Gerência de Contabilidade
Nelcy Volpato

Gerência de Finanças
Sérgio Luiz Kraeski

Gerência de Execução Orçamentária
Ivania Maria de Lima

Coordenadoria de Acompanhamento Funcional
Thiago de Miranda Gonçalves

Coordenadoria de Serviços Administrativos e Controle Disciplinar
Berenice Chaves

Coordenadoria de Operações Administrativas
Doris Mara Eller Brüggmann

Gerência de Almoxarifado
Luís Antônio Buss

Gerência de Compras
Samuel Wesley Elias

Gerência de Transportes
Jacqueline Figueró Jeske

Gerência de Patrimônio
Ângelo Vitor Oliveira

Gerência de Contratos
Sara Souza da Silva Amorim

Coordenadoria de Pagamento de Pessoal
Maria Inês Finger Martins

Gerência de Remuneração Funcional
Liliane Cavalleri Cardoso

Coordenadoria de Planejamento
Isabel Cristina Silveira de Sá

Gerência de Informações e Projetos
Luís Morais Neto

Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas
Denis Moreira Cunha

Gerência Operacional de Tramitação e Informação de Processos
Larisse Silva Roman

Coordenadoria de Recursos Humanos
Silvana Maria Pacheco

Gerência de Cadastro e Informações Funcionais
Thiagus Mateus Batista

Gerência de de Atenção à Saúde
Anarrosa Garcia Silveira

Gerência de Desenvolvimento de Pessoas
Emanuella Koerich Zappelini

Gerência de Estágio
Miriam Jacques Schmidt

Gerência de Legislação de Pessoal
Janete Aparecida Coelho Probst

Coordenadoria de Tecnologia da Informação
Oldair Zanchi

Gerência de Desenvolvimento
Giorgio Santos Costa Merize

Gerência de Rede e Banco de Dados
Janaina Klettenberg da Silveira

Gerência de Suporte
Rodrigo de Souza Zeferino

Gerência de Processos Jurídicos Digitais
Paulo Cesar Allebrandt

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura
Fabrício Kremer de Souza

Gerência de Manutenção
Rômulo César Carlesso

Gerência de Logística:
Ricardo Alexandre Oliveira

Coordenadoria de Informação Social
Christian Rosa

Promotores de Justiça, por Entrância e Antiguidade na Carreira

Entrância Especial

Donaldo Reiner
Saulo Torres
Moacir José Dal Magro
James Faraco Amorim
Paulo Roberto Luz Gottardi
Genivaldo da Silva
Janir Luiz Della Giustina
Aor Steffens Miranda
Lio Marcos Marin
Rogério Antônio da Luz Bertoncini
Rui Arno Richter
Cristiane Rosália Maestri Böell
Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
Murilo Casemiro Mattos
Sidney Eloy Dalabrida
Fábio Strecker Schmitt
Neori Rafael Krahl
Monika Pabst
Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
Marcílio de Novaes Costa
Jorge Orofino da Luz Fontes
Onofre José Carvalho Agostini
Carlos Alberto de Carvalho Rosa
Rogê Macedo Neves
Jayne Abdala Bandeira
Abel Antunes de Mello
Leonardo Felipe Cavalcanti Lucchese
Carlos Henrique Fernandes
Davi do Espírito Santo
César Augusto Grubba
Rui Carlos Kolb Schiefler
Henrique Limongi
Ary Capella Neto
Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
Hélio José Fiamoncini
André Fernandes Indalencio
Paulo Antonio Locatelli
Alex Sandro Teixeira da Cruz
Cid Luiz Ribeiro Schmitz
Protásio Campos Neto
Rosemary Machado Silva
Vera Lúcia Coro Bedinoto
Flávio Duarte de Souza
Marcelo Truppel Coutinho
Margaret Gayer Gubert Rotta
Ângela Valença Bordini
Ricardo Marcondes de Azevedo
Miguel Luís Gnigler
Marcelo Wegner
Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin
Sérgio Ricardo Joesting
Andreas Eisele
Leonardo Henrique Marques Lehmann
Gustavo Mereles Ruiz Diaz
Fernando Linhares da Silva Júnior
Maristela Nascimento Indalencio
Thais Cristina Scheffer
Darci Blatt
Maury Roberto Viviani
Eduardo Paladino
Júlio César Mafra
Isaac Newton Belota Sabbá Guimarães

Felipe Martins de Azevedo
Daniel Paladino
Francisco de Paula Fernandes Neto
Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
Vânia Augusta Cella Piazza
Fabiano David Baldissarelli
Assis Marciel Kretzer
Joubert Odebrecht
Andrey Cunha Amorim
Julio André Locatelli
Marcelo Brito de Araújo
Juliana Padrão Serra de Araújo
Rafael de Moraes Lima
Luiz Augusto Farias Nagel
Joel Rogério Furtado Júnior
Rogério Ponzi Seligman
Helen Crystine Corrêa Sanches
Geovani Werner Tramontin
George André Franzoni Gil
Kátia Rosana Pretti Armange
Luciano Trierweiller Naschenweng
Rosangela Zanatta
Cristina Balceiro da Motta
Maria Luzia Beiler Girardi
Anelize Nascimento Martins Machado
Fabrício Nunes
Nazareno Bez Batti
Affonso Ghizzo Neto
Celso Antonio Ballista Junior
Fabrício José Cavalcanti
Marcelo Gomes Silva
Diana Spalding Lessa Garcia
Fabiano Henrique Garcia
Wilson Paulo Mendonça Neto
Benhur Poti Betiolo
Fernando da Silva Comin
Silvana Schmidt Vieira
Ana Paula Cardoso Teixeira
Alexandre Piazza
Ricardo Paladino
Hélio Sell Júnior
Carlos Alberto Platt Nahas
Jackson Goldoni
Luciana Rosa
André Otávio Vieira de Mello
Mauricio de Oliveira Medina
Jádel da Silva Júnior
Márcia Aguiar Arend
Raul de Araujo Santos Neto
Vera Lúcia Butzke
Cláudia Mara Nolli
Leda Maria Hermann
Debora Wanderley Medeiros Santos
Rosan da Rocha
Ricardo Luis Dell´Agnolo
Álvaro Luiz Martins Veiga
Andréa da Silva Duarte
Alexandre Wiethorn Lemos
Mário Vieira Júnior
Sandro Ricardo Souza
Sandro de Araujo
Jonnathan Augustus Kuhnen
Maria Amélia Borges Moreira Abbad
Gilberto Polli
João Carlos Teixeira Joaquim
Ricardo Figueiredo Coelho Leal
José de Jesus Wagner
Jean Michel Forest

Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
Rodrigo Silveira de Souza
Amélia Regina da Silva
Milani Maurilio Bento
Gustavo Wiggers
Alvaro Pereira Oliveira Melo
Marcelo Mengarda
Simone Cristina Schultz
Luiz Fernando Góes Ulysséa
Rafael Alberto da Silva Moser
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
Alan Boettger
Max Zuffo
Mauro Canto da Silva
Caio César Lopes Peiter
Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
Havah Emília Piccinini de Araújo Mainhardt
Vânia Lúcia Sangalli
Odair Tramontin
Adalberto Exterkötter
Cléber Augusto Hanisch
Giovanni Andrei Franzoni Gil
Heloisa Melo Enns
Renee Cardoso Braga
Roberta Mesquita e Oliveira Tauscheck
Deize Mari Oechsler
Leonardo Todeschini
Luis Suzin Marini Júnior
Wagner Pires Kuroda
Cristian Richard Stahelin Oliveira
Jussara Maria Viana
Priscilla Linhares Albino
Jadson Javel Teixeira
Marcelo de Tarso Zanellato

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
José Eduardo Cardoso
Alexandre Schmitt dos Santos
Cristina Costa da Luz Bertoncini
Alexandre Daura Serratine
Rodrigo Millen Carlin
Gustavo Viviani de Souza
Márcio Conti Junior
Aurélio Giacomelli da Silva
Pedro Roberto Decomain
Eraldo Antunes
Karla Bárdio Meirelles Menegotto
Viviane Gastaldon Damiani Silveira Mira
José Orlando Lara Dias
João Carlos Linhares Silveira
Douglas Alan Silva
Laudares Capella Filho
Sandra Goulart Giesta da Silva
Ricardo Viviani de Souza
José Renato Côrte
Alexandre Carrinho Muniz
Rodrigo Kurth Quadro
Marco Antonio Schütz de Medeiros
Alicio Henrique Hirt
Susana Perin Carnaúba
Andréa Machado Speck
Daniel Westphal Taylor
Murilo Adaghinari
Cristiano José Gomes
Marcio André Zattar Cota
Andrea Gevaerd

Rafael Meira Luz
Ana Cristina Boni
Jorge Eduardo Hoffmann
Cássio Antonio Ribas Gomes
Fabrício Franke da Silva
Caroline Moreira Suzin
Luciana Uller
Cristine Angulski da Luz
Eduardo Chinato Ribeiro
André Teixeira Milioli
Marcionei Mendes
Fernanda Crevanzi Vailati
Victor Emendörfer Filho
João Alexandre Massulini Acosta
Cesar Augusto Engel
Carla Mara Pinheiro Miranda
Nataly Lemke
André Braga de Araújo
Diógenes Viana Alves
Guilherme Luis Lutz Morelli
Jean Pierre Campos
Rodrigo Cunha Amorim
Tatiana Rodrigues Borges Agostini
Samuel Dal-Farra Naspolini
Belmiro Hanisch Júnior
Raul Gustavo Juttel
Glauco José Riffel
Carlos Eduardo Cunha
Carlos Renato Silvy Teive
Germano Krause de Freitas
Luciana Schaefer Filomeno
Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa
Eduardo Sens dos Santos
Júlio Fumo Fernandes
Henrique da Rosa Ziesemer
Diego Rodrigo Pinheiro
Alexandre Estefani
Mônica Lerch Lunardi
Henrique Laus Aieta
Alessandro Rodrigo Argenta
Arthur Koerich Inacio
Patricia Dagostin Tramontin
Felipe Prazeres Salum Müller
Marcelo Sebastião Netto de Campos
Elaine Rita Auerbach
Roberta Magioli Meirelles
Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
Fred Anderson Vicente
Fernanda Broering Dutra
Caroline Cristine Eller
Maycon Robert Hammes
Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques
Eder Cristiano Viana
Aline Dalle Laste
Débora Pereira Nicolazzi
Giselli Dutra
Marcio Gai Veiga
Andréia Soares Pinto Favero
Anderson Adilson de Souza
Chimelly Louise de Resenes Marcon
Andreza Borinelli

Entrância Inicial

Cristina Elaine Thomé
Nilton Exterkoetter
Maria Cristina Pereira Cavalcanti Ribeiro
Silvana do Prado Brouwers

Lenice Born da Silva
Gláucio José Souza Alberton
Lara Peplau
Luis Felipe de Oliveira Czesnat
Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
Ernest Kurt Hammerschmidt
Fabiano Francisco Medeiros
Mirela Dutra Alberton
Graziele dos Prazeres Cunha
Caroline Sartori Velloso
Barbara Elisa Heise
Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro
Kariny Zanette Vitoria
Rejane Gularte Queiroz Beilner
Marina Modesto Rebelo
Claudine Vidal de Negreiros da Silva
Gabriel Ricardo Zanon Meyer
Greicia Malheiros da Rosa Souza
Guilherme Schmitt
Luciana Cardoso Pilati
Daniel Granzotto Nunes
Caroline Cabral
Rodrigo Andrade Viviani
Candida Antunes Ferreira
Ariadne Clarissa Klein Sartori
Cristhiane Michelle Tambosi Fiamoncini Ferrari
Elizandra Sampaio Porto
Carlos Eduardo Tremel de Faria
Giancarlo Rosa Oliveira
Cyro Luiz Guerreiro Júnior
Guilherme Brodbeck
Fabiana Mara Silva Wagner
Gilberto Assink de Souza
Alan Rafael Warsch
Marcelo Francisco da Silva
Fernando Wiggers
Rodrigo Cesar Barbosa
Diego Roberto Barbiero
Filipe Costa Brenner
João Luiz de Carvalho Botega
Roberta Ceolla Gaudêncio
Felipe Schmidt
Júlia Wendhausen Cavallazzi
Fernando Guilherme de Brito Ramos
Átila Guastalla Lopes
Diogo Luiz Deschamps
Lara Zappelini Souza
Marcela Hülse Oliveira
Viviane Soares
Rafael Pedri Sampaio
Tehane Tavares Fenner
Simão Baran Junior
Douglas Roberto Martins
Joaquim Torquato Luiz
Maria Claudia Tremel de Faria
Marcus Vinicius de Faria Ribeiro
Cristiane Weimer
Diana da Costa Chierighini
Ana Elisa Goulart Lorenzetti
Guilherme André Pacheco Zattar
Daniele Garcia Moritz
Juliana Ramthun Frasson
Symone Leite
Carlos Alberto da Silva Galdino
Fernando Rodrigues de Menezes Júnior
Julia Trevisan de Toledo Barros
Felipe Nery Alberti de Almeida
Luis Otávio Tonial

Marcos Batista De Martino
Marcela de Jesus Boldori Fernandes
Francieli Fiorin
Marcos Augusto Brandalise
Pablo Inglêz Sinhori
Camila Vanzin Pavani

Substitutos

Raul Rogério Rabello
Henriqueta Scharf Vieira
Mário Waltrick do Amarante
Vanessa Wendhausen Cavallazzi
Analú Librelato Longo
Thiago Carriço de Oliveira
Luiz Fernando Fernandes Pacheco
Alceu Rocha
Sandra Faitlowicz Sachs
Letícia Baumgarten Filomeno
Rachel Urquiza Medeiros Santos
Elias Albino de Medeiros Sobrinho
Bruno Bolognini Tridapalli
Ana Paula Destri Pavan
Jaisson José da Silva
Daniel da Costa Rabello
Tiago Davi Schmitt
João Paulo de Andrade
Rafaela Denise da Silveira
Alexandre Volpatto
Roberta Trentini Machado Gonçalves
Bruna Gonçalves Gomes
Pedro Lucas de Vargas
Fabrício Pinto Weiblen
Ana Laura Peronio Omizzolo